UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

SARA DA SILVA FREITAS

**Nos labirintos da participação: um estudo de caso de uma ONG
do campo democrático participativo.**

São Paulo
2009

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**Nos labirintos da participação: um estudo de caso de uma ONG
do campo democrático participativo.**

SARA DA SILVA FREITAS

Dissertação apresentada ao
programa de Pós-Graduação
em Sociologia do
Departamento de Sociologia
da Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas
da Universidade de São
Paulo, para a obtenção do
título de mestra em
Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Maria Cavalcanti de Oliveira

São Paulo
2009

BANCA EXAMINADORA:

Orientador Prof. Dr. Francisco Maria Cavalcanti de Oliveira

Profa. Dra. Cibele Saliba Rizek

Profa. Dra. Heloisa de Souza Martins

“E foste um difícil começo
Afasto o que não conheço
E quem vem de outro sonho feliz de cidade
Aprende depressa a chamar-te de realidade
Porque és o avesso do avesso do avesso do avesso.”

Sampa – Caetano Veloso

Ela sempre dizia, quero que meus filhos tenham aquilo que não tive. Meu mais sincero afeto é para ela, minha mãe.

Agradecimentos

A realização de um trabalho desse nível exige de nós um duplo esforço, o primeiro com a própria pesquisa, e o segundo com o distanciamento das pessoas queridas, familiares e amigos. Há aqueles, no entanto, no decorrer do trabalho solitário como é o *métier* de um pesquisador, que chegam e ficam. Construindo assim, novas relações de afetos, e é a eles que venho aqui agradecer.

Primeiramente a minha família que, mesmo a mais de 3000Km de distancia, se fez sempre presente muitas vezes nos dias cinzentos de Sampa.

Também, de fundamental auxílio o acompanhamento do professor Chico de Oliveira. Sua generosidade em ter aceitado orientar uma pessoa que ele sequer havia visto. O seu posicionamento firme nos momentos em que a pesquisa, sobretudo no campo se mostrou quase boicotada. E seu carinho para comigo em momentos delicados, quando a cidade do capital “força-te” a desistir.

Agradeço aos professores Lúcio Kowarick, Sedi Hirano, Vera Telles, Maria Célia Paoli, com os quais tive oportunidade de realizar disciplinas de pós-graduação, cujos resultados me ajudaram a pensar e a moldar a redação deste trabalho. Com Maria Célia ainda, agradeço pelas sugestões na banca de qualificação e pelo convite de fazer parte do seu grupo de discussão - em busca da política, ou carinhosamente chamando de os embuscados. Agradeço a professora Heloisa Martins que acompanhou este trabalho ainda quando ele era um projeto concorrendo a seleção de mestrado, e que hoje vem compor a banca de defesa. Também a professora Cibele Rizek com quem pude via Cenedic num primeiro momento, e depois como uma relação de co-orientação e na banca de qualificação, discutir sobre esse novelo que é a sociedade brasileira. A todos estes mestres que contribuíram para o amadurecimento não somente dessa dissertação, mas para o crescimento dessa pesquisadora, meu muito obrigada.

Agradeço as funcionárias do programa de Pós-graduação em Sociologia, Ângela e Irany, sempre tão presentes, tão solícitas em me ajudar na resolução das questões que surgiam, bem como ao Vicente, funcionário

novo na casa, mas sempre solicito quando precisamos. Também aos funcionários do departamento Lecy, Simone, José Antonio, Evânia, Juliana Costa(hoje funcionária da administração da FFLCH), e a Silmara (*in memoriam*). A Lucinéia de Almeida, ou carinhosamente chamada de Néia, meu agradecimento pelos debates, pela militância, pela preocupação comigo. A todos estes trabalhadores meu carinho, meu afeto, meu respeito e meus agradecimentos por terem-me “adotado” junto a família Uspiana, junto ao cotidiano de vocês.

Aos meus informantes, pela confiança e pela riqueza dos dados fornecidos, pelo aprendizado. A instituição pesquisada pela liberdade consentida a esta pesquisadora.

Aos meus amigos que ao longo do caminho foram me aparecendo como dádivas. Ao Eleilson Leite e Maria do Carmo das ONGs – Ação educativa, e Instituto Polis respectivamente, que cuja experiência de trabalhos me mostrou por dentro como funciona uma entidade não governamental. Ao Wilson Mesquita, amigo de coração generoso, das aulas de Francês as discussões sociológicas, que bom que ainda existam pesquisadores comprometidos com alguma transformação. A minha turma de mestrado, a todos pelas discussões iniciais na disciplina de projeto de pesquisas, e a aqueles que foram ficando e ficando e contribuindo para pensar o meu objeto de estudo, deixando-o mais complexo. Aqui ficam sempre os mais chegados que escapolem as relações extra-sala de aula, meu agradecimento a Janaina Bloch(Jana) que conheci antes mesmo de nos oficializarmos enquanto alunas de mestrado, ainda no ano de 2003 amiga presente, cúmplice das mesmas incertezas. A Carla Dieguez, ou minha querida Carlota, a Bárbara (Bah), a Ivanira(Ivis), Tatiane(Tati), Júnia, ao André Chuí e Leonardo Ostronoff, que chamo carinhosamente de Leozinho. Todos tão presentes, tão críticos, tão amigos. A Maíra, a Maria Mota, ao Dmitri Cerbonici, aos meus amigos sociólogos da cultura que me ensinaram a ver a vida com mais arte, mas sem jamais perder o senso crítico. A Aninha Barone, hoje professora da FAU-USP, pelas dicas e contribuições e pela amizade.

Aos meus amigos de CRUSP, sempre exerceram um papel importante de familiares, de companhia em diferentes momentos, mas presentes durante todo esse percurso. A Rita (*in memoriam*),sem palavras para descrever o que

ela fez a uma recém chegada do Nordeste e “perdida” no mundo que é São Paulo. Ao Dário Neto, Viviane Morcelle, Vera Schmidt , Rosalina Tavares, Carlos Tavares, Aline Silverol e Jô Santos, Tati e Rafael, amigos que me vieram depois de uma perda, a eles meu muito obrigada pela companhia, pela militância, pelas sugestões, pelo debate, pelo afeto. Aos amigos do Ceará, que como eu, vêm trilhando e compartilhando a experiência de viver em Sampa. A Jânia Perla e Paulo Rogers, antropólogos queridos. Paulo que nos últimos meses compartilhou comigo o conceito de Revolução molecular. E Jânia, pelo cuidado, pela alegria, e pelas angustias compartilhadas. Ela que também está prestes a defender algo, nada mais nada menos do que uma tese sobre assaltos a grandes instituições financeiras. A minha amiga Fluminense, Isabelli Martins (Belli), que desde o exame de qualificação vem acompanhado a angústia dessa pesquisadora envolta com o seu objeto.

Por fim, gostaria de agradecer a Universidade de São Paulo e a CAPES. A COSEAS - USP, e toda a equipe de assistência social, pelo apoio sempre que necessário, sem a moradia estudantil, este trabalho talvez não pudesse ser realizado. E a Capes, por ter me concedido uma bolsa que me auxiliou no desenvolvimento da pesquisa.

Siglas Utilizadas

ABONG- Associação Brasileira de Ongs.

BIRD – Banco interamericano de desenvolvimento

CEBS- Comunidades eclesiais de base

CONSEA - Conselho nacional de segurança alimentar

FMI – Fundo monetário internacional

GIFE – Grupo de institutos, fundações e empresas

IBGE – Instituto brasileiro de geografia e estatística

IPEA – Instituto de pesquisas econômicas aplicadas

JOC - Juventude operaria católica

JUC – Juventude universitária católica

LBA – Legião brasileira de assistência

LOAS – Lei orgânica de assistência social

ONG - Organização não governamental

ONU - Organização das nações unidas

OS – Organizações sociais

OSCIP – Organização social de interesse público

PIB – Produto interno bruto

PPS – Parceria público privado

TCU – Tribunal de contas da união

Relação de tabelas e quadros utilizados

Tabela 1 - Grupo dos entrevistados – p. 18

Tabela 2 - Períodos de constituição formal das associadas à ABONG – p. 44

Tabela 3 - Perfil dos entrevistados – p. 56

Tabela 4 - Fóruns, Redes e conselhos dos quais o “VIRTÚ” participa p. 65

Tabela 5- Salários equipe 2007/2008 p.68

Tabela 6 - Planos diretores/ atividades correlatas feito pelo “virtú” 1995 – 2007. p. 70

Quadro – Organograma do Instituto VIRTÚ p. 61

Quadro – Rede interna de ONGs - p. 67

Vê ainda:

Tabela 3(Fonte IBGE) –Número de Fundações privada sem fins lucrativos, segundo classificação das entidades sem fins lucrativos - Brasil 2005. p. 36

RESUMO*

O objetivo deste trabalho é compreender as mudanças históricas ocorridas durante o período de redemocratização do Brasil, por meio da avaliação da expansão das organizações-não-governamentais (ONGs) no país.

A partir da década de 90, dada a consolidação da democracia, notou-se uma explosão de criação de organizações não governamentais e um refluxo ou desaparecimento dos movimentos sociais. Utilizando-se uma ONG inserida no campo democrático participativo como modelo destas instituições, verificou-se o que estes atores, relativamente novos no cenário político e social, construíram e representam hoje na atual sociedade brasileira.

Utilizando-se de entrevistas como principal artifício metodológico, observou-se claramente que esta ONG reproduz em sua organização, a mesma lógica hierárquica e divisão de classes da sociedade na qual está inserida. Verificou-se também a relação da entidade com o partido dos trabalhadores. Destaca-se principalmente a maneira subjetiva e “pessoal” com a qual a relação ONG/sociedade é instituída. A pessoalidade é algo muito forte nessa relação, no entanto, se avaliarmos historicamente as relações que pautam nossas origens enquanto Estado, forjado desde seu nascimento nas relações de personalismo, de afetos e de favorecimentos, então a relação ONG/Partido/Movimento social torna-se plausível dentro deste contexto.

A explosão de surgimento de ONGs no final do século XX, pode ser caracterizada segundo Guattari(1987) como uma *revolução molecular* e em terras tupiniquins transformam-se naquilo que Oliveira(2003) descreveu como o “ornitorrinco”. As ONGs são importantes agentes de prestação de serviços, e estes serviços, por sua vez, são importantíssimos para a consolidação do sistema capitalista firmando-se como mercadoria. Estas são as contradições e as ambigüidades que formam o Estado que somos hoje.

Palavras Chaves: ONGs – Participação - Sociedade Civil - Democracia – Capitalismo.

*sarafs77@yahoo.com.br

ABSTRACT*

The objective of this study is to understand the historical changes after the outcome of new democracy in Brazil, through an evaluation of non governmental organizations (ONGs).

In the last twenty years, occurred an explosion in births of ONGs and a slow disappearing of political manifestations in the society. Taking one determined ONG as a model, we were able to see what these institutions had modified in our social and political environment.

Using interview as our major method, we could observe that ONG's organization obeys the same hierarchy logic of the brazilian society. We also investigated the relationship of this ONG and the actual government party. This work highlights the way this relationship is built and formed. It becomes very clear that the majority of relationships are made through a subjective criterion and actually, it is not a surprise in such a country that has the tradition of always take personal sides in its political context.

The explosive appearing of ONGs at the end of XX century could be characterized as *a molecular revolution* agreed the author Guattari(1987) and is described as an "ornitorrinco" by the author Oliveira(2003) ONGs are now important agents to the solidification of capitalistic system. These ambiguities and contradictions are forming the political State that we have today in this country.

Keys Words: ONGs - Participation - Civil Society - Democracy - Capitalism.

*sarafs77@yahoo.com.br

Sumário

INTRODUÇÃO.....	14
1. O PERÍODO DE TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA	19
1.1. A NOVIDADE PETISTA.....	28
1.2. O MOVIMENTO SINDICAL	29
1.3. ASSOCIATIVISMO NO BRASIL: ONGs E O TERCEIRO SETOR.	34
1.3.1. <i>Demarcações históricas e conceituais</i>	37
1.3.2. <i>A Associação Brasileira de ONGs, a ABONG</i>	42
1.3.3. <i>O Trabalho das ONGs</i>	46
1.3.4. <i>Financiamento</i>	48
1.4. A REFORMA DO ESTADO E A IDÉIA DE SOLIDARIEDADE NO BRASIL.....	50
2. O FETICHE DA CIDADE	56
2.1. OS PROGRAMAS.....	62
2.2. FINANCIAMENTO	68
3. O ORNITORRINCO NA CIDADE	75
3.1. GESTÃO E POLÍTICA	82
3.2. CONFLITOS INTERNOS, PARTIDOS POLÍTICOS: O DISSENSO	84
3.3. ONGs E MOVIMENTOS SOCIAIS	100
4. AS DUAS FACES DA MESMA MOEDA.....	110
4.1. ESCOLA DA CIDADANIA.....	110
4.2. SETOR DE URBANISMO.....	112
4.3. AS FACES DA PARTICIPAÇÃO	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	125
ANEXOS	128
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	133

Introdução

TCU vê desvio de 55% em verbas de ONGs: segundo auditoria entidades sem condições de receber convênios receberam recursos do governo federal. O tribunal de contas da união analisou 28 convênios com dez ONGs, que receberam R\$ 150,7 milhões do governo de 1999 a 2005 para cuidar de serviços como saúde indígena e concessão de bolsas de estudos.¹

A epígrafe acima é parte constitutiva de matéria veiculada no jornal *Folha de São Paulo* de 12 de novembro de 2006. Tal notícia ocupou posição de destaque em um dos principais veículos midiáticos do país, sinalizando inclusive a possibilidade de instituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito no Senado para investigar práticas supostamente ilícitas de organizações não governamentais.

“O senador Heráclito Fortes [do PFL (atual DEM)²], partido conservador e de oposição ao governo atual] afirmou em entrevista à **Agência Senado** (...) que apresentará, no início de março, novo requerimento pedindo a criação de comissão parlamentar de inquérito (CPI) destinada a investigar a transferência de recursos do Orçamento da União, entre 2003 e 2006, para organizações não-governamentais (ONGs) e organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs), o que já havia sido solicitado em 2006 (...) - Essa CPI é a favor do Brasil; vai investigar as ONGs ruins e proteger as boas - disse o senador”. (www.senado.gov.br). (Landim: 2006, 2007. p.4).

As Organizações não governamentais (ONGs) e suas relações com o Estado no encaminhamento das políticas sociais a partir da década de 1990 e a problemática que envolve este assunto têm me acompanhado desde a graduação, quando tive os primeiros contatos com as teorias sociológicas e com todo o crescimento e divulgação sobre as ONGs e sua “função social”, a de promover ou gerir “programas de políticas públicas”, principalmente a partir dos anos 90. A narrativa acima e seus desdobramentos incidem, portanto, sobre problemáticas que estão em meu horizonte de preocupações e se tornou objeto de minha pesquisa há pelo menos quatro anos, tempo de pesquisa desse trabalho de mestrado.

¹ Folha de São Paulo, Domingo, 12 de novembro de 2006. Ano 86, No. 28.347.

² Parêntesis nossos.

É fato que estas formas organizacionais colocaram-se cada vez mais em evidência no espaço público brasileiro, assumindo posições relacionadas ao poder e ao desenho de políticas públicas. Neste sentido, várias questões começaram a surgir, como a relação existente entre as ONGs e os movimentos sociais e de que forma esses personagens³ atuavam na constituição e fortalecimento do direito e da política do País. Direito pensado aqui como em Hannah Arendt, no sentido de pertencimento a uma comunidade organizada⁴. Desse modo, era preciso encontrar elementos que permitissem interrogar esse fenômeno a partir da crise da sociedade brasileira, bem como visualizar a ação do Estado sobre a crise.

Partes dessas questões foram contempladas em 2004, no trabalho final de graduação; nele abordamos o campo de atuação das ONGs e a relação destas com o Estado, tendo como norte as seguintes reflexões: Não estariam as ONGs legitimando a retirada do Estado na questão social? Não estariam legitimando a minimização do Estado? Como surge essa questão? Vejamos, hoje encontramos ONGs em todas as esferas sociais, desde aquelas que trabalham com questões relacionadas à habitação, saúde, educação, meio ambiente até as que se dizem representar minorias, como mulheres, homossexuais, negros etc. Mas como isso se constituía? Ninguém sabia explicar, era algo novo, nem mesmo colegas de curso que trabalhavam nessas organizações sabiam dizer do que se tratava, a não ser que era uma fonte de trabalho, de manutenção pessoal. Inclusive a literatura acadêmica sobre tal assunto ainda é incipiente nessa questão. Nesta perspectiva direcionei meu olhar para tal fenômeno, e decidi estudar uma ONG do chamando campo⁵ da ABONG⁶ (Associação Brasileira de ONGs), o Cearah Periferia.

³ No sentido em que trabalhou Eder Sader em seu clássico livro *Quando novos personagens entram em cena*. São Paulo. Paz e Terra, 1988.

⁴ Arendt, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

⁵ A teoria dos campos constitui, sem dúvida, uma parte central da sociologia de Bourdieu. A noção de campo foi introduzida pelas análises da sociologia da arte e da sociologia religiosa que fazem aparecer as relações simbólicas, como funcionam no seio de um mercado dotado de uma lógica específica. A leitura de Marx e de Weber, assim como as pesquisas no domínio econômico, constituíram as fontes. A análise mostrou como os jogos dos interesses econômicos poderiam se transfigurar ainda nos jogos desinteressados da vida intelectual. Bourdieu apresenta o conjunto do espaço social como um sistema de mercado onde há interesses específicos dos agentes. Os campos podem, então, se definirem como “espaço estrutural de posições cujos proprietários dependem de sua posição nos espaços e que podem ser analisados independentemente das características de seus ocupantes (em parte

Dando continuidade à linha de pesquisa iniciada na graduação, esta dissertação se propõe a entender um pedaço da “colcha de retalhos” que é a sociedade civil brasileira. Nós observamos, no entanto, que o problema colocado aqui está longe de ser simples; pois ainda temos como tarefa decifrar os sentidos da atualidade e buscar os *elos perdidos* que permitam responder ao enigma sobre a política: essa ainda tem algum sentido?

Esse trabalho está organizado em quatro capítulos. No primeiro há uma construção histórica do processo da luta pela redemocratização no Brasil. Observamos, com isso, o surgimento de variados atores no cenário brasileiro: Partidos Políticos, Movimentos sindicais, movimentos sociais urbanos, e aqueles grupos emergentes, compostos por pessoas saídas das Universidades, e alguns retornando após longo período de exílio. Estes atores que, a princípio, assessoravam os movimentos sociais urbanos e sindicais, são os que *a posteriori* vieram a constituir aquilo que denominamos de organizações não-governamentais.

determinadas por eles)”, (*Questões de sociologia*, 1980). A política, a filosofia, a religião, a ciência funcionam como campos nos quais se realizam sempre uma luta entre dominantes e dominados, entre o ortodoxo e o heterodoxo. Cada campo aglutina jogos e interesses específicos irredutíveis àqueles que são próprios a outros campos. A estrutura de um campo a um momento dado é um estado da relação de força entre os agentes e as instituições engajadas numa luta. Este estado corresponde também a um estado de distribuição particular do capital específico que, acumulado ao curso das lutas, orienta as estratégias futuras. Todo campo se inscreve então numa história que ele mesmo deposita. *Saliento que o termo Campo é dito muitas e muitas vezes pelas próprias personagens, nesse sentido, recorro à definição de Bourdieu, porém, a utilizarei em sentido genérico.*

⁶ Associação brasileira de ONGs: A escolha por estudar uma ONG desse campo tem como razão a natureza dessas organizações em sua grande parte por terem surgido ainda no período da ditadura militar, como assessoras dos movimentos sociais, na luta pela democracia e constituição dos direitos. Os critérios e procedimentos para se associar à ABONG e contribuir financeiramente são os seguintes: **1.** que as entidades possuam CNPJ, personalidade jurídica própria como associação civil sem fins lucrativos ou fundação; sejam autônomas frente ao Estado, às igrejas, aos partidos políticos e aos movimentos sociais; mantenham compromisso com: a constituição de uma sociedade democrática e participativa, incluindo o respeito à diversidade e ao pluralismo; o fortalecimento dos movimentos sociais de caráter democrático; a ampliação do campo da cidadania, a constituição e expansão dos direitos fundamentais e da justiça; tenham caráter público em relação aos seus objetivos e ação; tenham ao menos dois anos de experiência comprovada **2. Documentos necessários:** O pedido de admissão é apreciado mediante o envio de carta-proposta de filiação contendo a declaração de estar de acordo com a carta de princípios da ABONG; cópia do plano de atividades detalhado da entidade; cópia do relatório de atividades; Cópia do balanço financeiro, preenchimento de uma ficha modelo; cópia do seu estatuto; cópia da ata de eleição de seus dirigentes; carta de apresentação de duas ONGs associadas. **3. Contribuição financeira:** Quanto à contribuição financeira à Associação, esta é anual, sendo o valor de 0,15% sobre o valor do orçamento do ano anterior, podendo ser pago em até três vezes (disponível no site www.abong.org.br).

Este primeiro capítulo busca resgatar essas trajetórias, entender a função e as concepções defendidas por esses grupos, e o que originou a fundação de uma entidade articuladora como a ABONG.

No segundo capítulo há uma descrição da ONG pesquisada. Os levantamentos obtidos junto à Instituição referem-se à sua origem, áreas de atuação, programas desenvolvidos, público alvo e financiamentos. Os dados da pesquisa de campo foram coletados numa ONG de grande visibilidade nacional: O Instituto “*VIRTÚ*”, uma ONG de referência nacional no trato da questão da política urbana, de grande importância e destaque, por ser uma das mais bem sucedidas nesse campo da ABONG.

Foi realizado, inicialmente, um levantamento de todas as publicações do “*VIRTÚ*”, como também a participação em vários cursos da Escola da Cidadania. E foi na participação dos cursos da Escola da Cidadania que os movimentos sociais apareceram de forma destacada nesse universo do campo movimentalista. Apesar de não fazerem parte de minha pesquisa, algumas entrevistas foram realizadas com pessoas atuantes nos movimentos de Moradia de São Paulo, Capital e Interior, bem como no movimento da defesa da criança e do adolescente, e integrantes do movimento Saúde, ambos da Cidade de São Paulo.

A pesquisa foi realizada de meados de 2004 até o início de 2008. Os dados empíricos dos quais podem-se extrair informações importantes, foram coletados por meio de entrevistas diretas, anotações de seminários e debates, cursos, material encontrado na “Internet” e notícias de imprensa. Estes são os dados apresentados no terceiro capítulo, o “*VIRTÚ*” por ele mesmo.

O quarto e último capítulo apresenta duas ações concernentes a duas equipes distintas do “*VIRTÚ*”. A primeira é da Escola da Cidadania. Em se tratando de uma das últimas equipes criadas, procuramos compreender como ela é absorvida pela Instituição. A segunda ação se concentra na equipe de urbanismo, especificamente como esta vem trabalhando na assessoria aos planos diretores. Posto isto, por meio da análise desses dois casos, queremos apreender, em certa medida, como uma ONG do chamado “campo democrático e participativo” se realiza ou reproduz a sociedade brasileira.

Podemos resumir, esquematicamente, o grupo de entrevistados conforme a tabela a seguir.

Tabela 1 - Grupo dos entrevistados

“VIRTÚ” (número de entrevistados)		Movimentos sociais	
Coordenadores ou Dirigentes	Técnicos	Lideranças	
07	06	04	TOTAL = 17

Fonte: Dados coletados a partir do trabalho de campo.

A partir desse resgate histórico em conjunto com os dados de campo, tentamos compreender as mudanças ocorridas durante o período de redemocratização e de constituição de direitos, no qual se havia, nos dizeres de Herbert de Souza, uma sociedade “de costas para o Estado”. Neste novo momento da dita nova sociedade civil brasileira, em que temos instituído um Estado, com uma constituinte, fruto dos movimentos existentes na época, cujos segmentos e pessoas participaram ativamente na luta pela garantia dos direitos, verificou-se o fortalecimento da democracia, com uma também dita ampliação da cidadania. É de extrema importância hoje compreender como aqueles atores do passado se encontra no presente, uma vez que não há mais motivo para se viver de “costas para o Estado e contra o Mercado”. Entender como se estabelecem as infinitas parcerias e as práticas políticas é o que propõe, em certa medida, terceiro e o quarto capítulos. Ou seja, o que ONGs que são específicas do campo democrático participativo representam na sociedade brasileira? E também pensando a partir desse microcosmo, dessa micro política, das ações de entidades como o VIRTÚ, que interrogamos, que tipo de sociedade construímos?

1. O PERÍODO DE TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA

“No princípio criou Deus os céus e a terra. E disse Deus: Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança; e domine sobre os peixes do mar, e sobre as aves dos céus, e sobre o gado, e sobre toda a terra, e sobre todo o réptil que se move sobre a terra. E criou Deus o homem à sua imagem; à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou.”⁷.

Durante o período autoritário no Brasil os grupos de resistência tiveram uma atuação caracterizada como “contra o Estado”. O que não poderia ser diferente, dada a forma opressora como estes grupos eram tratados, bem como a sociedade, principalmente no que diz respeito à questão da liberdade e dos direitos.

A transição pela qual passou a sociedade brasileira entre as décadas de 1970 e 1980, assim como em alguns países da América Latina, pode ser caracterizada como sendo um dos momentos marcantes de nossa história, dada toda sua movimentação e participação política.

Essas décadas marcam um novo quadro organizativo na história das organizações civis do País. Esse novo quadro configurou-se pela abertura de canais institucionais de participação e representação política⁸. Contudo, não se pode considerar que estas organizações surgiram somente em reação à ditadura. O cenário autoritário apenas configurou uma situação extrema que vinha sendo gestada pelos variados atores sociais que reivindicavam, de alguma forma, a participação política.

A crise econômica, na década de 80 - considerada por muitos economistas como a década perdida, a estagnação e as altas taxas de inflação são as principais características da economia brasileira nos anos 80. O PIB que na década anterior tinha tido um crescimento em média de 7%, na década de 80 sofre consideráveis reduções, indo a 2% em média. Aliada a uma situação marcada pelo alto índice de analfabetismo⁹(Entre 1986 a taxa

⁷ Gênesis Capítulo 1 (www.bibliaonline.com.br).

⁸ Como na maioria das sociedades latino-americanas, as lutas do Brasil de hoje são disputadas em torno de projetos alternativos de democracia. Os movimentos sociais participaram ativamente dessa luta, desde o começo do regime autoritário no início dos anos 70.

⁹ (IBGE, Censo Demográfico 1991 e Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1986-1990, 1992-1993, 1995, dados não publicados). Vê endereço:

de analfabetismo da população de 15 anos e mais de idade era de 20,0%, os valores para os anos de 1987, 1988, 1989, foram, respectivamente, 20,0%; 17,0%; 19,7%) e miséria. Importante observar que o desemprego não acompanhou o fraco desempenho da economia brasileira desse período. Apenas no início de 80 houve um período de desemprego (de 7,9%, 6,3%, 6,7% e 7,1% nos anos de 1981, 1982, 1983 e 1984 respectivamente) que entretanto, não chegou nunca a atingir os níveis atuais. Foi todo este o cenário para a movimentação popular contra o regime da época.

Assim, os movimentos sociais surgem e suas lutas independem de suas posições estruturais em esferas específicas como Estado ou o mercado, por exemplo. Dependem sim, da capacidade que possuem em articular suas demandas para a sociedade. Nesse sentido utilizamos a reflexão de Melluci (1996), pois, para esse autor, os movimentos sociais não podem ser considerados como simples respostas aos “problemas” convincentes nesta ou naquela esfera, e de transmitir essa “realidade” ao conjunto da sociedade.

Autores diversos se propuseram a estudar e analisar os movimentos sociais em seu desenvolvimento histórico, em sua dinâmica interna, e sua relação com o poder. Apesar de não haver uma definição única e universal (Gohn:1997), entende-se que representam o conjunto de ações coletivas dirigidas a reivindicações de melhores condições de vida e de trabalho.

A construção de uma nova concepção de sociedade mais democrática é resultado das lutas sociais empreendidas pelos movimentos e organizações sociais desse período, que reivindicaram, sobretudo, direitos e espaços de participação. Nesse processo desenvolveu-se a concepção de cidadania, como uma categoria coletiva, como bem destaca Telles (1994), pois há “o reconhecimento do outro, até então excluído, segregado e estigmatizado, como sujeito de interesses válidos, valores pertinentes e demandas legítimas”.

Diferentemente do debate europeu sobre os novos movimentos sociais, centrado na crise do Estado do Bem-Estar Social e das transformações da sociedade industrial, Doimo(1995) direciona sua análise a respeito dos movimentos sociais tanto como negação das instituições estatais quanto para reivindicação de direitos que podem vir a ser atendidos.

No centro da sua teoria encontramos a categoria de ação-direta, por acreditar que esta seria a marca comum desses novos impulsos participativos, Doimo atribui essa mesma ação especificamente aos movimentos sociais e define, assim, um tipo de ação-direta e participativa, que surgiu em esferas inesperadas, como no comércio e em setores culturais, por exemplo. A ação direta se caracteriza por ser uma ação que independe de intermediários, de partidos.

Emir Sader (1988), por seu turno, é um autor que fornece elementos para se pensar essas questões sociais. Este examina os métodos das instituições em crise, a Igreja, por exemplo, e sua reformulação do discurso e práticas por meio da matriz discursiva da teologia da libertação. Em sua obra, este autor vê os movimentos como uma modalidade da emergência das classes populares em São Paulo; pois, segundo ele, uma das características dessa modalidade é a diversidade de origem. Foi essa diversidade que ajudou a garantir que os movimentos não fossem reduzidos ou sintetizados por alguma forma superior, como ocorreu, por exemplo, no fim do Estado novo em 1945 e com o golpe de 1964. Nesse período, de 19 anos, também houve diversidade nas manifestações sociais de operários urbanos, trabalhadores rurais, posseiros, que ainda permaneciam na órbita do Estado, sendo aquelas manifestações acossadas pelo intervencionismo getulista, ou por partidos políticos.

Não podemos nos esquecer de que dessas lutas dos trabalhadores constituiu-se as “ligas camponesas”, constituídas por trabalhadores rurais de várias regiões, até o golpe de 1964. A luta pela reforma agrária no interior de Pernambuco, por exemplo, teve uma origem resultante das ações do PCB no campo. Em pouco tempo, as ligas camponesas se espalharam por mais de trinta municípios do interior pernambucano e de estados vizinhos. As ligas, além da liderança de Francisco Julião, deputado do PSB, contaram com o forte apoio de setores da Igreja Católica. Diferentemente dos que apontam algumas análises, o MST não se origina das Ligas Camponesas, mas sim da Pastoral da Terra.

Sader nos mostra, também, como nos anos 70 a Igreja Católica teve presença forte em vários movimentos com sua rede de agentes pastorais. Entretanto, o peso concreto das práticas dessas pessoas residia nas matrizes

discursivas da Igreja que trazia e criava novas formas de expressão. Da mesma maneira, o novo sindicalismo também teve sua origem na estrutura sindical dada pelo Estado, mas conseguiu reivindicar autonomamente novos direitos que não eram aceitos pelas empresas e pelo próprio Estado¹⁰. Para o autor, essa diversidade pode ser representada por quatro movimentos abordados em seu livro: o do clube das mães, o sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo, a oposição metalúrgica em São Paulo e o movimento de saúde da zona leste.

Ainda retomando Sader (1988), uma personagem merece destaque, por sua importância nesse período de constituição dos direitos, representada pela figura da mulher. É importante observar que as mulheres não participaram somente dos movimentos centrados nas questões femininas, ou na esfera de produção, ou que, ainda, aglutinassem somente mulheres. Estas estiveram presentes nas ocupações de terrenos urbanos, nos movimentos de saúde, na melhoria dos transportes, nas comunidades de base e na luta pelo direito ao voto.

A luta pela participação feminina data dos anos de 1900. Na revista literária *A Mensageira*, destinada ao público feminino, há um artigo no qual o Supremo Tribunal Federal reconhece o exercício da profissão de advogada por mulheres (A mensageira, 1987, *apud* Souza – Lobo: 1991).

A participação das mulheres nos movimentos políticos abriu espaço para uma prática política diferenciada, sendo que os espaços de luta estavam delimitados pela ditadura. O que teria sido dos presos, do movimento pela anistia, dos prisioneiros políticos, dos desaparecidos políticos, se não fossem as mobilizações e as lutas impetradas pelas mães, irmãs e esposas?

As mulheres passaram a estar no centro das discussões políticas, devido ao ingresso destas no mercado de trabalho. A reivindicação da garantia de direitos referentes à maternidade, criação de creches e abono salarial resultou em direitos adquiridos depois de certo tempo de lutas; e funcionou como base dessas lutas, em certa medida, o clube das mães descrito por Sader (1988).

A mãe e, muitas vezes, a dona de casa que participava ativamente das atividades das igrejas, foram as personagens que constituíram os clubes de

¹⁰ De modo a impedir as limitações às falas do movimento sindicalista, movimento também contrário à carestia e de reposição salarial. A sua autonomia foi obtida não somente em relação ao Estado, mas também dos partidos políticos (cf. Santana: 1999).

mães, na periferia da zona sul de São Paulo. A coordenação dos clubes de mães surgiu de mulheres ligadas à pastoral: a igreja e o bairro se tornaram espaços de sociabilidade dessas senhoras, que passaram a narrar suas histórias apoiadas em um discurso religioso dignificante ligado à necessidade de ampliação e de criação de novos direitos.

Nas palavras das mulheres dos clubes de mães, o cotidiano aparece como um espaço de reconhecimento das experiências comuns, nas quais se enraíza sua participação. Não é a natureza das reivindicações - remetendo à reprodução e, conseqüentemente, a uma situação 'própria das mulheres' - mas a forma de agenciamento coletivo que abre caminho para a construção de um campo social novo e para a reflexão sobre os atores, em particular sobre aqueles atores dominados, cujos "movimentos, ao mesmo tempo carregados de revolta e portadores de inovações, constroem nossas sociedades" (Wieworka: 1986; ver também Souza-Lobo: 1987 *apud* Souza-Lobo: 1991).

O estudo de Ana Luisa Souto demonstrou que havia um movimento similar ao do clube de mães, no ano de 1967. O clube de mães funcionava como assessoria da prefeitura e de uma organização católica, a Cáritas, onde mulheres ensinavam, umas às outras, a costurar. O clube ainda contava com o apoio da extinta Legião Brasileira de Assistência (LBA) (cf. Sader: 1988).

A formação de um novo sujeito coletivo, em certa medida oriundo dessas práticas e ações surgidas no Clube de Mães, irá fomentar o surgimento do que classificamos aqui como as mulheres "militantes", que, de forma mais radical, irão romper com a idéia tradicional de mulheres "donas-de-casa", recorrendo aos seus papéis de ativistas nas lutas em espaços públicos, a começar pelos problemas identificados no bairro, sendo que vieram a formar também um outro importante movimento, esse último contra a carestia.

Os anos de 1930 foram anos de grandes lutas e conquistas desses movimentos de mulheres. A conquista do direito à educação e o direito ao voto resultou de lutas de mulheres que se opunham à dita mulher tradicional, presa à esfera privada. No entanto, a questão da desigualdade ainda não havia sido problematizada nesse período pelos segmentos excluídos da sociedade: mulheres, negros e índios (Souza-Lobo: 1991).

Com a participação feminina no trabalho assalariado, inicialmente na primeira metade do século XX, e a posterior nas décadas de 70-80 o

movimento feminista das militantes começou a reivindicar igualdade salarial, reconhecimento de competências e promoções, entre outras coisas.

Essa discussão, que permaneceu subjacente às práticas sindicais, foi precipitada pelo processo da Constituinte, que abriu o caminho para a expressão dos diferentes discursos dos movimentos sociais e, em particular, para os discursos sobre a cidadania dos excluídos. O questionamento da igualdade formal dos direitos e da especificidade das mulheres revelou-se singularmente rico a propósito do trabalho e da saúde (incluindo a contracepção e o aborto), (Souza – Lobo: 1991).

É aconselhável observarmos que nesse período de 1970-80 inúmeros conflitos surgiram. Houve lutas não somente de mulheres, mas de negros e de comunidades indígenas, dada a expansão da fronteira agrícola e disputa por terras. A sociedade, por não ter capacidade de processar tal demanda, no decorrer dos anos assistiu à introdução de novos conceitos que expressavam a complexidade em que vivia, recobrando a consciência da situação na qual os indivíduos estavam mergulhados.

Em uma sociedade marcada pela desigualdade e pela exclusão, os movimentos de mulheres desempenharam e ainda desempenham um papel importante no questionamento do problema da desigualdade. De suas lutas recentes podemos registrar a criação do conselho da condição feminina em São Paulo, em 1982, e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Outros conselhos surgiram, bem como comissões de mulheres se formaram e criaram núcleos em partidos e sindicatos, sendo que atualmente é obrigatório a todo partido político ter um percentual (30%) de mulheres como candidatas nos anos eleitorais.

Das lutas dos movimentos de mulheres, foi criada a delegacia de mulheres, onde a maior parte da equipe é composta por mulheres, com a finalidade de encaminhar com mais atenção os casos que ali chegam. Em 7 de agosto de 2006, foi sancionada, pelo então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a Lei nº. 11.340, mais conhecida como lei Maria da Penha¹¹. Essa foi uma lei que criou mecanismos para coibir a violência

¹¹ A biofarmacêutica Maria da Penha Maia lutou durante 20 anos para ver seu agressor condenado e ela virou símbolo contra a violência doméstica. Em 1983, o marido de Maria da Penha Maia, o professor universitário Marco Antonio Herredia, tentou matá-la duas vezes. Na primeira vez, deu um tiro e ela ficou paraplégica. Na segunda, tentou eletrocutá-la. Na ocasião, tinha 38 anos e três filhas, entre seis e dois anos de idade. A investigação começou em junho do mesmo ano, mas a denúncia

doméstica tão presente em nossa sociedade. A nova lei alterou o Código Penal, no sentido de possibilitar que os agressores sejam presos em flagrante ou tenham sua prisão preventiva decretada. Como observa a própria vítima que deu o nome à lei, "a sociedade estava aguardando essa lei. A mulher não tem mais vergonha (de denunciar). Ela não tinha condição de denunciar e ser atendida na preservação da sua vida" ¹².

Outro agente de transformações que merece ser analisado é a Igreja Católica. Historicamente, a Igreja esteve sempre vinculada às classes dominantes das esferas política e econômica. No entanto, a partir dos anos 60, com a repressão militar, não só no Brasil como em toda a América Latina, a Igreja passou a constituir-se como espaço público que serviu como abrigo a vários grupos de oposição ao regime e que tentavam se organizar e apresentar suas reivindicações. A estrutura capilar da Igreja, praticamente em todo território nacional, fez com que a instituição tivesse consciência dos excessos cometidos pela ditadura e de seu impacto nas cidades e no campo. Nessa época, meados das décadas de 60-70, a participação dos leigos nas igrejas também cresceu por conta da JUC (Juventude Universitária Católica) e da JOC (Juventude Operária Católica). No entanto, a JUC estava bastante desorganizada, com problemas com a hierarquia da Igreja, e a partir de 1962 havia se transformado, em grande parte, na Ação Popular – AP. Dos movimentos da Ação Católica, a JOC e a ACO, foram as que permaneceram em atividade. É preciso lembrar a criação nos anos 70 da Pastoral da Terra, Pastoral Operária e Pastoral Indígena. Surgem também nesse período as comunidades eclesiais de base (CEBS) e os centros de educação popular.

Vários movimentos ocorrem em todo país, a igreja passa em certa medida a dar apoio a estes movimentos, sejam de saúde, saneamento, da luta

somente foi apresentada ao Ministério Público Estadual em setembro de 1984. Oito anos depois, Herredia foi condenado a oito anos de prisão, mas usou de recursos jurídicos para protelar o cumprimento da pena. O caso chegou à Comissão Interamericana dos Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), que acatou, pela primeira vez, a denúncia de um crime de violência doméstica. Herredia foi preso em 28 de outubro de 2002 e cumpriu dois anos de prisão. Atualmente, está em liberdade. Após as tentativas de homicídio, Maria da Penha Maia começou a atuar em movimentos sociais contra violência e impunidade e hoje é coordenadora de Estudos, Pesquisas e Publicações da Associação de Parentes e Amigos de Vítimas de Violência (APAVV) no seu estado, o Ceará. Informações disponíveis encontram-se no "site" da Secretaria de questões de Gênero e Etnia: http://www.contee.org.br/secretarias/etnia/materia_23.htm

¹² Entrevista disponível no site: http://www.contee.org.br/secretarias/etnia/materia_23.htm

pela terra, educação, da moradia, uma *revolução molecular*¹³ se travava pelo país adentro.

Para ilustrar a atuação da Igreja nos movimentos sociais urbanos, vejamos Feltran (2005) e seu estudo sobre o mutirão 1º de Maio datado do anos 80 em Carapicuíba¹⁴, município da Grande São Paulo. Os problemas iniciais em gerir e organizar o mutirão trouxe, num primeiro momento, a parceria com a prefeitura, e foi com a anuência do prefeito da época que a Igreja passou a atuar no mutirão. Com a entrada da Kolping¹⁵, novas formas de gerir foram implementadas no mutirão. Segundo Feltran (2005), “a obra alemã oferecia a eles uma espécie de catequese sobre o que encontrariam e o que seria feito no lugar. A Kolping tinha uma visão muito própria sobre em que consistia o mutirão e sobre o que faria com ele.” O Mesmo autor esclarece melhor a participação da Igreja junto ao movimento.

Falar bem a verdade, a entrada da Kolping estragou... certo que a gente tava bem atrasada, né? Porque na época nós num tinha 150 pessoas... era pra 240 morador e na época a gente só tinha 150... aí eles acharam melhor deixar a Kolping entrar porque aí entrava mais gente pra ajudar a pagar [...] porque o terreno já tava atrasado. E eles acharam por bem que se o padre entrasse, ia vir mais dinheiro, né? Só que veio muitas coisa junto...”. “[...] a Kolping tinha um grupo de pessoas querendo comprar terra também pra construir. Já tinha um grupo formado já, e aí foi quando o Pe. Adolfo entrou em contato com Fuad, o Fuad entrou em contato com o movimento. Foi quando foi feito esse acasalamento. Inclusive foi levado a gente, os antigos fizemos uma assembléia geral pra ver se era viável, juntar tudo, pra vir todo mundo pra cá. Aí todo mundo aprovou. Porque todo mundo tinha uma idéia diferente... se tá difícil agora, com mais gente vai ser melhor, vai

¹³ No trato do conceito de revolução molecular Guattari conceitua: “um imenso movimento de ‘retomada’ das máquinas técnicas pelas máquinas desejantes, o que eu denomino uma ‘revolução molecular’ correlativa da promoção de práticas analíticas e micropolíticas novas, permitirão alcançar um tal ajustamento; inclusive, o destino da luta das classes oprimidas – constantemente arriscadas a mergulhar em relações especulares com os poderes constituídos, a reproduzir relações de dominação – me parece estar ligado a esta revolução molecular,” (Guattari: 1987, p.172)

¹⁴ “Trata-se de uma encosta de morro, repleta de casinhas pequenas e ordenadas, sem nenhuma árvore, com vias cascalhadas e descidas íngremes. Lugar em que houve grande mobilização popular para conquista da habitação, então reivindicações coletivas, entre 1993 e 1994, com a compra de uma gleba em financiamento por 10 anos, pelo movimento de luta por Terra e Moradia 1º de Maio, seguida pela construção de casas (300 lotes de 75 m²), inicialmente através do sistema de mutirão autogerido e, posteriormente, autoconstrução.” (págs. 114 –115). É importante ainda salientar que desde seu início, esse mutirão esteve envolvido com o Partido dos Trabalhadores. Sônia, uma liderança do movimento, foi eleita vereadora pelo PT no município de Osasco na gestão de 1997 – 2000 (cf. Feltran: 2005, p. 118).

¹⁵ Obra Católica alemã. Cf. Feltran: 2005, p. 118.

sobrar dinheiro pra construir. Só que vieram com outras idéias, só que já tinha um grupo deles. Então, dali pra frente que o negócio mudou. (nota 42, p. 143).

O trabalho de Feltran, dentre muitas as propostas ali expostas, aponta para a questão da institucionalização dos movimentos sociais, como bem observa Doimo (1995), a recuperação da capacidade ativa do povo e seus desdobramentos e uma forma de práxis sócio-política que contou sobremaneira com a institucionalidade organizativa, material e simbólica da Igreja Católica.

Ana Doimo destaca três fatos importantes no Brasil que marcam essa efetiva posição da igreja:

- 1) a campanha de esclarecimento público de 1973 sobre os direitos humanos no Brasil;
- 2) o documento “Escutai os clamores do meu povo” subscrito por bispos e religiosos do Nordeste.
- 3) o documento dos bispos de Goiás e do Centro-Oeste intitulado “Marginalização de um Povo”.

Coerente com esse projeto modernizador da Igreja e para a então nascente “Igreja Popular” o papel do leigo é revisto, sendo-lhe atribuído um papel muito mais ativo e de destaque na realização de “serviços pastorais e até monastérios laicais”¹⁶. Assim, tradicionais apostolados leigos entram em decadência enquanto crescem modalidades de reflexões teológicas como a Teologia da Libertação, as organizações como as CEBS e as Pastorais. Por outro lado, também há a criação de pequenos organismos ou centros voltados à organização das relações locais, fruto do impulso descentralizador do Vaticano II.

Para Doimo, essa nova concepção de leigo faz parte da valorização do profissionalismo e a Igreja exerceu seu papel cortejando pessoas socialmente influentes, particularmente no campo da política, o que foi facilitado pela ampla coalizão de interesses contra a ordem sócio-política vigente.

Ana Doimo interpreta a mudança de postura da igreja em relação aos problemas sociais que, não raro, antes ela costumava maquiara. Conforme essa interpretação, era adaptar-se às demandas do momento ou ver o seu

¹⁶ Cf. Doimo: *op.cit.* (capítulo 3), p.82.

quadro de fiéis diminuírem drasticamente. Segundo Doimo, a Igreja Católica foi a instituição que se fez mais presente nos anos gloriosos dos “movimentos populares”, porque possuía estrutura e por atuar, sobretudo, em organizações de base nas “áreas populares”.

As novas práticas políticas inauguradas pelos movimentos sociais e as questões colocadas por estes no corpo da sociedade, redefinem o espaço da política. A política não é mais uma atividade exclusiva do Estado, mas da sociedade como um todo. Doimo (1995) cita Telles, que afirma que “a idéia do povo como sujeito de sua própria história ganhava cada vez mais corpo e tudo convergia para imaginar que a dimensão da vida sócio-política precedia canais de comunicabilidade de auto-organização popular engendrando elementos portadores de futuro”.

É precisamente esse o momento político em que a luta por direitos passa a ser o fio condutor desses movimentos, um novo padrão de cidadania passa a ser construído, o sentido de “ter direitos a ter direitos”, de participar da definição das políticas nacionais: a luta pela anistia, as “diretas já” e a constituição de 1988 passam a ser bandeiras para esses movimentos. Uma nova forma de institucionalização também se mostra para esses movimentos com a criação de um espaço novo, com a disputa pela palavra e participação política; e, entre outras coisas, com aquele que se tornou o maior partido de massas da América Latina.

1.1. A novidade petista

Oriundo das bases operárias e contando, contudo, com setores da classe política de oposição ao regime vigente, assim como setores da intelectualidade, esse partido tinha como missão levar a classe trabalhadora à condição de classe dirigente.

Naquele momento¹⁷ de transformações políticas, econômicas e sociais ocorrendo pelo País, parece legítimo que esse partido se apresentasse como o partido da classe trabalhadora, a princípio ancorado na classe operária, por meio de sindicatos. Num outro momento, com a adesão dos movimentos

¹⁷ Aqui, a referência é ao período autoritário no Brasil.

sociais urbanos, a Igreja e outros grupos de oposição ao regime militar, era natural que se constituísse como

O primeiro partido de massas criado no Brasil de origem externa ao sistema parlamentar a apresentar uma forma definida da classe trabalhadora inserir-se no sistema político. Todos os partidos políticos no Brasil, ressalvadas as tentativas (...), foram iniciativas das classes dominantes. (Pinheiro apud Meneguello: 1989, pág.10).

A novidade está que o partido dos trabalhadores nasceu decidido a ser o partido político dos movimentos sociais e populares. Segundo Chaui,

Essa novidade política, democrática contrária ao clientelismo, ao populismo, ao basismo e ao vanguardismo do 'centralismo democrático', não pode ser perdida. Ora, é ela que corre o risco de desaparecer se, para não ser instrumentalizado por grupos autônomos, o PT julgar necessário interferir na autonomia dos movimentos. (Chauí apud Meneguello: 1989. s/p.)

Seria ilusório acreditar no fato, como descreve Chaui, de que um partido surgido nos movimentos de base e de origem popular, em que as lideranças dos movimentos são as mesmas que assumirão o comando do partido, não iria interferir na autonomia dos movimentos e vice-versa; poderíamos dizer (e por quê não?), ainda, que seria uma relação de mutualismo – relação entre dois grupos distintos, nos quais os dois ganham em eventuais trocas -. Embora exista, nessa relação conflitos entre o partido e o movimento, a troca entre estes grupos sempre foi possível.

Para além das relações do processo de redemocratização do Brasil, dos canais institucionais, das relações partidárias, e no intuito de entender melhor a novidade petista, o próximo tópico irá focalizar a relação com o movimento sindical e com os movimentos sociais urbanos, uma vez que é da luta destes movimentos que surge o Partido dos Trabalhadores.

1.2. O movimento Sindical

As formas coercitivas, o controle direto, caracterizado pela intervenção nas entidades sindicais, o acesso limitado de líderes sindicais a postos administrativos do sindicato bem como o fortalecimento de uma estrutura voltada à prestação de serviços assistenciais, fruto do regime de 1964, levou

quase que ao fim o movimento sindical na época. Na verdade, a intervenção nas entidades sindicais e a estrutura voltada para atividades assistenciais são características da estrutura corporativa do sindicato único no Brasil, prevista na legislação desde 1939. O que houve a partir de 1964 foi a acentuação dessas características dentro dos marcos legais do sindicato no Brasil.

Excluídas politicamente, as classes trabalhadoras perderam, no novo regime, seu mais poderoso instrumento de luta: o direito à greve; no tocante às organizações sindicais, essa exclusão promoveu o deslocamento do âmbito das decisões salariais exclusivamente para o Estado, limitando-lhe significativamente o papel de negociadores com o empresariado. (Meneguello: 1989. p. 44).

Por mais que em 1968 o AI-5 tenha buscado destituir os direitos civis, a resistência social dos trabalhadores sempre existiu e estes sempre negociaram, ainda que em menor escala, com o empresariado e com o próprio Estado. Mesmo que os instrumentos oficiais do Estado, digam o contrário negando toda uma luta, esta existiu, mesma que clandestina, mas que não pode, no entanto, deixar de ser considerada uma ação política da classe trabalhadora. O que Meneguello acentua é que a partir de 1964 as atividades sindicais passaram a ser estritamente controladas, pois atingiam “os dois instrumentos principais usados pelos dirigentes sindicais na sua ‘barganha’ política com o Estado e o patronato: a greve e as reivindicações salariais” (Souza Martins, 1979:116). O estabelecimento da lei de greve (Lei no. 4.330, de 1º. de junho de 1964) limitava as greves e praticamente as impedia e a política salarial era estreitamente controlada pelo Estado, na medida em que, regulamentada por lei (Lei no. 4. 725, de 13/7/1965), definia os reajustes de salário a partir de cálculos elaborados por órgãos do governo. Essa política, denominada posteriormente, de “arrocho salarial”, fez com que o sindicato perdesse sua força de mobilização dos trabalhadores e tivesse sua autonomia mais ainda comprometida.

A partir de meados de 1980 foram introduzidas novas tecnologias, essa introdução de novas tecnologias foi incrementada, mas não atingiu todos os setores industriais. O discurso vigente na década de 1970 colocava ênfase na modernização das relações econômicas, mas ainda leva um tempo para

que essa modernização atingisse o sistema produtivo. O que por um lado estrangulou a estrutura produtiva, por outro, mostrou a necessidade de relações trabalhistas modernizadas. A partir disso, fez-se necessário que surgisse um sindicalismo mais moderno, uma necessidade de reestruturação, por isso o nascimento de um sindicalismo mais reivindicativo; o que vai ocorrer fundamentalmente na região do ABC paulista, onde se concentrava a indústria mecânica de grande porte principalmente as montadoras de automóveis.

Nessa rápida expansão do capital e na busca de eliminar os aspectos mais repressivos da legislação trabalhista, foi sendo elaborado um conjunto de reivindicações de caráter fundamentalmente político, juntamente com a atuação de jovens sindicalistas dos segmentos mais modernos da classe operária. Toda essa movimentação vai dar origem àquilo que a literatura especializada vai denominar de novo sindicalismo.

Esse grupo que veio a fomentar o novo sindicalismo inicialmente minoritário no movimento sindical, começou a articular-se por volta de 1973, em torno da situação em que a maioria dos operários vivia. Com isso, estes passaram a redefinir uma plataforma de reivindicações do movimento sindical. As principais questões reivindicadas diziam respeito a:

- *Crítica à legislação trabalhista brasileira;*
- *Realização de negociação coletiva entre sindicato e empresa de forma direta;*
- *Alteração da política salarial governamental, caracterizada então pelo arrocho salarial;*
- *Organização de comitês nas empresas e reconhecimento de delegados sindicais;*
- *Autonomia sindical*
- *Direito de greve*
- *Liberdade para o estabelecimento de relações com sindicatos estrangeiros que agrupavam trabalhadores de multinacionais.* (Meneguello: 1989, p. 46).

Foi somente por volta de 1977-78 que o sindicalismo passou a ganhar força, difundindo-se sua idéia pela classe operária com o conjunto de aspirações de liberdade política durante as mobilizações e greve iniciadas em 1978 mesmo, no ABC paulista. No entanto, as greves de 1979-80, que atingiram outras regiões e tiveram adesões de outras categorias, é que foram fundamentais para o fortalecimento do novo sindicalismo. O “novo

sindicalismo” não questionava a “unidade” ou, melhor, a unicidade sindical. Esta era uma reivindicação da oposição metalúrgica.

Em 1979, o novo sindicalismo constituído dentro dos sindicatos oficiais, além de outras forças de oposição sindical, dirigiu-se à constituição e organização do PT. Apesar de não existir uma idéia consensual com relação ao tipo de partido que deveria ser organizado, à quase totalidade dos líderes era sabida a necessidade dessa organização partidária para o desenvolvimento de suas lutas. Nesta perspectiva, foi canalizando também suas demandas para a formação de um partido para as classes trabalhadoras. Além do mais com as lutas que se seguiam nas cidades, e com o surgimento de movimentos sociais urbanos nasce o Partido dos Trabalhadores. É importante que se tenha, portanto, a compreensão de algumas questões preliminares:

- Uma idéia também nascente junto ao Partido dos Trabalhadores é o freqüente uso do termo popular¹⁸. Temos aqui a substituição da expressão “classes trabalhadoras” pela de “classes populares”. Esse deslizamento, de certo modo, vai negar a idéia de estrutura de classe, pois temos uma mudança da idéia de “proletariado” para a de “classes populares”, o que acaba por descaracterizar a clássica idéia de revolução.
- É o movimento sindical que, de certo modo, vai fortalecer e formar aquilo que se chama de “o núcleo duro” do partido. No cenário atual temos várias pessoas oriundas do movimento sindical e de outros segmentos importantes das lutas dos trabalhadores, dentre eles: Lula, Olívio Dutra, e Luiz Gushiken. Estes personagens da luta política recente no País reivindicaram e lutaram tanto pelo acesso aos fundos públicos, que hoje não é de se estranhar como eles utilizam tal recurso. Estas são as pessoas que de fato deram a direção ao partido, tendo, como ícone, Lula.

¹⁸ “O termo “popular” passou a ser amplamente usado pelos movimentos sociais, sendo atualmente consagrado o seu uso. Os discursos passaram então, fundamentalmente, a estar baseados na luta por direitos de populações excluídas e o uso das expressões citadas refletia também, de certo modo, a ruptura com a teoria marxista clássica.” (Feltran: 2.005, p. 40).

- Outro ponto a ser pensado é o que se refere às lideranças dos movimentos populares; dentre elas surgiram pessoas públicas do partido que acabaram se tornando, em boa parte, parlamentares. Temos como um dos primeiros exemplos a eleição para a prefeitura de São Paulo em 1989: Luíza Erundina, uma assistente social que ajudou na luta do movimento em defesa dos direitos dos favelados da zona leste paulistana.
- É importante ainda lembrar o papel que os intelectuais tiveram na constituição do partido e nas primeiras negociações em direção à constituição de um partido popular. Entre os centros importantes de difusão do conhecimento encontravam-se intelectuais ligados à Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), bem como centros de pesquisas como o CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), CEDEC (Centro de Estudos e Cultura Contemporânea). Entre os intelectuais vinculados a estas instituições, destacamos José Álvaro Moisés, Francisco de Oliveira, Paul Singer e Francisco Weffort.

Foi nesse caldeirão de movimentação e de mudanças, que vários atores oriundos de diversas classes e segmentos (muitos vindos do exílio após longo período) começaram a gerir, via assessoria, os movimentos sociais, fomentado a discussão pública sobre a situação política e social do País, o que veio a ser o embrião das primeiras organizações não-governamentais.

1.3. Associativismo no Brasil: ONGs e o terceiro setor.

Em agosto de 2008 foi divulgado o resultado de uma pesquisa realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas), ABONG (Associação Brasileira de ONGs) e GIFE (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas).

Com base no cadastro de empresas (CEMPRE de 2005), a pesquisa apontou que existem hoje no País 338 mil fundações e associações privadas e sem fins lucrativos (Fasfil). Em 2002 essas entidades representavam 275.895 mil, de 2002 a 2005 temos um crescimento de 22,6%. Segundo o Instituto de Pesquisa (IBGE), esses resultados sinalizam uma “desaceleração” no crescimento do número dessas instituições, porque houve, de 1996 a 2006, um crescimento da ordem de 157,0%. Neste último levantamento, o IBGE dividiu estas associações em cinco categorias caracterizadoras:

- Privadas, por não integrarem o aparelho do Estado.
- Não distribuírem eventuais excedentes
- Porque são voluntárias
- Porque possuem capacidade de autogestão
- Por serem institucionalizadas

O estudo aponta em números absolutos a existência de 83.775 entidades religiosas, já as de desenvolvimento e defesa de direitos chegam 60.259, o que representa, respectivamente, 24,8% e 17,8%, o que demonstra uma forte ligação com a natureza confessional do associativismo Brasileiro.

O IBGE ao lançar esses dados, expôs a questão da defesa dos direitos com um percentual superior ao apresentado por nós aqui, por quê? O Instituto classificou como ligadas à defesa dos direitos e aos interesses dos cidadãos aquelas entidades corporativas, patronais e de defesa de interesses de classe, estas representam 17,38% na pesquisa ora apresentada, sendo que, no entanto, os dados foram analisados separadamente, com o objetivo de se ter a real dimensão do que cada categoria representa no universo social.

Outro dado importante a ser observado na tabela a seguir é o baixíssimo número de entidades que trabalham com o meio ambiente e proteção animal, apenas 2.562 entidades, o que não chega nem a 1% do universo pesquisado. Em 2002 esses números eram ainda menores, apenas 1.591 entidades; foi somente em 2005 que tiveram um crescimento expressivo de 38%. Apesar de os meios de comunicação evidenciarem outras imagens em relação ao movimento ecológico, temos que ressaltar, no entanto, que entidades que trabalhem com essa finalidade podem estar diluídas no universo que aborda a questão da defesa dos direitos e interesses dos cidadãos. Vejamos, pois, a tabela a seguir.

A pesquisa aponta para uma desigualdade salarial nessas entidades, a média salarial é pequena, cerca de 3,8 salários mínimos por mês. Essas instituições empregaram 1,7 milhões de pessoas em todo o País, segundo o mesmo relatório do IBGE, esse mesmo contingente representa 22,1% do total de empregados na administração pública. A maior parte dos trabalhadores (57,1%) encontra-se na região Sudeste. Há uma forte presença do trabalho voluntário, o que pode explicar, parcialmente, a razão pela qual 79,5% das instituições não possuem sequer um empregado formalizado.

As instituições mais antigas, criadas até os anos de 1980, correspondem a 13,1%, o que pode sinalizar ainda um processo de reordenação ocorrido na sociedade, fruto da ditadura militar, e da reordenação que a sociedade como um todo ainda viria a presenciar.

O tempo médio de existência dessas entidades é de 12,3 anos, sendo que a maioria delas surgiu nos anos noventa (41,5%) e, no ano de 2008, completaram-se 20 anos da promulgação da última constituição brasileira (de 1988). Podemos tomar como referências desse crescimento e permanência o fortalecimento da democracia e o conseqüente aumento da participação da sociedade civil no Brasil? A instituição que foi objeto de pesquisa deste estudo surgiu nesse período de redemocratização, como se pode constatar no capítulo seguinte.

Tabela 3 - Número de Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo classificação das entidades sem fins lucrativos - Brasil - 2005

Classificação das entidades sem fins lucrativos	Número de Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos
Total	338 162
Habitação	456
Habitação	456
Saúde	4 464
Hospitais	2 068
Outros serviços de saúde	2 396
Cultura e recreação	46 999
Cultura e arte	14 796
Esportes e recreação	32 203
Educação e pesquisa	19 940
Educação infantil	3 154
Ensino fundamental	7 910
Ensino médio	1 448
Educação superior	2 152
Estudos e pesquisas	2 441
Educação profissional	447
Outras formas de educação / ensino	2 388
Assistência social	39 395
Assistência social	39 395
Religião	83 775
Religião	83 775
Associações patronais e profissionais	58 796
Associações empresariais e patronais	4 321
Associações profissionais	19 645
Associações de produtores rurais	34 830
Meio ambiente e proteção animal	2 562
Meio ambiente e proteção animal	2 562
Desenvolvimento e defesa de direitos	60 259
Associação de moradores	19 196
Centros e associações comunitárias	29 586
Desenvolvimento rural	1 752
Emprego e treinamento	722
Defesa de direitos de grupos e minorias	6 276
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	2 727
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	21 516
Outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas anteriormente	21 516

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2005.

1.3.1. Demarcações históricas e conceituais

O período que vai do final dos anos 70 até meados da década de 80, constituiu-se em um momento de grandes mudanças na América Latina, fruto de um esgotamento da estratégia desenvolvimentista¹⁹ que, no Brasil, particularmente, é extinta por decreto na ocasião mesma do golpe militar, em 1964. Do ponto de vista econômico, cogitou-se a implementação de uma política de ajuste e estatização e, no campo político, a construção de um processo de democratização que, contudo, assumiu contornos opacos no âmbito da sociedade, sobretudo na esfera sócio-econômica²⁰.

A luta que atendesse às reivindicações da sociedade, sobretudo no que diz respeito à garantia de direitos sociais básicos (saúde, educação, alimentação e habitação), bem como a consolidação dos direitos humanos, passou a constituir o tema dos movimentos sociais e das ONGs, sendo estas também, protagonistas neste processo de consolidação da democracia. Nas últimas décadas, estas organizações vêm sendo inseridas no chamado “Terceiro Setor”, compreendido como independente e não governamental, que abrange as entidades religiosas e filantrópicas, os movimentos sociais e as fundações empresariais.

Mas é preciso ressaltar, antes de tratar do conceito de ONG, que existe uma profusão de significados no chamado campo do terceiro setor, dada a sua diversidade prática. Portanto, é importante demarcar as fronteiras e a porosidade das práticas desse campo na vida contemporânea, devido ao seu crescimento. O que se buscou fazer foi interrogar o que significa e que papel na esfera pública desempenha.

As definições sobre o “terceiro” setor variam de país para país, de acordo com o reflexo da história e com as diferenças culturais e contextos políticos. No entanto, nessas definições, encontramos uma matriz comum, a da tradição norte americana em que o Estado cuida da nação e a sociabilidade é colocada como responsabilidade da sociedade civil. Esta foi a definição que passou a ser difundida pelo mundo: o Estado seria soberano; o

¹⁹ BRESSER, Pereira, Luiz Carlos. *Crise econômica e reforma do Estado no Brasil: para uma nova interpretação da América latina*. São Paulo: Ed. 34, 1996, p. 360.

²⁰ Cf. Leilah Landim. *Sem fins Lucrativos: as organizações não governamentais no Brasil*. Rio de Janeiro: ISER, 1998.

mercado, o espaço do poder privado; e a sociedade civil, o espaço apolítico. (PAZ, Dias O., Rosangela: 2005).

Embora seja dominante, é preciso observar que a matriz norte-americana não é hegemônica. A tradição francesa, por exemplo, mostra-nos a solidariedade pensada tal como Durkheim; a alemã, por seu turno, seria a da estabilidade; e, a inglesa, é civil. Também seria importante destacar que, nos países de tradição protestante, os contribuintes definem para onde devem ir as suas contribuições com impostos; aqueles definem percentualmente, na fonte, os valores e onde esses devem ser aplicados. No âmbito periférico (Brasil), influiu decisivamente a ideologia norte-americana, sob o viés do terceiro setor, sendo a base dessa confessional-estatal e política.

Tentar definir o campo do terceiro setor é tentar conceituar uma luta pela significância de organizações da sociedade civil que não são estatais e, mesmo sendo privadas, são caracterizadas por não terem fins lucrativos. Dentre as várias organizações, destacam-se as fundações privadas, filantrópicas, associações, institutos e aquelas ditas não-governamentais (ONGs).

O termo Organização Não Governamental (ONG) surgiu pela primeira vez em 1945, num documento das Nações Unidas (ONU), referindo-se às instituições que se auto-reconhecem como distintas do Estado. Elas são “entidades não oficiais que recebem ajuda financeira para executar projetos de interesse de grupos ou comunidades tendo nascido, portanto, no circuito da cooperação internacional” (DANZIATO: 1998, p.101).

ONGs são grupos sociais organizados que.

1. Possuem uma estrutura formal;
2. Não perseguem fins lucrativos;
3. Possuem uma considerável autonomia (a autonomia dessas organizações não pode ser analisada como "Ter ou não Ter autonomia", mas sim como "Ter maior ou menor autonomia");
4. Estão ligadas à sociedade através de atos de solidariedade; e
5. Possuem uma função sócio-política em sua sociedade. (MENESCAL, 1996:28).

Entretanto, para a Associação Brasileira de ONGs (ABONG), são consideradas ONGs:

As entidades que juridicamente constituídas sob a forma de fundação, associação e sociedade civil, todas sem fins lucrativos, notadamente autônomas e pluralistas, tenham compromisso com a construção de uma sociedade democrática, participativa e com o fortalecimento dos movimentos sociais de caráter democrático, condições estas, atestadas pelas suas trajetórias institucionais e pelos termos de seus estatutos. (ABONG: 2000).

Muitas organizações surgiram a partir da segunda Guerra Mundial, em consequência da cooperação internacional dos países da Europa Ocidental e do Terceiro Mundo, tendo como objetivo a promoção de assistência social àqueles que sofreram os efeitos da guerra e outras catástrofes, como a fome e doenças.

No que diz respeito à discussão se elas fazem parte ou não do chamado terceiro setor, observamos não ser consensual entre os acadêmicos que pesquisam esse universo, principalmente com relação àquelas vinculadas ao campo da ABONG. A justificativa consiste no fato de que esse chamado terceiro setor, especialmente se levarmos em conta as fundações empresariais, é um setor exclusivamente voltado ao mercado, e não há, efetivamente, ampliação dos direitos como algo universal.

As ONGS adquiriram grande notoriedade internacional e um progressivo reconhecimento nacional no período que vai de 1970 a 1980, depois que o Banco Mundial, juntamente com os governos de outros países, começou a constatar que os investimentos nos programas de desenvolvimento social que eram feitos pelos Estados (na sua maioria de regime autoritário), não chegavam aos seus destinatários. Isto tudo começou a suceder na “periferia”, onde a democracia era algo que ainda se buscava atingir, e passa a difundir-se nessa mesma “periferia”, latino-americana e, em parte, também na periferia africana, a ideologia norte-americana.

O Banco Mundial passou a ver nas ONGs todas as vantagens de implementação de sua política neoliberal, pois elas eram instituições pequenas, honestas, competentes, flexíveis e eficientes. De modo que, segundo a ótica do Banco Mundial, todas as ferramentas de substituição do Estado autoritário, corrupto, gigante, burocrático e ineficiente estavam disponíveis (SOUZA: 1991). Diferentemente do que afirma Souza, o Banco Mundial não se associou somente contra o estado autoritário em geral; mas

também, favoravelmente, a qualquer estado, ou a qualquer instituição social, em que se passou a implementar a ideologia norte-americana.

Para o Banco Mundial, as ONGs eram parceiras ideais “contra o Estado” e promotoras do desenvolvimento social juntamente com o mercado, não cabendo a elas, no entanto, o papel de dirigentes do desenvolvimento, este papel seria do mercado. Seu campo voltar-se-ia para o “welfare”, o bem-estar social, preenchendo as lacunas deixadas pela especulação do capital.

No Brasil, o surgimento das primeiras ONGs remonta ao período autoritário, assumindo, nesse momento, junto com os movimentos sociais, a luta pela redemocratização política, econômica e social. Apesar de serem confundidas com outras expressões da sociedade civil, as ONGs buscaram construir um espaço político próprio, movidas pelo desejo de conquistas sociais, rumo a uma sociedade mais justa.

Tendo surgido como assessoras dos movimentos populares, a origem destas data dos anos de 1970, proliferando com um aumento significativo nas décadas de 1980 e 1990. Com a eclosão de diferentes manifestações sociais na luta pelo processo de redemocratização da sociedade e do Estado, as ONGs, no cenário brasileiro, passaram a ocupar espaços públicos, assumindo compromissos com o desenvolvimento de políticas sociais, tais como: educação, saúde, habitação, etc. Os resultados concretos dessas mudanças aparecem com maior expressão a partir da década de 1990, quando uma série de fatores colocaram as ONGs em evidência, tais como: a crise do movimento sindical, a gradativa perda do poder de pressão destes e a própria crise de representatividade dos partidos políticos²¹.

Como novos atores que emergem da sociedade num período estritamente autoritário, estas organizações passam a dar apoio significativo aos setores sociais discriminados. Elas passam a estar no centro dos tensionamentos existentes na sociedade, no debate e na vocalização de assuntos importantes.

As ONGs tinham como seu principal motivo de existência o ‘empowerment’ dos setores sociais excluídos ou discriminados; auxiliar na sua organização, sistematizar suas reivindicações,

²¹ Landim, Leilah. ONGs um perfil. In: cadernos das filiadas à ABONG. São Paulo, 1998.

estabelecer os contatos que permitam aos movimentos conquistar o apoio de outros setores da sociedade e o espaço público para suas demandas. Um trabalho que se fazia na linha de enfrentamento com o Estado autoritário e que gerou uma cultura de compreensão do Estado como um adversário permanentemente a ser desafiado (CACCIA BAVA *apud* DANZIATO: 1998, p.104).

Uma das primeiras pesquisas brasileiras realizadas no intuito de conhecer melhor essas organizações foi realizada por Landim (1988). Após dois meses de pesquisa em 1.041 fichários, chegou-se a um levantamento de 1.208 organizações em todo o território nacional.

Os levantamentos feitos inicialmente por Landim (1988) e, *a posteriori*, por Fernandes (1991) apontam a divisão dessas organizações em três grandes grupos: as que estão a serviço do movimento popular (447 entidades), de mulheres (196 entidades) e vinculadas ao movimento negro (565 entidades). Landim (1988) ainda classificou algumas ligadas ao movimento ecológico (181 entidades).

A maioria dos dirigentes dessas organizações pesquisadas possui elevados níveis de escolaridade: 19% possuíam cursos de pós-graduação, sendo que 39% destes realizados no exterior (França).

Este é um dado importante para analisarmos. Dada a complexidade que a sociedade vivia na época, frente ao regime militar, era necessário ter o domínio de certas ferramentas de combate, como, por exemplo, dominar a linguagem dominante, por isto este universo não é um universo “popular”, mas sim composto por uma classe média universitária, pois era necessário argumentar sobre as questões que iam se inserindo no contexto social. Era preciso argumentar e criar uma racionalização no combate ao regime ora posto.

Outro dado é a forte relação com instituições religiosas, sendo que muitos dos entrevistados se declararam religiosos e 40% respondeu que praticava algum culto. Esse dado é relevante, porque essas pessoas estiveram juntamente com as comunidades eclesiais de base na luta pela redemocratização. E, além disso, como observamos no último relatório do IBGE, as instituições ligadas à Igreja em números absolutos são a maioria das fundações privadas e associações sem fins lucrativos no País. Como veremos a seguir, é também por meio de igrejas estrangeiras, como as

alemãs protestantes ou holandesas, que se mantém o financiamento de várias entidades do campo pesquisado.

Outro dado, também de relevância, é que 51% das pessoas pesquisadas eram formalmente filiadas a um partido político, sendo que 39% participava de segmentos diretivos, ou fazia trabalhos de formação ou assessoria. Entretanto, a maioria absoluta (78% desse universo), declarou ter identificação com algum partido; e, deste contingente, 89% declarou ser com o Partido dos Trabalhadores. Não devemos desconsiderar essa informação, pois é desse universo de 1.208 organizações, em que seus dirigentes se dizem próximos ou filiados ao Partido dos Trabalhadores, que surge uma entidade forte no cenário da organização e do debate da sociedade civil no Brasil, a ABONG.

1.3.2. A Associação Brasileira de ONGs, a ABONG.

As resistências e lutas dos movimentos estudantis, de mulheres, negros, sindicais, que marcaram nossa sociedade no campo e na cidade nos anos de 1982 e 1983 deixaram um legado importante na construção da democracia no Brasil. Nesse mesmo período, foram criadas as duas centrais sindicais do País, a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e a CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores), resultante da conferência nacional dos trabalhadores. Todos esses acontecimentos fomentaram como foi visto o surgimento de organizações não-governamentais.

Nesse caldeirão de conflitos, várias dessas organizações passaram a se encontrar em fóruns de ONGs, em cidades tais como Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. As conversas, inicialmente, incidiam sobre questões gerais e questões práticas de interesses comuns. No entanto, foram ganhando assiduidade e acabaram por constituir um projeto de fóruns, financiado pela NOVIB.

(...) Um grupo de diretores de algumas ONGs do Rio de Janeiro, CEDAC, IBASE, FASE, CEDI, ISER, CENPLA E NOVA, começaram a reunir-se informalmente, uma vez por mês (1984), para trocar informações. Vários foram os temas que começaram a surgir em pauta de interesse coletivo, o que demonstrou que a tentativa de um certo trabalho comum correspondia a uma necessidade real. A este grupo, mais tarde, foi dado o nome de

Fórum de ONGs e posteriormente ainda, de Fórum Informal de ONGs do Rio de Janeiro (Paz e Graciano, Mimeo, s/d).

As ONGs do Rio de Janeiro foram as que ousaram, propondo, na época, a criação de um Fórum Nacional de ONGs que, posteriormente, veio a ser denominado como ABONG. É importante observar que, como destaca o texto de Paz e Graciano, naquele período as ONGs que constituíam o fórum paulista evidenciavam que o lugar das ONGs era o de apoiar e prestar assessoria aos movimentos sociais e não de agir em causa própria, concepção que vai ser alterada a partir dos anos de 1990.

Em 1986, um representante da DESCO, do Peru, propôs um encontro de ONGs do Rio de Janeiro com outros “companheiros” da América latina que já possuíam experiências em aglutinar entidades desse nível. O evento que começou no Rio ganhou corpo em várias regiões do País. O que se discutia era a relação com os movimentos populares, com o Estado e a relação com a cooperação internacional. Ainda nesse ano, houve o encontro nacional de ONGs, evento realizado pelas ONGs fluminenses, como FASE, IBASE e CENPLA.

Em 1987, há uma ampliação do debate das ONGs com a cooperação internacional, resultado de aproximações das entidades brasileiras com outras existentes na América latina.

Em 1989, dois eventos importantes marcam a trajetória de fundação dessa entidade. O primeiro foi um encontro das entidades financiadas pela NOVIB e, o segundo, resultado deste, foi um encontro na cidade de Itatiaia no Rio de Janeiro, que aglutinou 34 entidades.

Todos esses eventos e discussões foram os precursores da entidade que nasceu nos anos de 1990. A associação não nasceu de forma intempestiva, foi um longo processo para se chegar à conclusão de que era necessário, dado o cenário nacional, haver uma entidade que pudesse articular o debate das nascentes organizações não-governamentais.

Ainda em 1990, um grupo de trabalho de ação nacional passou a discutir e a questionar vários problemas, dentre os quais, o advento do neoliberalismo, a reforma do Estado, a mundialização da cultura e, no caso específico do Brasil, o plano Collor e a crise que se instaurou culminando em

seu “impeachment”. Há também, nesse momento, uma aproximação com as entidades ambientais.

(...) Considerando que historicamente as entidades de apoio ao movimento popular e as ONGs genericamente denominadas de “desenvolvimento” tiveram uma trajetória distinta e relativamente afastada das chamadas ONGs “ambientalistas ou ecológicas”. E considerando também que as 2 vertentes principais da crítica ao modelo de desenvolvimento e seus efeitos perversos, que são a crítica à exclusão social e a vertente ecológica, não podem permanecer separadas.

Em 1991, esse GT nacional criou um documento que oficializava a criação da ABONG. O Evento ocorreu no Rio de Janeiro, em 10 de agosto, com 108 entidades. 38 eram do Rio de Janeiro, 19 de São Paulo, 16 de Pernambuco, 10 da Bahia, 08 do Distrito Federal, 07 do Rio Grande do Sul, 05 do Ceará, 04 do Pará e 04 da Paraíba, foram as que participaram de toda a discussão organizada pelo GT. A ABONG, assim, deveria expressar a identidade dos conjuntos de ONGs comprometidas com a democracia e a justiça social, rumo a uma sociedade mais justa.

Após 17 anos de existência, e de haver iniciado com 108 entidades, a ABONG conta hoje com 288 associadas. No decorrer do tempo, houve cisões, dissidências e fragmentações entre as filiadas da ABONG, como foi o caso, por exemplo, da ONG CEDI, que se dividiu nas atuais Ação Educativa e Instituto Sócio-Ambiental (ISA).

Em termos percentuais, a maioria das associadas se constituiu ainda nos anos de 1980, mas foi a partir dos anos de 1990, após a ECO-92, que essas entidades ganharam maior visibilidade. Foi a partir de então que tiveram oportunidade de levantar bandeiras e defender seus ideais junto aos representantes governamentais, já que a ECO-92 congregou 170 líderes mundiais.

Tabela 2 – Períodos de constituição formal das associadas à ABONG

	N de respostas	%
Até 1970	10	5,1
1971 – 1980	26	13,3
1981 – 1990	96	49,0
1991 – 2000	64	32,6

Base = 196

Inicialmente, seus quadros são advindos de três setores, a saber: universidades, igrejas e partidos ou militâncias políticas de esquerda, todos eles pertencentes a uma geração de intelectuais, militantes engajados na vida política e social brasileira. Segundo pesquisa de Landim (1988), 20% das ONGs consideradas pioneiras, instalam-se próximas às igrejas cristãs, no setor popular, ligando-se aos movimentos comunitários, como conselhos de bairros e movimentos sindicais.

Para além dos objetivos da ABONG (a promoção do intercâmbio entre as entidades associadas que buscam a ampliação do campo da cidadania, a expansão da justiça e a consolidação de uma democracia participativa), a entidade e suas associadas têm como princípios as seguintes questões²²:

- aplicar à sua prática os princípios da ética, impessoalidade, moralidade, publicidade e solidariedade.
- buscar e defender alternativas de desenvolvimento humano e sustentável que considerem a equidade, a justiça social e o equilíbrio ambiental para as presentes e futuras gerações.
- lutar pela erradicação da miséria e da pobreza e se colocarem contra políticas que contribuam para reproduzir desigualdades de gênero, sociais, étnicas e geracionais;
- lutar pelos Direitos Humanos, que são uma conquista fundamental da Humanidade, que tem o direito, coletiva e individualmente, de exercê-los e ampliá-los;
- afirmar seu compromisso com o fortalecimento da sociedade civil, defendendo a soberania popular, a cidadania e o pluralismo político, étnico, racial, de gênero e de orientação sexual;
- afirmar sua autonomia perante o Estado e a sua independência diante dos organismos governamentais, condicionando possíveis parcerias ao seu direito e capacidade de intervir na discussão, formulação e monitoramento de políticas;
- defender uma relação com a cooperação internacional baseada na autonomia, solidariedade, respeito e transparência;
- contribuir para o fortalecimento de um "pacto de cooperação" baseado nos valores explicitados nesta Carta de Princípios, bem como na solidariedade Norte-Sul, Sul-Norte e Sul-Sul;
- reafirmar e vivenciar o seu compromisso com a transparência, o primado do interesse público e a participação democrática interna, reconhecendo-os como componentes essenciais da gestão das

²² Disponível no site www.abong.org.br.

organizações a ela filiadas;

- estimular a parceria entre suas associadas e com outras organizações da sociedade civil, de modo a racionalizar recursos e fortalecer ações conjuntas, defendendo e lutando pela harmonia e respeito entre elas, de modo a fazer dessa prática, referência exemplar na sociedade.

Além destes princípios defendidos pela entidade, há uma preocupação quanto à consolidação da identidade das ONGs que permanecem ainda em disputa. A preocupação com a identidade tem trazido, simultaneamente, a preocupação com sua estrutura organizacional, buscando sempre se firmar face ao Estado, aos partidos políticos, às igrejas e aos movimentos populares, principalmente para a delimitação de seu *locus* na sociedade.

Este processo de afirmação da identidade das ONGs, não pode ser desvinculado do fato que, como parte da sociedade civil, as ONGs são atores sociais entre outros, participando do processo de construção de uma sociedade democrática. É o próprio processo de democratização da sociedade brasileira que tem levado a complexificação da sociedade civil, com a emergência de novos atores, à constituição e o reconhecimento de uma pluralidade de sujeitos coletivos populares, com papéis próprios e diferenciados dos processos de transformação da sociedade brasileira. (DANZIATO: 1998, p.122).

Muito embora possa se pensar em uma relação unilateral da determinação desse processo democratizante da sociedade devido o aprofundamento da tendência liberal da economia, o contrário não se faz absolutamente necessário; isto é, para que haja democracia, não se faz necessário nem mesmo o capitalismo, mas para que a tendência liberal se realize, faz-se necessária a implementação da democracia e que esta se torne plena.

1.3.3. O Trabalho das ONGs

Quanto aos projetos desenvolvidos por essas organizações, esses são muito diversificados. A pluralidade foi se afirmando a partir da década de 1980 com o crescimento da sociedade brasileira e dos movimentos sociais, dos quais as ONGs participaram ativamente na construção de variados segmentos.

No último levantamento realizado em 2005 pela ABONG, para identificar as principais áreas temáticas de suas filiadas, notamos em relação ao período de 1998 a 2001, a permanência da área de Educação ainda como primeira colocada, mas esse percentual tem diminuído significativamente. Em 1998 representava 65,76%, em 2001 52,04%, atualmente, segundo um novo relatório da ABONG, elas representam 47,03%.

Na mesma linha de decréscimo seguem outras temáticas que estão acompanhando essas organizações desde o início de suas fundações, como: organização popular/ participação popular, justiça e promoção de direitos, fortalecimento de outras ONGs/ movimentos populares.

Em sentido contrário, há uma permanência ou um leve aumento em novos temas trabalhados pelas entidades, diferentes daqueles do início de suas fundações. Resultantes de novos “campos de força”²³ que se instauram na sociedade, quais sejam, a questão do meio ambiente, da saúde, sexualidade e DST/Aids. De 2001 a 2004 percebemos o dobro em termos percentuais cujos beneficiários seriam negros (7,6% para 15,8%), ou gays e lésbicas (2% para 4,5%). Estes seriam outros exemplos, na luta pela ampliação de direitos, como cotas, casamento civil de pessoas do mesmo sexo, etc.

Segundo ainda o levantamento da ABONG, as entidades também trabalham com questões não presentes no questionário aplicado pela instituição, como economia solidária, direitos sexuais, direito à terra e à água. Nessa mesma linha, 30% responderam que seus beneficiários são outros sujeitos políticos também não contemplados no questionário, como juventude, seringueiros e quilombolas.

Os beneficiários dessas organizações chegam a quase dois milhões de pessoas, e hoje elas não atuam somente no âmbito estadual, ou municipal, mas têm conseguido um alcance nacional e internacional. Esses dados sobre os beneficiários são obtidos junto às associadas da ABONG, através de um levantamento que a Associação realiza de tempos em tempos.

²³ Conceito extraído da filosofia de Gilles Deleuze.

1.3.4. Financiamento

As ONGs brasileiras estão inseridas não somente numa rede de relações institucionais em âmbito nacional, como também em nível internacional. Essas parcerias não são resultantes puramente de vínculos financeiros, mas de idéias e projetos comuns.

Aproximadamente 80% das filiadas à ABONG utilizam-se de recursos da cooperação internacional, oriundos na sua totalidade de países como EUA, Canadá, Alemanha, França e Holanda. Apesar de haver diminuído significativamente a verba de financiamento entre 1993 e 2000, ainda é significativo o montante repassado por organizações internacionais para entidades nacionais, no caso, ONGs brasileiras, respondendo aí, por mais da metade do orçamento das mesmas.

Em termos gerais, essas entidades de cooperação internacional representam 39,30% do orçamento das entidades filiadas à ABONG. Faz-se necessário observar que essas entidades de cooperação são compostas por entidades religiosas, ou entidades ligadas aos governos em seus países de origem.

No Brasil, o governo federal foi responsável em 2003, por 51,35% do orçamento de até 20% de entidades filiadas. Esse percentual de recursos públicos repassados as organizações não governamentais crescem se levarmos em conta também os financiamentos dos governos estaduais e municipais, que representaram 73,33% e 63,64%, respectivamente. Se ainda for ampliada a margem de entidades financiadas com recursos públicos para até 40% das filiadas, os recursos federais passam a representar 22,47%, os estaduais 15,56, e os municipais 10,91%, aqui há uma diminuição dos recursos públicos, por que há uma ampliação de entidades financiadas.

A partir destas comparações, o que se observa é que o Estado brasileiro(União, Estado e Municípios) tem uma importância decisiva no financiamento dessas entidades; e isto se realiza pelos vários projetos conjuntos entre o poder público e as ONGs.

Observa-se, contudo, dada a peculiar trajetória de uma parcela significativa das ONGs dessa entidade, que mereceram destaque aquelas mais antigas, pois são as maiores beneficiadas nesse tramite de recurso

junto aos governos, dada sua origem, a de seus dirigentes e as relações construídas por eles.

Segundo pesquisa da ABONG, a prestação de contas é uma prática política de 77,% de suas filiadas. É interessante notar que aquela se dirige quase que exclusivamente aos seus financiadores (95,48%). Em seguida vem a prestação de contas para os seus associados (83,87%). Em relação ao ano 2000, em que a prestação de contas para o público em geral representou apenas 18%, no ano de 2003 houve um aumento de dois pontos percentuais, correspondendo, atualmente, a 20% das associadas que prestam contas para um público geral, ou seja, para a sociedade em geral. Mas isto significa mesmo uma aproximação maior com essa mesma sociedade? Representa uma maior publicidade das atividades que são do interesse dos seus efetivos beneficiários?

No universo da ONGs, os gastos com o quadro de pessoal tendem a ser um item de despesa importante, tendo, atualmente, em sua composição, profissionais com formação superior e até em nível de pós-graduação, vindo a comprometer parte substantiva do orçamento, uma vez que muitos dos financiadores não reconhecem despesas com gastos de pessoal, ou benefícios trabalhistas incorporados, tais como: vale-transporte, vale-refeição, plano de saúde, e isto, tende a ser um problema interno para muitas entidades, dada a No último perfil(2005), foi declarado que 51,52% dos funcionários são contratados pelo regime de CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas); em relação ao ano 2000, há um decréscimo desse percentual, porque, naquele ano, esse percentual representava 58,22%. Destacamos, ainda, que esses funcionários são aqueles que trabalham no setor administrativo das organizações; os técnicos e dirigentes são registrados, em sua maioria, como autônomos, para evitar encargos sociais.

Nesta breve e incompleta retrospectiva da história recente do Brasil, fica claro que as ONGs que iniciavam sua expansão nascem vinculadas aos movimentos sociais, e, posteriormente, aos partidos políticos de esquerda. Hoje, é-nos dada a tarefa de entender o que isso significa no mundo contemporâneo, sendo que há muito o que se compreender desse universo de constituição dos direitos e das lutas pelas melhorias sociais no País; ou, como classificou Dagnino (2002, 2006), desse “campo democrático

participativo”. Para tanto, como veremos nos próximos capítulos, uma ONG foi escolhida para análise, sendo que essa é de grande visibilidade e tão antiga como a associação brasileira de ONGs (a ABONG), isto para se tentar compreender os elos perdidos da história mais recente da política brasileira e como esses velhos e novos atores se inserem em um cenário alterado.

1.4. A reforma do Estado e a idéia de solidariedade no Brasil

A crise no Brasil instalada na década de 1980 foi, de início, a crise de legitimidade do Estado autoritário. Hoje, além de ser de natureza financeira, resultado particular da ampliação da dívida pública combinada com um “déficit” público, é também uma crise na forma de condução e administração por parte do Estado, das chamadas políticas sociais.

As tentativas de estabilização da crise brasileira na década de 1990 são implementadas com o anúncio de um programa de estabilização, incluindo uma profunda reforma monetária proposta pelo recém-eleito presidente Fernando Collor. A eleição de Collor, em 1989, fica registrada como uma das grandes derrotas de todo o campo “movimentalista” no Brasil. Luís Inácio Lula da Silva era o candidato desse campo, oriundo desses movimentos, preso político; mas, no entanto, foi eleito um representante do movimento “anti-estatismo”, e por parte do grupo que manteve a ditadura no poder, como, por exemplo, as empresas de telecomunicações. No início, o governo teve grande apoio da população, apesar de seu radicalismo. Mas com o fracasso do plano, pouco depois, seguiu-se uma hiperinflação e denúncias de corrupção que levaram o presidente eleito ao “impeachment” em setembro de 1992, ocasião em que assumiu o então vice-presidente, Itamar Franco.

O importante a destacar aqui é que esse governo modificou drasticamente a agenda política brasileira ao conseguir implementar reformas econômicas voltadas para o mercado, privatizado parcela significativa dos bens nacionais, sob a alegação de ajuste fiscal e enxugamento da máquina pública, dando início a um amplo projeto de reforma do Estado brasileiro, que seria conduzido com maior eficiência pelo ex-ministro do governo Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso. A partir do governo de FHC, o tema de reforma do Estado passa a ser central na agenda política dos anos de 1990,

por se tratar de uma das exigências da política neoliberal, também obrigatória na globalização da economia e pela própria crise do Estado.

O aprofundamento da crise do Estado, tendo como “carros–chefes” a crise fiscal e as dívidas internas e externas, além da continuidade de políticas governamentais voltadas para satisfazer os interesses dos grandes grupos econômicos resultou em uma perda de qualidade na implementação e realização de políticas públicas sociais. O Estado brasileiro presenciou, na década de 90, ruir uma parte de sua estrutura industrial e de seus meios de intervenção construídos entre as décadas de 30 e 80. Os anos 90 marcam essa ruptura no Estado, este passa a desregular as políticas, criando mais espaço para o mercado atuar e comandar todo o processo que a nova agenda global impõe, como privatizações, ajustes fiscais, etc.

Fernando Henrique Cardoso foi eleito, então, Presidente da República em 1994, numa aliança entre PSDB, PFL e PTB. “FHC (...) foi concebido para viabilizar no Brasil a coalizão de poder capaz de dar sustentação e permanência ao programa de estabilização do FMI e a viabilidade política ao que falta ser feito das reformas preconizadas pelo banco mundial” (Fiori, 1998, p.14). O ideal para esse governo seria um Estado liberal na economia e regulador dos serviços sociais como educação e saúde, que seriam essenciais ao novo projeto de desenvolvimento. Reformar o Estado significaria melhorar a sua organização pessoal, como também suas finanças e todo o sistema institucional–legal, garantindo, assim, uma relação positiva com a sociedade civil.

A reforma efetivada por FHC tinha como objetivo facilitar o ajuste fiscal entre os estados e municípios, assim como tornar mais eficiente a administração pública. No que diz respeito ao ajuste fiscal, esse foi efetivado por meio de um sistema de exoneração ou de demissão “voluntária”, só que não se chega a ajuste nenhum demitindo pessoas. Por seu turno, a política de eficiência da administração foi implementada através de uma descentralização e com a criação das “agências executivas” e organizações sociais.

A proposta de reformar o Estado, além de contar com um objetivo geral, que era a garantia de governabilidade, ou seja, as táticas usadas que permitiria definir o que competiria ou não ao Estado, o que seria público ou

privado, o que é ou não estatal. A partir dessa concepção, o governo do “príncipe dos sociólogos”²⁴ partiu de um pressuposto que o Estado era composto por quatro setores distintos e que reformar esses campos era fundamental para se garantir as metas de reconstrução de um Estado menos centralizado e mais eficiente.

No plano administrativo, a reforma previa a constituição de três núcleos:

1. **Núcleo Estratégico** – é um setor relativamente pequeno e composto, no âmbito federal, pelo Presidente, pelos ministros, pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Ministério Público. É o setor que define as leis e as políticas públicas.

Reformar o núcleo estratégico fazia-se necessário segundo o plano:

[Para] modernizar a administração burocrática, (...) através de uma política de profissionalização do serviço público, ou seja, de uma política de carreiras, de concursos públicos anuais, de programas de educação continuada permanentes, e de uma efetiva administração salarial, ao mesmo tempo em que se introduz no sistema burocrático uma cultura gerencial baseada na avaliação e desempenho. Dotar o núcleo estratégico de capacidade gerencial para definir e supervisionar os contratos de gestão com as agências autônomas, responsáveis pelas atividades exclusivas de Estado, e com as organizações sociais, responsáveis pelos serviços não exclusivos do Estado realizados em parceria com a sociedade. (MARE: 1995, p. 57).

2. **Atividades Exclusivas** – são atividades em que o poder do Estado de legislar e tributar são exercidos. É composto pelas forças armadas, polícia, órgãos de fiscalização, etc.

É proposto para reformar esse setor:

Transformar as autarquias e fundações que possuem poder do Estado em agências autônomas e administradas segundo um contrato de gestão; o dirigente escolhido pelo ministro, segundo critérios rigorosamente profissionais, mas não necessariamente de dentro do Estado, terá ampla liberdade para administrar os recursos humanos, materiais e financeiros colocados à sua disposição, desde que atinja os objetivos qualitativos (indicadores de desempenho previamente acordados). (MARE: 1995, p. 57-58).

²⁴ A expressão é atribuída a Glauber Rocha.

3. **Atividades Não-Exclusivas** – Embora não envolvam o poder do Estado, este as realiza ou subsidia. São as atividades em que o mercado e a iniciativa privada atuam, como educação, saúde, etc.

Nesse setor, o projeto de reforma prevê:

Transferir para o setor público-não estatal estes serviços através de um programa de 'publicização', transformando as atuais fundações públicas em organizações sociais, ou seja, em entidades de direito privado, sem fins lucrativos, que tenham autorização específica de poder legislativo para celebrar contrato de gestão com o poder executivo e assim ter direito à dotação orçamentária. (MARE: 1995, p. 58).

Compreende a articulação entre Estado, Mercado e Sociedade, proposto por esse núcleo, como uma forma de ampliar a atuação social, face à complexidade dessa questão. O que se deve ter em mente, no entanto, é que esta transferência para o setor público não-estatal, não pode eximir o Estado de sua responsabilidade social. As ações da sociedade civil devem funcionar como atividades complementares²⁵. Como observa Carvalho, "*Se o Estado se retira ou diminui sua responsabilidade no enfrentamento da questão social, cria um vazio de proteção social que vai corroendo as formas de sociabilidade, gerando uma situação limite de sociedade de risco.*" (1999, p. 401).

O governo Fernando Henrique, a partir de seu projeto de reforma do Estado, através do programa nacional de publicização (PNP), transfere a responsabilidade da execução dos serviços sociais para o setor público não-estatal, este assumiria a forma de organizações sociais. Estas organizações sociais seriam uma inovação institucional; embora não representassem uma nova figura jurídica, inseriam-se sob a forma legal de associações civis sem fins lucrativos.

O modelo institucional das organizações sociais apresentaria vantagens sobre as outras formas de organizações estatais. Do ponto de vista da gestão de recursos, as OS (organizações sociais) não estariam sujeitas às regras que regulam a gestão dos recursos humanos, orçamentos, finanças, etc. Com isso, segundo os autores do plano de reforma do Estado, essas

²⁵ Ações tais como a fiscalização dos recursos públicos, e de educação para o fortalecimento da democracia e ampliação e efetivação dos direitos.

organizações ganhariam mais agilidade e qualidade nas aquisições de bens e serviços, como também na manutenção de funcionários que, enquanto celetistas, não estariam sujeitos às regras do regime jurídico único, a concurso público, e nem à tabela salarial do servidor público.

A implantação dessas organizações ocasionaria uma verdadeira revolução na condução e prestação de serviços da área social, onde o Estado reduziria sua dimensão, enquanto máquina administrativa, alcançando maior eficácia na sua atuação.

Em linhas gerais, o projeto envolve o cumprimento de sete etapas, a saber:

1. A decisão do Governo
2. A criação da entidade pública não-estatal
3. A proposta de publicização
4. A aprovação legal
5. O inventário simplificado
6. A gestão do contrato de gestão
7. A gestão das organizações sociais.

A desvinculação administrativa em relação ao Estado não deveria ser confundida com a privatização, este não deixaria de controlar a aplicação dos recursos destinados a essas organizações, fazendo-o de forma mais eficaz, através de um contrato de gestão. Além disso, o poder público teria participação nos órgãos de deliberação dessas entidades, como conselho administrativo ou conselho curador, o que lhe garantiria participação efetiva nas atividades desenvolvidas por essas organizações.

Vale lembrar que o sucesso dessas atividades poderia adquirir conotação de caráter personalista, pois, além do contrato de gestão, não existe um outro mecanismo que garanta a responsabilidade dessas organizações e, sobretudo, do Estado com os meios de proteção social.

As idéias de solidariedade e participação criadas nessa década de 1990 assumiram centralidades em países como a África do Sul, no Continente Africano, e em países como Argentina, Brasil, Chile e México, na América Latina, que se adequaram aos ajustes neoliberais, como uma das formas de

compensar os efeitos perversos no mundo social. Um marco importante a observar é o programa “comunidade solidária”, conduzido pela então primeira dama, Ruth Cardoso.

O programa foi criado por um decreto lei em Janeiro de 1995, composto por dez ministros, entre os quais o da casa civil, mais vinte e uma personalidades da sociedade civil. Tinha como meta propor e opinar sobre as ações das áreas sociais que eram consideradas prioritárias, quais sejam: saúde, alimentação e nutrição, serviços urbanos, geração de emprego e renda, dentre outras.

Tratava-se de uma proposta nova, inspirada na experiência mexicana (Pronasol – programa nacional de solidariedade), com discursos que incentivavam o combate à fome e à miséria, ou, pelo menos, parte dela; ou, ainda, ao que em geral causa um forte impacto em nossa sociedade; procurou-se, com isso, atrair a atenção de vários segmentos no âmbito nacional e internacional. Entretanto, é aconselhável ter em mente que esse programa desconsidera a LOAS e, ainda, extingue o CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar), conselho esse que volta a ser constituído no governo Lula, juntamente com um programa que muda o nome, mas não a forma do discurso de valor junto à sociedade, o “Fome Zero”, transformado no “Bolsa Família”.

2. O FETICHE DA CIDADE²⁶

“**VIRTÚ**”²⁷ (virtus em Latim), que é relacionado normalmente com «virtude». Este também é o nome fictício com o qual designaremos, doravante, a instituição pesquisada.

Neste capítulo apresentamos a instituição pesquisada, sua origem, a divisão da equipe técnica, o financiamento, os projetos desenvolvidos e seus respectivos objetivos e área de atuação.

Além da pesquisa do material produzido pela própria instituição, como documentos, livros e revistas, foram realizadas entrevistas com seus quadros: técnicos, coordenadores e diretores da instituição, perfazendo um total de 17 entrevistas, sendo que destas 4 são com membros de movimentos sociais, e que serão analisadas no capítulo a seguir. É de se observar na tabela abaixo, que o nível da formação de seus integrantes é altíssimo, praticamente 100% possuem nível universitário. O que contrasta com a formação dos integrantes dos movimentos sociais. Eis um breve perfil das pessoas que são citadas nesse trabalho.

TAB 3 - Perfil dos entrevistados²⁸.

Nomes	Atuação	Formação
B1 – Elis	Coordenadora. Possui Pós-Graduação na área de Ciências Humanas. Tem longa trajetória na militância pela esquerda, pela redemocratização e constituição de direitos.	Pós-graduada
B2 - Nara	Coordenadora. Assim como Elis, também tem longa trajetória na militância, pela redemocratização e constituição de direitos	Pós-graduada

²⁶ No sentido de feitiço, encantamento.

²⁷ A *virtú* em Maquiavel, tem a conotação de virilidade, no sentido de que os indivíduos com tal qualidade, são definidos fundamentalmente pela capacidade de impor sua vontade em situações de grande dificuldade, por meio de uma combinação de caráter, força e cálculo. Da *virtú*, que se conquista a *fortuna*, entendida com conotações femininas, vulnerável se susceptível àquele portador de maior *virtu*.

²⁸ Todos os nomes utilizados aqui são fictícios. A nossa intenção é a de proteger o informante e, assim, manter uma relação ética com a Entidade pesquisada.

	no País. Pós-graduada na área de Ciências Humanas.	
B3 – Maísa	Coordenadora. Assim como Elis, Nara também participou ativamente da luta política brasileira. Pós-graduada na área de Ciências Humanas. Uma das Sócias fundadoras do Instituto Pesquisado.	Pós-graduada
B4- Erasmo	Coordenador. Não tem no currículo a mesma trajetória de militância como as três coordenadoras citadas anteriormente. Tem Pós-graduação na área de Ciências Humanas Aplicadas.	Pós-graduado
B5- Roberto	Coordenador. Tem uma trajetória parecida com a de Erasmo, formação na mesma área inclusive. Só que além de atuar no Instituto pesquisado, trabalha como docente em universidades particulares.	Pós-graduado
B6 - Milton	Ocupava função de Técnico. Hoje, já não trabalha mais na instituição. Possui Pós-graduação na área de Ciências Humanas.	Pós-graduado
B7 – Caetano	Um dos dirigentes da ONG. Militou pela redemocratização, pelo fortalecimento dos direitos. É outro sócio fundador da ONG pesquisada. Possui pós-graduação na área de Ciências Humanas	Pós-graduado
B8- Vanessa	Técnica. Pós-graduada na área de Ciências Humanas	Pós-graduada
B9- Fernanda	Ocupava função de Técnica. Hoje, assim como Milton não está mais na Instituição. Possui pós-graduação incompleta na área de Ciências Humanas.	Pós-graduada
B10- Guilherme	Não tem formação superior. Atua no movimento de moradia em São Paulo	Informação não

		disponível
B11- Gilberto	Não tem formação superior. Atua no movimento de moradia no interior de São Paulo.	Informação não disponível
B12- Djavan	Cursando Ciências Sociais. Atua no movimento de moradia em São Paulo e, também, no movimento de defesa da criança e do adolescente (CEDECA /SP).	Superior Incompleto.

Fonte: Dados coletados a partir da pesquisa de campo.

Destarte, o que observamos dessa tabela é o quanto essa entidade, que não difere das demais do mesmo campo, teve que se profissionalizar, teve que adquirir um discurso e uma prática competente, entrando com isso na ordem do sistema, e por isto mesmo acabam sendo engolidas pelo êxito, já que o capitalismo engole o novo, absorve o que tem de “sucesso” no meio social, como veremos no próximo capítulo.

Após vinte anos de ditadura, o Brasil caminhava rumo à uma redemocratização de suas instituições públicas, por meio da pressão dos movimentos sociais em prol dos direitos humanos, de mulheres, negros, índios, minorias de forma geral. Foi nesse período da história do País que novas forças sociais e políticas passaram a radicalizar o sentido democrático e ampliá-lo para além do sistema político, tendo como marco a constituinte de 1988.

É nesse cenário que um grupo de 20 a 30 pessoas, majoritariamente vinculadas ao Partido dos Trabalhadores²⁹, cria uma instituição com a finalidade de produzir conhecimento que auxiliasse as iniciativas da democratização da gestão municipal, bem como da formação de políticas orientadas para a inclusão social³⁰.

²⁹ Os dois textos analisados versam sobre a origem da instituição, um se dizia apartidário e o outro dizia que a maioria era vinculada ao PT. Por observação direta, foi constatado que a vinculação ao Partido dos Trabalhadores é muito forte na instituição.

³⁰ Caetano – B7. Documento interno do “VIRTÚ”, sem ano nem data.

Não era um grupo político, era um grupo de militantes do PT. E surge por uma insatisfação no sentido que o PT não mostrou a capacidade de criar uma instância dentro do partido que pudesse sistematizar, analisar, debater, difundir as experiências inovadoras da gestão participativa. (B7: Caetano³¹).

Seus quadros eram constituídos por técnicos, professores universitários e especialistas em educação popular. As reuniões inicialmente aconteciam na sede do sindicato dos arquitetos, localizado à Rua Avanhadava. E no dia seis de Junho de 1987, nasce o Instituto de estudos, formação e assessoria em políticas sociais (o “*VIRTÚ*”), uma organização não-governamental constituída como organização da sociedade civil sem fins lucrativos.

Antes de possuir sede própria, o Instituto “*VIRTÚ*” teve como endereços os bairros do Itaim Bibi e Pinheiros. Hoje, a ONG localiza-se num edifício com quatro andares, de esquina, entre as ruas que denominarei aqui de **A e B**. Com uma área de aproximadamente 2.100m², no centro da cidade de São Paulo. O térreo está dividido em três partes. Uma lateral que é voltada para a rua **A** foi alugada e funciona um bar, uma parte da frente do prédio voltada para a rua **B** também foi alugada para uma rede de supermercado, na outra parte da frente, funciona a entrada da ONG.

Logo na entrada, tem-se uma prateleira com todas as publicações do “*VIRTÚ*” e a recepção. No primeiro andar, encontra-se a escola da cidadania e um auditório onde acontecem os cursos da escola da cidadania e as atividades do maior público da ONG. No segundo andar, há uma outra divisão do espaço uma parte foi alugada para uma outra ONG do mesmo campo democrático participativo.

No terceiro e quarto andares funcionam as demais coordenações do “*VIRTÚ*”, como o setor de Urbanismo, Cultura, Observatório da cidadania, centro de documentação e a Diretoria da ONG. O espaço estrutural da entidade apresenta-se com uma estrutura de organização bastante econômica (limpa e bem dividida). No quarto andar existe também o espaço da cozinha. Além desses espaços, há a cobertura do prédio, onde geralmente acontecem as festas da instituição, por ser um espaço aberto e livre de qualquer tipo de equipamentos (mesas, cadeiras, etc.) de trabalho.

³¹ Ver Tabela 3 (perfil dos entrevistados).

Segundo seus fundadores, o “*VIRTÚ*” tem como objetivo principal a produção do conhecimento para intervir no espaço público das cidades: é importante destacar que, no Brasil, mais de 80% da população vive nas cidades, e que 45% da população vive abaixo da linha da pobreza³².

O tema do urbano, das políticas públicas, das relações de governo com os movimentos sociais têm sido o foco da Instituição, transformando-a em uma entidade singular no assunto. O Instituto “*VIRTÚ*” é reconhecido como entidade de utilidade pública nos âmbitos municipal, estadual e federal. Com base no plano quadrienal do instituto “*VIRTÚ*”, são transcritos abaixo os seus objetivos específicos no trato dessas questões:

1. “Realizar estudos, análises e pesquisas que abordem as múltiplas dimensões da questão urbana e dos direitos de cidadania e que abarquem as temáticas dos movimentos sociais, dos partidos políticos, dos processos legislativos, do poder local e da administração pública, da cultura, do cotidiano e da participação popular.
2. Constituir-se num canal efetivo de divulgação, debates e socialização de informações sobre experiências e iniciativas inovadoras, seja no âmbito da administração pública nos níveis local, estadual e federal, órgãos legislativos ou entidades encarregadas da elaboração de políticas sociais.
3. Contribuir pra a formação e capacitação dos setores comprometidos com os interesses populares, junto aos movimentos sociais organizados, junto às entidades encarregadas da elaboração de políticas sociais, articulando e estabelecendo interfaces com organizações não-governamentais com objetivos semelhantes.
4. Prestar assessoria e consultoria aos movimentos populares, entidades não-governamentais, entidades envolvidas na gestão municipal e órgãos setoriais encarregados de políticas públicas sempre que as demandas correspondam aos objetivos do Instituto “*VIRTÚ*”.” (Relatório de Atividades 1987-1990).”

Para dar encaminhamento a esses objetivos, a Instituição conta hoje com uma equipe técnica de aproximadamente 68 pessoas, entre mestres, doutores e especialistas nas diversas áreas do conhecimento, como advogados, sociólogos, arquitetos, urbanistas, economistas, administradores, assistentes sociais, etc.

³² Ver Plano quadrienal 2.005-2.008 do Instituto “*VIRTÚ*”.

Essas pessoas estão distribuídas em 15 equipes, nas 5 linhas assumidas como prioritárias no último plano quadrienal³³ do Instituto. A seguir, expõe-se o modelo preliminar de um organograma que mostra, aproximadamente, como se estrutura e se divide o Instituto “VIRTÚ”.

Fonte: Instituto VIRTÚ

A assembleia geral é composta por todos associados ao “VIRTÚ”. O seu conselho diretor e fiscal é composto pela presidência, vice-presidência e pelos conselheiros. Entre os conselheiros, temos nomes de destaque na construção do pensamento social brasileiro como Aziz Ab Saber e Francisco de Oliveira. Essas pessoas não participam do cotidiano da Instituição, mas são apoiadores dos projetos e das idéias desenvolvidas pelo “VIRTÚ”.

Ao se tomar esse organograma como referencial, verifica-se que quem efetivamente participa do cotidiano do “VIRTÚ” é a coordenadoria executiva composta por três membros, a assessoria da coordenadoria, que também

³³ É uma espécie de guia das atividades e prioridades da Instituição, elaborado para um período de quatro anos.

pode ser entendida como equipe técnica, a equipe administrativa, composta por aproximadamente 15 pessoas e, por fim, as equipes técnicas que dão encaminhamento aos projetos e programas da Instituição.

2.1. Os Programas

1. Quanto aos programas, o primeiro, de articulação e fortalecimento de redes locais, tem sua atuação em São Paulo. Os projetos articulados a esse programa são: Fortalecimento da sociedade civil, segurança alimentar e articulação de entidades, democratização do centro de São Paulo, fortalecimento do “fórum lixo e cidadania da cidade de São Paulo”, participação no conselho municipal de segurança alimentar e nutricional (COMUSAN) e participação no conselho de cultura. O projeto de segurança alimentar, juntamente com o de cultura, são desenvolvidos nos distritos do Grajaú e do Butantã. Podemos dizer, resumidamente, que este programa visa fortalecer as organizações de base locais.
2. O segundo programa é o da formação para a cidadania, conta com quatro projetos (formação de lideranças, formação de formadores, gestão pública participativa e diálogo do nosso tempo). Uma boa parte desse programa é desenvolvida pela equipe da Escola da Cidadania³⁴. O intuito desse programa é qualificar as lideranças, os atores do Estado e da sociedade, para a implementação e avaliação das políticas públicas, como também elaborar subsídios para as redes de educadores, para o fortalecimento da cidadania. A área de atuação assume nesse programa uma escala de intervenção que vai do local (centro da cidade de São Paulo, os distritos do Grajaú, Butantã), para uma escala de dimensões bem maiores, como Brasil e América latina. Isto é possível devido aos cursos que a Escola da Cidadania,

³⁴ A Escola da Cidadania tem hoje uma grande importância no “VIRTÚ”, no sentido de dar visibilidade à Instituição. É por meio da Escola que o “VIRTÚ” desenvolve seus projetos junto aos “movimentos sociais”, nas discussões das políticas públicas na cidade de São Paulo. Diferentemente dos demais projetos, a Escola é mantida pelo orçamento institucional.

juntamente com as demais equipes da “*VIRTÚ*” envolvidas, promove na forma de parceria com outras instituições, variados grupos sociais existentes em cidades brasileiras e países do Mercosul.

3. O terceiro programa, de avaliação, formulação e disseminação de políticas públicas é o programa que tem mais projetos. Ao todo são 20 projetos vinculados³⁵. Neste programa encontramos variados objetivos, dependendo do enfoque do projeto. Temos, por exemplo, a estimulação e atuação crítica de intervenção da sociedade civil organizada frente ao poder público do município de São Paulo, sendo um dos objetivos do projeto do observatório dos cidadãos da cidade de São Paulo. Outro projeto é a gestão sustentável de resíduos, que tem como objetivo subsidiar instituições do “Fórum lixo e cidadania na cidade de São Paulo”, como mecanismo que reoriente as políticas de gestão de resíduos sólidos. Outro projeto de envergadura no “*VIRTÚ*” é aquele vinculado à equipe de urbanismo que trata da reforma urbana. O seu objetivo é apoiar tanto o poder público como a sociedade civil para a incorporação do estatuto da cidade nas políticas públicas urbanas e territoriais. Todos esses projetos têm inserção nas cidades brasileiras em geral. Essa “inserção” pelo País se dá, principalmente, pela equipe de urbanismo nas assessorias que vem realizando aos municípios para a elaboração dos planos diretores “participativos”.
4. O quarto programa é o de articulação e incidência de políticas públicas. Atua em redes e fóruns, em âmbito mundial, pelo observatório internacional do direito à cidade, pela aliança por um mundo responsável, plural e solidário. Na América Latina, tem como elo o Logolink e o Mercosul. No Brasil, participa do “Fórum nacional

³⁵ Os projetos são: Observatório dos direitos do cidadão de São Paulo, Participação cidadã, Avaliação e monitoramento das violações do direito à cidade no Brasil, Direitos econômicos sociais e culturais (DHESC) nas políticas urbanas, habitacional e ambiental, Construção de um sistema de indicadores de segurança alimentar e nutricional, Laboratório de desenvolvimento cultural, Gestão sustentável de resíduos, Controle social do orçamento público, Negociação das águas/Negowat, Reforma urbana, Plano diretor e segurança alimentar e nutricional, Políticas públicas (de SAN) regiões metropolitanas, Estudo de sustentabilidade das iniciativas de reciclagem, Políticas territoriais e desenvolvimento econômico local (DEL), Gênero nas políticas públicas, Banco de experiências de políticas públicas, Acervo documental, Dicas, Repente (material específico produzido por eles), Aspectos econômicos do desenvolvimento local, etc.

lixo e cidadania”, “Fórum brasileiro de segurança alimentar”, “Fórum nacional de reforma urbana”, “Fórum intermunicipal de cultura”, “Fórum nacional de participação popular” e “Rede amiga da criança”. Em São Paulo, participa do “Fórum estadual lixo e cidadania”, “Fórum paulista de segurança alimentar”, “Articulação estadual pela reforma urbana”, “Fórum paulista de participação popular”, etc.

O objetivo visado, ao participar desses fóruns, segundo a Instituição, é promover a troca de experiências, a circulação de informações e conhecimentos, consolidar os processos democráticos, principalmente na América Latina, fomentar e elaborar propostas de políticas públicas nas variadas áreas de inserção do “*VIRTÚ*”. Nesses fóruns, quando não coordena, o “*VIRTÚ*” assume a secretaria executiva.

O “*VIRTÚ*” também atua no Conselho nacional da cidade, no de Segurança alimentar e de Assistência social, propondo e acompanhando a implementação de políticas públicas com caráter redistributivo e democratizante na defesa dos direitos.

5. O quinto e último programa é o de Desenvolvimento Institucional. Esse conta com três projetos (planejamento, monitoramento e avaliação (PMA), comunicação, organização e gestão interna). Com esse programa, o “*VIRTÚ*” pretende pesquisar e desenvolver um sistema de monitoramento e avaliação dos trabalhos geridos pela Instituição, bem como estruturar um sistema de comunicação institucional que permita difundir os resultados de seus trabalhos para os diferentes públicos.

O importante a se observar nesse conjunto de programas consiste no quanto a ONG “*VIRTÚ*” tem de capilaridade. Ou seja, sua inserção como descrita acima vai desde a intervenção no plano *micro* (distritos da grande São Paulo), até intervenções em escala *macro* atuando em cidades brasileiras e da América Latina e em Fóruns como, por exemplo, os Fóruns Nacionais e Internacionais dos quais a ONG participa.

TAB 4 - Fóruns, Redes e conselhos dos quais o “VIRTÚ” participa.

	Nacional	Internacional	Função
Fórum Nacional da Reforma Urbana	X		Coordenação
Fórum Nacional de Participação Popular	X		Coordenação
Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar	X		Associado
Fórum Nacional Lixo e Cidadania	X		Coordenação
Fórum Intermunicipal de Cultura	X		Secretaria Executiva
Fórum Paulista de Participação Popular	X		Secretaria Executiva
Articulação Estadual pelo Direito a Cidade	X		Associado
Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo	X		Fundador/ Coordenação
Conselho Nacional das Cidades	X		
Conselho Nacional de Segurança Alimentar	X		Coordena o GT Indicadores
Conselho Municipal de Cultura	X		Coordenação
Conselho Municipal de Segurança Alimentar	X		Associado
Aliança para um Mundo Responsável, Plural e Solidário.		X	Associado
<u>Logolink - Rede de Aprendizagem em</u>		X	Coordena na América

<u>Participação Cidadã e Governança Local</u>			Latina
<u>CEAAL - Conselho de Educação de Adultos da América Latina</u>		X	Presidência
<u>REPPOL - Rede de Educação e Poder Local - CEAAL</u>		X	Associado
<u>Observatório Internacional do Direito à Cidade</u>		X	Associado
<u>Rede Mercosul Social e Solidário</u>		X	Associado
<u>Rede de Monitoramento Amiga da Criança</u>	X	X	Associado
<u>Gestão Local - Rede de Bancos de Dados em Gestão Local</u>	X		Fundador
TOTAL	14	7	

Fonte: Dados coletados a partir da pesquisa de campo.

Em linhas gerais, a Instituição tem como público as representações coletivas e entidades que se articulam em torno da defesa dos direitos, movimentos da sociedade que trabalhem com temas como saúde, moradia, educação, meio ambiente, negros e mulheres, bem como técnicos e gestores de órgãos públicos, redes e fóruns. Como veremos a seguir, as relações entre redes é algo forte nesse universo de ONGs e o esquema realizado por Navalle mostra que o “*VIRTÚ*” não se restringe a um quadro em específico, como as entidades que trabalham com gênero, raça, habitação e igreja, por exemplo. Ele está no centro e consegue se articular com todas as entidades de variados segmentos temáticos. Esse trânsito é o que permite que a instituição tenha em suas linhas de atuação áreas tão diversificadas como: segurança alimentar, ambiente urbano, participação cidadã, direito à cidade e urbanismo, políticas culturais, controle social do orçamento público, desenvolvimento econômico local, dentre outras.

Obs.: sociograma extraído de Laval, Adrian Guaza *et alli*. Dados contidos na *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 50, nº 03, 2007, p.p. 465-498 (cf. também o trabalho de Castell, Manuel. *A sociedade em redes – a era da informação*. vol. I. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 2008).

Trata-se, sobretudo, de acrescentar o conceito de revolução molecular de Guattari à complexidade dos fluxos e refluxos das ONGs em sua nupcias com o molar (estrutura), por meio do *intermezzo* do campo democrático participativo na constituição-fissura e dinâmica do meio: *molar(estrutura)-molecular*³⁶, à criação de *linhas de fuga* das ONGs, como também o *nomadismo* de certas instituições (PT etc) entre o campo democrático participativo e o Estado, na intenção de se fazer perceber até que ponto essas *linhas de fuga* sacodem o molar/molecular e reconfiguram a dinâmica do Estado e os limites de sua influência nessas redes de sociabilidade e subjetividades das coletividades nômades que perfiguram essa cosmologia

³⁶ Para Guattari (1987) o *molar/molecular* são os mesmos elementos existentes nos fluxos, nos estratos, nos agenciamentos. O *molar* corresponde às estratificações que delimitam objetos, sujeitos, representações e seus sistemas de referencia. O *molecular*, ao contrário, é a dos fluxos, dos devires, das transições de fase, de intensidades. Essa travessia molecular dos estratos e dos níveis, são operadas pelas diferentes espécies de agenciamentos.

2.2 Financiamento³⁷

O que mantêm todos esses programas e seus respectivos projetos? Para realizar os seus trabalhos, o “VIRTÚ” conta com colaboradores, São eles: *Comité catholique contre la faim et pour le développement* (CCFD), *Evangelischen Entwicklungsdienst* (EED), *Fondation Charles Léopold Mayer* (FPH), Fundação Ford, NOVIB, OXFAM-GB e Pão para o mundo. No que se refere à receita, no ano de 2006, a Instituição recebeu dessas entidades estrangeiras o equivalente a R\$ 2.308.431,41 e, em 2007, esse valor foi de R\$ 4.229.591,05. Essas doações são feitas como apoio ao projeto político do “VIRTÚ”. As agências apostam no plano quadrienal, sendo que este, a cada último ano, é revisado e rediscutido. E é também com estes recursos que se mantém parte da instituição, como o pagamento, por exemplo, da equipe administrativa, diretoria, coordenadores, técnicos e a manutenção da Escola da Cidadania.

TAB 5- SALÁRIOS EQUIPE 2007/2008

FUNÇÃO	SALÁRIO	
DIRETORIA	7.380,00	
COORDENADORES	6.000,00	
TÉCNICO SENIOR	3.172,00	
TÉCNICO PLENO	2.440,00	
TÉCNICO JR.	1.594,00	
REGIME CLT		ESCOLARIDADE
ASSIS. FINANCEIRO	3.180,00	ENSINO MÉDIO
		ENSINO
		SUPERIOR
AX. DEP. FINANCEIRO	1.191,00	CURSANDO
SECRETÁRIA	1.728,00	ENSINO MÉDIO
		ENSINO
FAXINEIRA	713,00	FUNDAMENTAL
RECEPCIONISTA	822,00	ENSINO MÉDIO

³⁷ Decidimos manter os valores em reais e em dólares sem fazer a conversão para nos manter fidedignos aos dados tais como estes nos foram passados. Mesmo porque, o último dado que nos foi repassado em 2008, por um dos dirigentes entrevistados, de US\$ 3.500,00 movimentado pela Entidade no ano, não corresponde com nenhuma das planilhas da contabilidade que nos foram fornecidas pela Entidade anteriormente, em 2007 e em 2008. No mês em que foi realizada essa entrevista, Março de 2008, o valor do dólar comercial oscilou entre R\$ 1,67 a R\$ 1,75. Várias tentativas foram feitas no sentido de obtermos esclarecimentos a respeito e, no entanto, não tivemos nenhum retorno!

FAXINEIRA	713,00	ENSINO FUNDAMENTAL
RECEPCIONISTA	822,00	ENSINO FUNDAMENTAL
AUX. FINANCEIRO PLENO	1.400,00	ENSINO MÉDIO
ASSIST ADMINISTRATIVO	1.650,00	ENSINO MÉDIO
AUX ADM JR.	650,00	ENSINO MÉDIO
OFFICE BOY	607,00	ENSINO SUPERIOR
COORD. PROGRAMA		CURSANDO
INTERNACIONAL	8.084,00	ENSINO SUPERIOR

Fonte: Instituto "VIRTÚ".

De acordo com o Instituto VIRTÚ, de fontes nacionais, foram obtidos os valores correspondentes a US\$ 737.940,00. A maior parte desses recursos nacionais é oriunda dos trabalhos do setor de urbanismo, como os planos diretores³⁸, que a Instituição vem realizando em praticamente todas as prefeituras ditas progressistas. Através de uma carta convite³⁹, o "VIRTÚ" é dispensado da licitação e, assim, pode fazer o plano diretor com a participação da comunidade local. Esse é justamente o diferencial, segundo a Instituição, na elaboração do plano diretor: a participação local.

Observa-se que, apesar de não ser vinculado de forma direta ao Partido dos trabalhadores, é para as prefeituras petistas, inicialmente, que são feitos os planos diretores. E são essas mesmas prefeituras que, valendo-se de um

³⁸ A Lei Federal 10.257/2001, mais conhecida como Estatuto das Cidades, consiste na regulamentação dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece parâmetros e diretrizes da política e gestão urbana no Brasil. O Plano Diretor está definido no Estatuto das Cidades como instrumento básico para orientar a política de desenvolvimento e de ordenamento da expansão urbana do município. É uma lei municipal elaborada pela prefeitura com a participação da Câmara Municipal e da sociedade civil que visa estabelecer e organizar o crescimento, o funcionamento, o planejamento territorial da cidade e orientar as prioridades de investimentos. O Plano Diretor tem como objetivo orientar as ações do poder público visando compatibilizar os interesses coletivos e garantir de forma mais justa os benefícios da urbanização, garantir os princípios da reforma urbana, direito à cidade e à cidadania, bem como gestão democrática da cidade. As funções do Plano Diretor são: 1. Garantir o atendimento das necessidades da cidade. 2. Garantir uma melhor qualidade de vida na cidade. 3. Preservar e restaurar os sistemas ambientais. 4. Promover a regularização fundiária. 5. Consolidar os princípios da reforma urbana.

O Plano Diretor é obrigatório para municípios: 1. Com mais de 20 mil habitantes. 2. Integrantes de regiões metropolitanas. Áreas de interesse turístico. 4. Situados em áreas de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental na região ou no País.

³⁹ Quando se tem pressa e não se pode fazer uma licitação para qualquer entidade, devido à especificidade do trabalho, para o qual não se pode fazer uma licitação aberta, usa-se desse expediente.

instrumento legal, dispensam a licitação por meio da carta-convite. Entretanto, a própria lei diz que é obrigatório haver licitação para realização de plano diretor.

Tabela 6 - PLANOS DIRETORES/ ATIVIDADES CORRELATAS FEITO PELO “VIRTÚ” 1995 – 2007.

<u>Município</u>	<u>ANO</u>	<u>Prefeitura</u>
<u>Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de São José dos Campos - SP</u>	1995-1996	<u>PT</u>
<u>Plano Diretor Municipal de Desenvolvimento de Barra Mansa - RJ</u>	1999	<u>PMDB</u>
<u>Plano Diretor da Estância Turística de Embu - SP</u>	2001-2002	<u>PT</u>
<u>Plano Diretor de Santo André - SP</u>	2002-2004	<u>PT</u>
<u>Plano Diretor de São Carlos - SP</u>	2002-2003	<u>PT</u>
<u>Plano Diretor Regional da Subprefeitura da Moóca - SP</u>	2002-2003	<u>PT</u>
<u>Plano Diretor Regional da Subprefeitura da Sé - SP</u>	2002-2003	<u>PT</u>
<u>Plano Diretor do Município de Guarulhos -SP</u>	2002-2003	<u>PT</u>
<u>Oficina Estatuto da Cidade e Plano Diretor⁴⁰</u>	2003	<u>BRASIL</u>
<u>Plano Diretor de Piracicaba e Revisão da Lei de Zoneamento - SP</u>	2003-2004	<u>PT</u>
<u>Plano Diretor do Município de Ribeirão Pires - SP</u>	2003-2004	<u>PT</u>
<u>Plano Diretor do Município de Poços de Caldas - MG</u>	2003-2004	<u>PT</u>
<u>Plano Diretor de Vitória - ES</u>	2005	<u>PT</u>
<u>Plano Diretor de Mogi das Cruzes - SP</u>	2005-2006	<u>PSDB</u>
<u>Plano Diretor de Catanduva e Revisão da Lei de Uso e Ocupação e Parcelamento do Solo -</u>	2005-2006	<u>PT</u>

⁴⁰ Objetivos: Organização e administração da oficina "Estatuto da Cidade e Plano Diretor" para 60 lideranças de movimento por moradia de todo o Brasil, realizado em conjunto com o Fórum Nacional de Reforma Urbana. Fonte: não divulgada (ver assessorias).

SP		
<u>Plano Diretor de Palmeira</u> - PR	2006	<u>PTB</u>
<u>Análise do Plano Diretor de Itapira-SP</u>	2006	<u>PT</u>
<u>Revisão de Áreas Especiais de Interesse Social em Salvador - BA</u> ⁴¹	2006	<u>PDT /PMDB</u>
<u>Plano Diretor de Viana</u> - ES	2006	<u>PT</u>
<u>Plano Diretor de Fortaleza</u> – CE	2007	<u>PT</u>
<u>Plano Diretor de São Gabriel da Cachoeira</u> – AM	2007	<u>PPS</u>

Fonte: Dados coletados pela pesquisa de campo. Outros dados não disponíveis no “site” me foram repassados pela própria equipe de Urbanismo. (ver assessorias). Ainda faltam, neste quadro, os Planos Diretores das cidades do RECIFE- PE/ BÉLEM- PA E DIADEMA – SP. Na época da coleta das entrevistas, a Instituição estava trabalhando/discutindo a realização dos planos nessas cidades, mas não consta no “site” e nem consegui obter, até o presente momento, resposta referente à realização ou não de planos diretores nessas mesmas cidades, de administrações petistas.

De outras fontes, como, por exemplo, venda de publicações e trabalhos das equipes técnicas e, ainda, assessorias em outras áreas de atuação do Instituto “*VIRTÚ*”, este recebeu o montante de US\$ 44. 440,00, isso ainda no ano de 2006. A soma dos recursos neste ano de 2006 resultou em uma receita total de US\$ 1.772,150, 00, com um gasto total, segundo a Instituição, de US\$ 1.552,000, 00.

Estimamos que esse valor movimentado pela ONG corresponda ao que uma empresa de porte médio, por exemplo, movimentaria em um ano. No entanto, em uma empresa, tem-se a princípio os direitos assegurados pela CLT e, no caso pesquisado, isto somente ocorre, com a equipe administrativa (telefonista, porteiros, pessoal de cozinha, etc). A equipe técnica e os coordenadores são tidos como prestadores de serviços, eles abrem suas próprias empresas e, assim, diminuem os encargos tanto para si como para a Instituição, como relata um dos entrevistados sobre esse assunto:

Aqui tem a equipe administrativa, toda ela CLT (vale transporte, vale alimentação, plano de saúde). Nós temos uma equipe de estagiários, não é usada como mão de obra barata, eles estão

⁴¹ Objetivos: Prestar assessoria para a revisão das Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS) estabelecidas no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU). Fonte: não divulgada (ver assessorias).

sendo formados aqui dentro, todos eles com contrato de estágio com as universidades. Nós temos um conjunto de 14 membros do conselho de coordenadores do “VIRTÚ”, depois vou falar disso. Acho que é uma das ONGs mais democráticas e mais horizontais que eu conheço, que sim, dão nota fiscal. É legal, não é ilegal. Quer dizer, nós temos contratos com as firmas que essas pessoas abriram, entende? Para apresentar nota fiscal, Por quê? Porque a gente tem um custo extraordinário com folhas de salários (B7-Caetano).

Na tentativa de diminuir encargos com a folha de pagamento, por exemplo, o “VIRTÚ” está atualizando o CEBA (Certificado de Assistência Social) para entrar com o pedido de isenção da cota patronal, junto ao INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social). No entanto, como percebemos na citação acima, trata-se da mesma tática utilizada por aquelas empresas prestadoras de serviços.

No que se refere aos 14 membros do conselho de coordenadores do “VIRTÚ”, uma significativa parcela leciona em Universidades e, segundo o informante B7 (Caetano), estes preferem ter o registro na Universidade e nela permanecer prestando serviços e apresentando notas fiscais para os trabalhos realizados na instituição.

Outro fator interessante na tentativa de resolver essa folha de salários extraordinária do “VIRTÚ” perpassa pelos convênios com as Universidades. Hoje, o “VIRTÚ” tem convênio com o Instituto de Estudos Especiais da PUC e está realizando um convênio com a USP-Leste:

A Universidade tem o seu professor lá, esse professor é um 40h. Mas a Universidade faz um convênio com o “VIRTÚ” de um projeto conjunto, e designa dessas 40 horas de um professor lá, ele vai dedicar 10h por semana pra esse projeto conjunto com o “VIRTÚ”. Então os mecanismos a gente tá buscando no sentido de resolver essas dificuldades que todas essas ONGs vivem e, ao mesmo tempo, tornar ainda viável a execução financeira do “VIRTÚ”. (B7: Caetano).

Observando bem o último trecho do informante quando diz (“tentando”) *resolver essas dificuldades que todas essas ONGs vivem* no que se refere à folha de pagamento, parece ser de fato bastante recorrente no universo das ONGs essa dificuldade de cobrir os gastos com pagamentos de funcionários e técnicos. Isso decorre do fato que as agências financiadoras, principalmente as estrangeiras, ao liberarem recursos para as entidades não

prevêem gastos com contratação de pessoal qualificado. Para essas agências, o trabalho deveria ser desenvolvido por voluntários.

Um outro fator recorrente é o fato dessas agências internacionais também estarem imigrando para outros países do Continente Africano, Ásia, ou até mesmo para países latino-americanos, considerados mais “pobres” que o Brasil.

O que muito vem sendo discutido no universo das ONGs, passa pela questão do financiamento, de como tornar viável ainda a sua manutenção; pois, para se manter uma instituição que luta pela democratização das políticas públicas, pelo fortalecimento da democracia, da cidadania, teria que haver financiamento público.

Em face dessa questão, a ABONG (Associação Brasileira de ONGs) vem, há alguns anos, discutindo com as suas afiliadas um marco regulatório de acesso, uso e prestação de contas de recursos públicos por organizações sem fins lucrativos. O acesso seria dado para aquelas entidades compromissadas com o aprofundamento da democracia e da defesa dos direitos humanos; neste sentido, foram enunciados alguns pontos priorizados pela ABONG e suas afiliadas.

- (i) Por princípios democráticos e de desenvolvimento sustentável, com clara definição sobre o papel do Estado e da sociedade civil;
- (ii) Por uma melhor compreensão sobre a natureza das organizações sem fins lucrativos e sua estrutural diferença das entidades privadas do mercado;
- (iii) Pelo sentido e significado do acesso aos recursos públicos e sentido da sua utilização;
- (iv) Pelo reconhecimento da importância e relevância do trabalho das ONGs para o fortalecimento da democracia e construção da cidadania em nosso País.

Segundo levantamento do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) existem no Brasil algo em torno de 338 mil associações sem fins lucrativos. No campo da ABONG tem-se aproximadamente 288 filiadas, o que é um universo inexpressivo frente aos dados levantados pelo IBGE. Então, como financiar com recursos públicos aquilo que nem se sabe ainda o

que significa ou representa para a sociedade? Hoje, existem ao menos nove formas jurídicas de repasse de recursos públicos para essas entidades⁴².

Podemos aqui sugerir a forma pela qual na Alemanha e na Holanda, por exemplo, em que seus cidadãos financiam partidos, igrejas e entidades como as ONGs, autorizando a dedução do imposto de renda e indicando a organização beneficiária. Essa fórmula é mais cidadã, mais democrática e mais republicana, sendo que nesses países, a prestação de contas é aberta a toda a sociedade.

⁴² Ver documento da ABONG (*UMA REGULAÇÃO DE ACESSO E UTILIZAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS PARA ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS NO BRASIL*), disponível no site: <http://www.abong.org.br/>.

3. O ORNITORRINCO NA CIDADE⁴³

Nessa segunda parte do texto são apresentadas as entrevistas realizadas no Instituto “VIRTÚ” com os técnicos e coordenadores, nos intervalos dos anos de 2004 a 2008. Apesar de se manterem sempre distintas entre si, o que é indiscutível, essas ONGs vinculadas ao campo da ABONG trazem consigo semelhanças pela própria constituição histórica; são essas semelhanças que as caracterizam, são as que corroboram com a perspectiva de construção de um *projeto democrático participativo* (Dagnino 2002; 2006). Nesse sentido, apresento as entrevistas realizadas na Instituição, na tentativa de compreender o que ONGs como o “VIRTÚ”, pertencentes e praticantes ativas desse campo *democrático e participativo* representam em nossa sociedade e que tipo de sociedade conseguimos construir. É importante ainda observar que, no decorrer da pesquisa de campo, o movimento social aparecia de forma contínua na Instituição, dada sua relação com a ONG pesquisada e, por isso, apresentamos também três entrevistas com pessoas de distintos movimentos sociais da cidade de São Paulo.

As três primeiras entrevistas que vêm a seguir (B1: Elis; B2: Nara; B3: Maísa) são singulares. Elas são de três pessoas que assumem a função de coordenação na Instituição e participaram da luta pela redemocratização do País, pela constituição e fortalecimento dos direitos; e estavam, naquele momento, unidas por uma causa comum.

Como observaremos nos trechos a seguir, atualmente, cada uma dessas pessoas tem uma percepção do mundo e do local que ocupam na Instituição que é diferente, pois mesmo verbalizando questões importantes no plano do discurso, na Instituição, isso não parece ter efeito algum.

⁴³ Francisco de Oliveira utiliza-se da metáfora do “Ornitorrinco” para falar das economias e sociedades da periferia capitalista. Segundo o autor, a evolução desse animal parou no tempo e este nos apresenta várias características, que acabam por impossibilitar sua classificação. Pensando nessas características, também classificaria as ONGs como ornitorrinco. Torna-se complexo assim como o ornitorrinco classificá-las, dada a diversidade de trabalhos e de sentido políticos que cada uma dessas entidades assumem. E isto ocorre com a ONG pesquisada, não que ela tenha se perdido, mas se abriu à nova dinâmica social, marcada cada vez mais pela expansão das desigualdades, pelo fortalecimento da política hegemônica do neoliberalismo, e isso ocorre justamente com a eleição de candidatos do PT a cargos majoritários ou não nos governos municipais, estaduais e federal.

(B1: Elis) - o “*VIRTÚ*” já nasce dentro de um movimento de construção de uma nova geração, digamos assim. Apesar dele ter vários militantes da esquerda tradicional na sua fundação. Quando ele escolhe ser uma instituição de políticas públicas, acho que se enquadra dentro daquilo que é um novo paradigma de transformação da sociedade, que agora recentemente vem ficando cada vez mais claro. Ele se distancia de um paradigma mais centrado na transformação econômica, de produção, que pensava a sociedade a partir do assalto ao poder, e que não pensa na reforma democrática do Estado. E o “*VIRTÚ*” como sendo um instituto de políticas sociais, ele já se define como um paradigma que se centra na reforma democrática do Estado, na universalização de direitos, e na democratização e no alargamento das políticas sociais como políticas redistributivas, e políticas de garantias de direitos universais e de construção de equidade (...). Eu acho que o “*VIRTÚ*” tem uma importância muito grande na mudança, no deslocamento de significados dos paradigmas de mudança da sociedade, no sentido de abandonar uma concepção de assalto ao poder, que não foi capaz de pensar na construção democrática do Estado para um outro projeto político, que talvez pudesse ser chamado de democrático e participativo, que entende o alargamento da democracia, a radicalização da democracia, a democratização das políticas públicas participativas como um caminho no fim da transformação da sociedade. Eu acho que o “*VIRTÚ*” tem uma importância muito grande nisso. O cenário atual é muito cheio de desafios. A transição desses paradigmas ainda está se fazendo e a gente ainda está no meio do furacão, não há nenhuma clareza sobre isso, que eu estou considerando como um paradigma antigo, um paradigma novo. O paradigma antigo que se concentrou nas definições tradicionais de socialismo, ele teve um fracasso histórico muito doloroso, muito trágico; e por causa de fracasso, a construção de um novo paradigma é muito dolorosa, com decepções muito profundas, tem abandonos de princípios, abandonos de crenças muito dolorosas, muito tristes, muitos companheiros que mandaram esquecer tudo que tinham escrito, (...) Então desafio é só o que a gente tem, atualmente a gente não tem certeza nenhuma, e é muito, muito difícil ficar sem certeza nenhuma, sem saber se as nossas apostas na justiça, na equidade, na possibilidade de construção de um mundo melhor são apostas viáveis ou não. Aceitar mergulhar na incerteza é muito difícil. Eu acho que o “*VIRTÚ*” está mergulhado nisso.

A informante **B1 (Elis)** aponta para um momento de indeterminação, mas a era da indeterminação se inaugura com a financeirização do capitalismo, pela descentralidade do trabalho (Oliveira: 2007).

A dinâmica do capitalismo no Brasil reflete articulações entre os modos de acumulação do capital e os modos de distribuição de riqueza e renda, como também entre o modo de dominação política já que, as redefinições de condições institucionais que estipulariam os mecanismo e perspectiva para a realização do lucro e apropriação dos excedentes, na relação capital trabalho, decorrem dos parâmetros que são definidos pelas frações da

burguesia interna, dos fundos públicos e privados, etc. Além disso, a criação de condições institucionais também viabilizou as condições necessárias para a expansão do mercado interno como nova forma de acumulação de capital.

Contudo, essa expansão do capitalismo no Brasil, através da acumulação primitiva, limitou o crescimento urbano-industrial no período da República velha, ao drenar os fundos públicos para sustentar os preços do café. É pensando nessa relação da expansão do capitalismo monopolista e a forma de acumulação primitiva que Oliveira (2007) sugere analisar a dinâmica do capitalismo no Brasil. Também ao analisar a forma de contradição do capital no Brasil, este autor nos adverte da transferência de um quarto do PIB do Brasil nos processos de privatização que ocorreram no governo de FHC.

Por meio dessa movimentação, dessa contradição do capitalismo no Brasil que se apresenta o monstro em nossa sociedade, o “ornitorrinco”, pois, de “um lado o avanço da concentração e centralização do capital, de outro o empobrecimento das massas” (cf Bello 2006, p. 73). É este monstro social que criamos, que denota essa incerteza latente que vive hoje a sociedade, e se apresenta na fala da entrevistada Elis. Mas o que tem que ser destacado em todo esse movimento do capital é a forma como ele vai se capilarizando, e como um vírus, se interiorizando nas estruturas das organizações da sociedade.

No momento de sua fala, as questões políticas já estão estabelecidas. Não por acaso, Luís Inácio Lula da Silva foi reeleito. O que talvez possa soar para a informante é esse sentimento de perda, de desesperança ao ver o “companheiro” e o próprio partido que ajudara a construir entrar em uma fase de administração do capital, como bem observa Oliveira (2007, p.29) *“quando se trata do capitalismo contemporâneo, então, é o retorno à lei da força bruta. Não pode haver ‘política’ nem ‘polícia’ há apenas administração”*.

A fala da informante aponta para uma desesperança e do vazio da política. A política que para Rancière(1995) é a relação entre dois agentes, passa a ser no “ornitorrinco” objeto de “administração”, daí as incertezas da qual aponta a entrevistada. Uma parte também importante a destacarmos aqui é sobre sua colocação da *democracia como valor universal*. O que poderíamos entender e concluir disso? Uma democracia formal? A que

garanta os direitos prescritos em lei? Uma democracia que reconheça as instituições e que preveja a formação dos governos através das eleições, na tentativa de alcançar os anseios da soberania popular? Ora, isso, em termos formais, já existe no Brasil. Todavia, assim como na Grécia antiga, em que mulheres, escravos e metecos (estrangeiros), estavam fora da esfera de participação da ágora, no modelo democrático que temos hoje no mundo, em suas várias formas, sempre há uma forma de excluir algum segmento da sociedade. A democracia, no entanto, deveria ser *“o regime-modo de vida em que a voz não apenas exprime, mas também proporciona os sentimentos ilusórios do prazer e do sofrimento usurpa os privilégios do logos que faz reconhecer o justo e ordena sua realização na proporção comunitária.”* (Rancière: 1995, p.35). Também é importante destacarmos que reconhecemos esses sistemas democráticos, porque eles surgem contra outras formas de sistemas. No caso, um sistema absoluto, autoritário.

Essa idéia ainda é fundamental para se pensar a própria esquerda e, por outro lado, a democracia. A democracia, contudo, se permanece indefinida como forma de governo, pode gerar inúmeras desconfianças, pois se dela depende a condição de possibilidade da oposição real e a legitimidade da reivindicação do contraponto, o que significa essa oposição se a democracia não é efetiva? O que significa deixar de manter expectativas no socialismo e apenas constatar o seu fracasso histórico doloroso e trágico? Então, do que se abre mão? De um futuro diferente do presente, abre-se mão da emancipação, do socialismo e da dimensão democrática do mesmo. Nesse sentido, é sintomática a declaração de Elis (B1):

“Renegam a sua história, em desconfiança com relação aos paradigmas de mudança, porque a democracia foi disputada por projetos políticos muito diferentes, ela sempre foi apropriada muito fortemente pelos projetos liberais, que tiveram sempre muita desconfiança contra a democracia, isso, na minha opinião, trouxe uma das maiores fragilidades, a fragilidade de não ter a democracia como valor universal”.

A informante, aparentemente, está fazendo afirmações, mas se mostra muito reticente com o caráter vago do conceito de democracia, porque a

democracia à qual se refere como valor⁴⁴ não é aquela democracia da política sem conflitos; não é, tanto que há conflitos dentro do “*VIRTÚ*”. A impressão é que a informante reduziu imensamente a idéia de democracia a uma idéia de participação, que é condição necessária, mas não suficiente. A idéia de participação é bastante significativa, contudo há também a idéia de uma participação efetiva; mas a democracia não consiste somente em participação, não é o que a caracteriza. Em todo caso, há um deslocamento importante da idéia de participação que acaba por ganhar capilaridade em todo o discurso da dita sociedade civil organizada. Com essa emergência de uma *participação solidária*, a ênfase passa a ser a de um trabalho voluntário de responsabilidade social. Há que se destacar que essa idéia é difundida por empresas e indivíduos, mas também por aqueles coletivos que constituem um campo “virtuoso” da sociedade, as ONGs. Só que em nossa sociedade o associativismo civil é algo incipiente, não está em nossa estrutura, em nossa organização, em nosso DNA.

O segundo relato vai no sentido contrário à fala de B1 (Elis). Enquanto esta aponta para um momento de incerteza do mundo e da própria instituição a qual é vinculada, a outra, contemporânea de B1 (Elis) nessa trajetória de militância, aponta para um momento ora superado da política, e política essa entendida como política pública. O que poderia soar como um *dissenso*⁴⁵, aparece como um *dano à política*⁴⁶ (Rancière: 1995; 1999). Vejamos sua fala, juntamente com o terceiro relato:

(B2: Nara) - Existiu um debate que eu acho que está superado. Um debate muito forte onde as pessoas defendiam, uma grande parte do “*VIRTÚ*”, defendiam que as políticas universais davam conta de todas as outras diferenças. Então, se você trabalhava com políticas universais, você dava conta de gênero e raça, de toda diversidade né? Se você quisesse, por exemplo, a média das deficiências físicas ou a homossexualidade. E a gente não acredita nisso. E o embate era muito grande, então eu acho que isso está razoavelmente superado. É que essas coisas caminham lentamente, a gente sempre dá prioridade para isso. No plano quadrienal, a gente trabalha com os movimentos sociais e a sociedade, e acabam

⁴⁴ Sobre a idéia de democracia como valor universal, ver Coutinho, Carlos Nelson. *Contra a corrente: ensaios sobre a democracia e socialismo*. São Paulo, ed. Cortez, 2000 (Cf. também Weffort, Francisco. *Por que democracia?* São Paulo, ed. Brasiliense, 1985).

⁴⁵ Para uma melhor compreensão de como Rancière teoriza o significado do *dissenso*, ver: O Desentendimento. São Paulo, Ed. 34, 1996. Ou O Dissenso, in: Novaes, Adauto (org.), A crise da Razão. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

⁴⁶ Ibidem.

passando uma régua (...) Se você for ver o campo do terceiro setor, ele trabalha não com a noção de direitos, ele trabalha muito mais com a noção de assistencialismo. Ou mesmo quando não assistencialismos, são empresas que chamam responsável, a questão da responsabilidade social, não só das empresas, mas da sociedade com um todo, com o voluntariado (...) Mas isso é outro campo, não é um campo político, que é esse que o “*VIRTÚ*” quer mexer no protagonismo da sociedade. Acho que o mais importante do “*VIRTÚ*” é você ter um protagonismo na concepção das políticas públicas, no controle social do orçamento. Sabe, eu acho que os fóruns vêm da reforma urbana. Que reforma urbana que a gente quer? Que lei sobre direitos humanos a gente quer? Então, o “*VIRTÚ*” vem trabalhando tanto dentro dos fóruns, como nos projetos de consultoria, nos planos quadrienais, com essa questão: a questão social, a participação, uma participação que tenha algum tipo de incidência, delimitando esse campo basicamente da política pública da cidade. Eu acho que a gente tem sido razoavelmente bem sucedido. Agora, é um monstro trabalhar com isso. São poucas as entidades. O campo da ABONG é muito visado pela direita. Depende de como venha essa sucessão, aí a coisa tende a piorar. Então se trabalha com pouco financiamento. A gente não corresponde, em verba, para nos dar uma super liberdade, para poder financiar projetos, então a maioria aposta no controle social, na articulação. Mas é lógico que a gente gostaria de fazer coisas que tivessem um impacto maior, tivessem na mídia. Então, a hora que você ver os projetos, o do observatório, projeto do controle social, da escola, eles têm essa intenção. O tanto de efetividade que eles conseguem é pequeno pelo tamanho da encrência.

Vejamos ainda:

(B3: Maísa) - O “*VIRTÚ*” construiu realmente uma identidade, uma referência, eu acho, no debate público das questões urbanas mais gerais, seja uma gestão democrática da cidade, ou seja, a revalorização do Estado numa perspectiva, da democratização da democracia, de aprofundar o processo. Nesse sentido a gente tem que se diferenciar dos segmentos conservadores da sociedade para não se apropriarem das nossas bandeiras. Então a gente trabalha muito nessa coisa de ir se diferenciando, e não perdendo a identidade. Eu acho que o “*VIRTÚ*” ganhou uma visibilidade e adensou muito sua intervenção; quer dizer, a gente conseguiu contribuir para demarcar algumas posições e ter algumas conquistas como essa coisa desse assunto da cidade ou de uma nova visão da gestão de resíduos. Acho que na questão da segurança alimentar, o “*VIRTÚ*” trouxe também contribuições muito importantes pra construir diretrizes de políticas municipais voltadas para a soberania alimentar, pra segurança alimentar. Soberania alimentar é muito mais ampla ainda. Na área de cultura, eu acho que o “*VIRTÚ*” tem um trabalho muito grande, muito bonito, para se ver o desenvolvimento cultural como algo muito mais amplo que as ‘belas artes’, como diz meu colega. Então acho que o “*VIRTÚ*” traz um diferencial e contribui para a construção da sócio-diversidade, da biodiversidade, da preservação ambiental, do desenvolvimento cultural, da questão da soberania alimentar, da questão urbana, das políticas urbanas, de uma visão urbanística muito mais integradora. Enfim, acho que a gente conseguiu consolidar uma contribuição, a gente gosta de falar ‘contribuição’ para não ser pretensiosos de achar que nós estamos construindo.

Nós somos a referência, nós somos uma das referências. Temos conseguido intervir, impactar, eu diria, relativamente bem no nível desses campos em que a gente atua e no foco da cidade a nível nacional. Eu acho que o “VIRTÚ” é respeitado e conhecido, assim, de uma maneira bastante significativa no âmbito nacional, e alguma coisa a nível internacional. Eu acho que a gente tem sido chamado pelas próprias agências, por algumas agências já nos chamam para discutir plataformas, plataforma das agências, construir os grupos, o grupo de referência para a própria agência poder entender como que ela tem que definir. Tem várias contrapartes disso, você sabe. Elas têm contrapartes. O “VIRTÚ”, ainda não vi. Tem outras ONGs que também se referem ao acordo, então quando elas colhem de um grupo que elas apóiam algumas entidades pra discutir um marco do apoio para a cooperação internacional também se estruturar, eu acho que um bom exemplo e um pouco mais modesto, pois nós temos conseguido influir a nível de FMI, Banco Mundial, tá entendendo, dentro das redes internacionais.

De fato, o “VIRTÚ” é uma das referências nacionais no que condiz com a política urbana, resultado dos anos de acúmulo de experiências sobre planos diretores, sobre o uso da cidade. Entretanto, a Instituição não é só isso, pois, internamente, há várias equipes coordenando projetos diversos e estes não se encontram necessariamente relacionados: cada equipe cuida do seu próprio projeto sem necessariamente manter diálogo com alguma outra equipe.

Esse terceiro relato, juntamente com os dois primeiros vem corroborar com o que Rancière denominou como dano à política *“o dano que institui a política não é primeiramente a dissensão das classes, é a diferença a si de cada uma que impõe a própria divisão do corpo social a lei da mistura, a lei do qualquer um fazendo qualquer coisa”* (Rancière: 1995, p. 33). É nesse fazer *qualquer coisa*, que um dos informantes (B7: Caetano) chegou mesmo a comentar a possibilidade e a necessidade de se *realizar curso de capacitação para os coordenadores da Instituição*, a fim dentre outras coisas de estabelecer o diálogo entre os coordenadores e entre os projetos.

Outro trecho importante a ser observado é a seguinte afirmação da informante B3 (Maísa): *nós temos conseguindo influir a nível de FMI, Banco Mundial, tá entendendo, dentro das redes internacionais*. Essas “redes internacionais” representadas, em parte, por agências multilaterais, como BIRD e Banco Mundial, apropriam-se de idéias e vão transformando-as em “condicionalidades”; isto é, na dinâmica do capitalismo, o capital se apropria daquilo que seria a “boa idéia, o novo” e acaba por “engolir” a tal novidade. O

capitalismo aprendeu a conviver com nossa deformação política. Vejamos como é a relação do BIRD e do Banco Mundial no que se refere à habitação e à educação. O Estado continua fornecendo os recursos, mas as “condicionalidades”, em certa medida, são estabelecidas por essas agências. O que essas agências representam, diríamos que o capitalismo norte americano, mas para além disso, é a forma moderna de se adaptar as nossas velhas estruturas sociais que acabam por gerar uma deformação política, que cria o “ornitorrinco”.

As colocações da informante B3 (Maísa) sinalizam ainda para algo contrário àquilo descrito por Michel Foucault⁴⁷, de que o objeto do estado é a sociedade. Se considerarmos as colocações de Foucault, são essas organizações não-governamentais, sociais e filantrópicas que estão sendo pautadas pelo estado e pelo mercado. Elas são partes da pauta e dos ajustes do capital, quando dá-se esse “mix” de Estado e mercado, o estado passa a desregular as políticas sociais criando mais mercado para que o capital possa atuar (Agambém: 2003; 2004. Oliveira: 2007). Contudo, ao criar mais mercado, o social que ficaria, portanto, renegado à boa vontade e à solidariedade da sociedade, vem a se tornar também, em certa medida, parte do mercado. A partir daí, entidades desse campo, denominado de “sociedade civil organizada”, passam a atuar (como fundações privadas pertencentes a bancos que atuam justamente nessa esfera do social!). Não se pode esquecer, porém, que também, para além das políticas de direitos defendidos por essas instituições, existe a questão da sobrevivência mesma do indivíduo e o trabalho que nessa co-fusão de Estado com mercado foi desregulamentado e precarizado.

3.1 Gestão e Política

Neste tópico, duas entrevistas são destacadas: em primeiro lugar, pela confusão que os informantes fazem entre administração e política pública e,

⁴⁷ Ver *Le Naissance de la Biopolitique*. Paris-Seuil. Ed. Gallimard, 2.004.

em segundo, pela forma como a política é entendida como técnica, tendo inclusive *tecnicidades*⁴⁸ para sua execução. Vejamos:

(B4: Erasmo) - a atuação aqui no “*VIRTÚ*”, junto ao Estado é uma atuação que procura introjetar uma lógica da gestão no compromisso da gestão pública, que em diversos momentos enfrenta obstáculos da própria gestão pública. Isso de um lado. De outro lado, há sempre uma contradição, de um lado há a necessidade de se posicionar criticamente, com relação à atuação do Estado, mas de um outro lado, há relações de assessoria, trabalhos em conjunto com o Estado e que acabam gerando algumas contradições, por exemplo, aqui na prefeitura de São Paulo, há setores aqui do “*VIRTÚ*” que têm uma crítica clara com relação a alguns setores do governo municipal, mas, por outro lado, há outros setores aqui no “*VIRTÚ*” que desenvolvem trabalhos em conjunto com outros setores desse mesmo governo municipal. Então, existe uma relação que é de colaboração, ao mesmo tempo é de construção crítica, e isso acaba atrapalhando.

Esse primeiro informante repete consideravelmente o termo *gestão*, só que os termos aparecem em oposição e vazios de sentido. Na segunda entrevista, a política é vista como técnica.

Sara: Deixa eu te perguntar, a equipe teoricamente é constituída por técnicos, então nesse fazer política, com a implementação do estatuto, há toda uma briga, todo um “lobby”, você não acaba fazendo da política uma técnica?

(B5: Roberto) - Eu não acho não, porque além de tudo a política é uma técnica.

Sara: A política é uma técnica?

(B5: Roberto) - Eu acho que é. É interessante essa questão. Não pode ser reduzida a uma tecnologia evidentemente, mas ela tem as suas “tecnicidades”, por exemplo. Porque eu estou respondendo isso, para você não me interpretar mal, você só usa métodos e propostas para implementar atitudes participativas. Então têm muitos para você fazer essa política participativa, a gente ensina muito isso. Então construir um plano diretor é construir uma política pública quem tem “tecnicidades”. Só a maneira de você construir uma reunião, a maneira de você se colocar, você começar com uma dinâmica de grupo, atua expressão corporal, o jeito de ouvir o que a pessoa fala, pegar o que uma pessoa está falando e transformar isso em algo, que pode ser tudo isso é repleto de técnicas. Eu aprendi tudo isso aqui no “*VIRTÚ*”. Eu não sei se é dessa política que você está falando.

Na contramão dessa concepção de política temos Hannah Arendt. Para esta autora, política está ligada à idéia de liberdade e de espontaneidade. O

⁴⁸ “Tecnicalidade”: é a tecnologia aplicada ao desenvolvimento de um plano diretor (as “tecnicidades” seriam, por assim dizer, “ferramentas”, ou o instrumental necessário para o desenvolvimento da técnica).

esforço da autora concentrou-se inicialmente na análise da política no momento em que se via sua anulação durante o Estado totalitário.

Política, ainda como Hannah Arendt a concebia, tem a ver com o mundo e a forma de relacionar-se com ele. *A palavra é política*, proferida por indivíduos que pensam sobre o mundo. É o diálogo entre indivíduos no espaço público que confere sentido à política e ao mundo (Feltran: 2005). Neste sentido, a autora nega a compreensão da política como técnica, como gestão de administração; seja da política pública, seja dos conflitos.

Partilhando uma mesma compreensão de política como Hannah Arendt, Jacques Rancière pressupõe que é pela palavra e a circulação da mesma em espaço público, o seu meio de efetivação. Ainda, para este autor, política envolve uma visão de conflito. É pelo *dissenso*⁴⁹ que se instaura a política. A política não se ensina, esta se constitui pelo debate no espaço público. É do confronto das idéias que ela nasce. Ao colocar a política como técnica, os dois informantes nos levam ao diagnóstico de que vivemos em *“tempos de sociedade de massas. As pessoas tornam-se tão iguais, seus comportamentos são determinados por rotinas tão rígidas e elas são tão homogêneas, que não há espaço entre elas para que se demonstre a pluralidade da vida”* (Feltran: 2005. p. 69).

3.2. Conflitos internos, partidos políticos: o dissenso

A política é primeiramente o conflito em torno da existência de uma cena comum, em torno da existência e a qualidade daqueles que estão ali presentes.(...) Existe política porque aqueles que não têm o direito de ser contados como seres falantes conseguem ser contados, e instituem uma comunidade pelo fato de colocarem em comum o dano que nada mais é que o próprio enfrentamento, a contradição de dois mundos alojados num só: o mundo em que estão aqueles que não os conhecem como seres falantes e contáveis e o mundo onde não há nada. (Rancière: 1995, p.p. 39-40).

⁴⁹ Idem. O Desentendimento. São Paulo: Ed. 34, 1996. Ou O Dissenso, In: Novaes, Adauto (org), A Crise da Razão. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

Tendo ainda como referência as falas de B4 (Erasmus) e B5 (Roberto), verifica-se que houve um momento de gestão da política, e que isso na Instituição assumiu uma outra forma, a do *dissenso* (Rancière: 1999; 1995)⁵⁰. Isto se dá com a organização dos técnicos, denominados de NOVATOS (Nova Organização para Virar do Averso o Trabalho, a Ordem e a Sociedade).

O grupo não demonstrava apenas no nome a vontade de “virar pelo avesso” o trabalho na ONG. Este surgiu num momento que o “*VIRTÚ*” passava por um crescimento considerável no seu número de pessoal, de uma média de 20 a 25 pessoas, passou para 60 a 70 pessoas trabalhando nos diferentes projetos da instituição. “*Chegou-se um momento que nem bom dia dava-se mais nos corredores ou nos elevadores*”, comenta um dos entrevistados (B6: Milton).

A proposta dos novatos era juntar as pessoas das diferentes áreas e passar a entender a instituição. Esta era uma tentativa de refundar o “*VIRTÚ*” e seu projeto político inicial, o que faz surgir uma importante questão: qual era o verdadeiro projeto do “*VIRTÚ*”? Um trecho da fala de um dos entrevistados, na sua presença em uma das reuniões dos planos anuais é bastante revelador. Vejamos o que um dos entrevistados tem a dizer sobre o que foi denominado de “ornitorrinco”:

(B6: Milton) - (...) essas reuniões do planejamento eram pau, eram briga, porque tinha gente que dizia que é preciso priorizar o apoio às prefeituras.

Sara: prefeituras do?

(B6: Milton) Sempre do PT, (...) do PC do B [Olinda] chegou até a compor a mesa. Mas era tudo PT. E falavam: ‘Não, é hora de fortalecer os movimentos’. O Rogers dizia: ‘não, esse negócio de movimento acabou, são indivíduos que estão lutando contra o capital, contra a globalização’(...) e quando o Rogers falava isso, o Caetano dizia ‘é o indivíduo liberal, tudo o que a gente construiu foi ao contrário disso. A gente construiu formas coletivas de intervenção para não ficar nessa coisa. Por isso minha crítica ao OP, porque a gente levou a década de 80 inteira fazendo o maior trabalho, querendo a representação de grupos coletivos e, agora, volta para o indivíduo’ e aí o pau comia, ‘nós não vamos fazer isso, mas apoiar aquilo’, e era briga, e tinha o grupo – Roberto, Erasmus, Viviane e Heloisa, que diziam o seguinte: ‘O “*VIRTÚ*”

⁵⁰ Há ainda os que no seu micro-campo de atuação provocam dissenso. No sentido de ainda encaminharem e fazer os projetos dentro de uma lógica que regula a existência, o pilar da discussão dos novatos.

tinha que fazer pesquisa sistemática. Como é que está a situação nas cidades, nas políticas públicas, na mobilização da população? Enquanto vinha a Elis e dizia ‘ aqui não é uma agência de pesquisa, isso aqui não é um instituto de pesquisa, isso aqui é um instrumento de intervenção: formar a população para intervir na política.

Uma questão não totalmente esclarecida diz respeito qual seria o verdadeiro projeto da ONG. Em disputas e contradições, os novatos, que eram compostos por técnicos e estagiários, resolveram realizar reuniões sistemáticas para se conhecerem, assim como conhecer a Instituição na qual trabalhavam. Nisso, as contradições e os problemas ficaram mais evidentes: as pessoas estavam ali por causa de uma luta política comum, conhecendo o mecanismo de contrato e de funcionamento da Instituição. Segundo Rancière, o dissenso, não é *a guerra de todos contra todos*, mas, um conflito sobre a *constituição do mesmo mundo comum, sobre o que nele se vê e se ouve, sobre os títulos dos que nele falam para ser ouvidos e sobre a visibilidade dos objetos que nele são designados* (1999, p. 374).

É notável que as disputas para a definição das prioridades, entre os projetos e quem teria poder efetivo de direcionar algo na instituição, no jogo das forças, com a chegada do “Fome Zero”, como destaca um dos informantes, altera-se o pensamento de certos grupos, vejamos o porquê:

(B6: Milton) - (...) porque trás uma grana preta, (...) eles contratam um monte de gente, porque o “VIRTÚ” estava no “site” do “Fome Zero”, e cobrava atendimento, e contratou três pessoas (...). À medida que o negócio ia crescendo e o dinheiro ia entrando, o pensamento ia mudando. Aí você começava a entender que o problema não era de prioridade, não é uma discussão política o que é prioritário hoje para o País é por uma questão que eu não tenho grana para fazer os meus projetos, então é briga, porque eu quero dinheiro. Aí, quando tem dinheiro, acaba a discussão sobre prioridade. Então nas próprias reuniões de planejamento, começa rolar isso. Se o meu dinheiro está garantido, o outro não tem o dele, então porque eu vou ficar discutindo? “Eu não concordo, mas eu não vou discutir”. O Fome Zero tencionou em vários momentos. Como tinha muita gente nova que tinha entrado, essa gente nova começou a se articular. E “por que Fome Zero?”. Em alguns planejamentos se questionou o “Fome Zero”, mas nunca se entrou nessa discussão, nunca. Isso porque as opiniões estavam rolando e se definindo contra a política. “Esse Fome Zero, o que é isso?”. Existiu um Conselho de Segurança Alimentar, uma tentativa de construir uma política nacional de segurança alimentar, que tivesse como previsão o investimento básico em agricultura familiar, produção de alimentos. E, de repente, vira bolsa? E o projeto Fome Zero, no “VIRTÚ”, estava fazendo um mapeamento

das iniciativas locais do semi-árido para botar num “site” e captar recursos de empresas.(...) Então, de repente, o “VIRTÚ” estava fazendo um mapeamento, olha só, sempre se brigou para que o “VIRTÚ” fizesse pesquisa, e sempre era tensionamento, e de repente o “VIRTÚ” faz um mapeamento das iniciativas locais do semi-árido para colocar nos “sites” dos empresários, sendo que o “VIRTÚ” sempre questionou a responsabilidade social do empresário e tal. E isso passou como se fosse normal. E a defesa da segurança alimentar era aberta nessa época, que era pautar a forma de produzir. A segurança alimentar era basicamente o seguinte: alimento não é mercadoria. Então, é preciso tirar a produção de alimentos do circuito de mercado e criar canais possíveis, criando subsídios. Isso estava no quadro da campanha contra a fome. Era uma das perspectivas que tinha sido colocada no Conselho Nacional no governo Itamar Franco. E tinha poder de planejar políticas, e o “VIRTÚ” participava disso e, de repente, passados 10 anos, o “VIRTÚ” fazia “site” para empresário dar dinheiro, então esses tensionamentos internos eram colocados. Como está acontecendo isso? “É, você precisa entender que é uma experiência lá no Jardim Jacqueline, e o pessoal está passando fome lá, então nós temos essa necessidade emergencial, porque, senão, não tem condição.”. Tinha tensionamento, e tinha debates nas reuniões. As contradições que você está procurando se resolvem por aí. Porque você poderia dizer: “O negócio de vocês é grana... (Eles diriam): Eu não aceito isso, é uma ofensa. Não é isso, nós vamos intervir na política nacional. Nós temos condições e trabalhamos 20 anos para isso. Porque é democratizar o Estado, o poder do Estado. Os conselhos têm briga lá. Tinha um grupo que achava que tinha que juntar forças nos movimentos e outro que tinha que juntar forças nos conselhos. Sempre o que estava em jogo era democratizar o Estado e as políticas públicas. E isso que é o “VIRTÚ”.

Sara: Eles querem ser o agente democratizador?

(B6: Milton) - Isso.

Esse é um importante depoimento para se compreender o que é o “VIRTÚ”. Entre os novatos, muitas vezes foi discutida a questão da coerência. Entretanto, se pensarmos na coerência, até que ponto de fato o “VIRTÚ” está sendo incoerente ao tentar pautar as políticas públicas, principalmente num governo petista, uma vez que a maioria de seus quadros consiste em pessoas que foram ou são ligadas ao Partido dos Trabalhadores. Não é à toa que a antiga coordenadora da equipe de urbanismo ocupou função de destaque no Ministério das Cidades. Tínhamos, de um lado, uma pessoa planejando a política urbana e, de outro lado, a sua antiga ONG executando. O problema reside em possíveis favorecimentos. Pois uma parcela da equipe de urbanismo do “VIRTÚ” passou também pelo Ministério das Cidades.

Esse tipo de ação é totalmente compreensível quando pensada sob nossas origens, quando pensada nas relações afetivas que desde sempre

pautaram não somente as relações da casa, mas sobretudo, nossa relação com o Estado. Contudo, não se trata mais do *homem cordial*⁵¹, a pessoalidade e a cordialidade até existem, no entanto, essas relações não são necessariamente definidas pelo afetivo ou pelo irracional como nos descreveu Buarque de Holanda(2008). Existe aí nessas relações uma lógica, um código e por que não uma racionalidade, portanto, não se trata mais do homem cordial, mas sim, daquilo que Guattari(1987) nos descreveu como revolução molecular.

Apesar de haver sido fundado por um grupo de militantes, foi por não encontrar eco no PT que o “*VIRTÚ*” surgiu. Isso não quer dizer que a instituição estivesse alinhada programaticamente com aquele partido. Se o grupo dos novatos pensasse assim, pareceria um equívoco. Como observa um dos dirigentes da ONG: “*nós fundamos o “VIRTÚ” com cento e tantos associados, já pluripartidário, os associados e os integrantes nesse momento de fundação eram do PMDB, PDT, PT*” (B7: Caetano). Contudo, observa-se que a maioria dos seus componentes eram vinculados ao PT. Hoje, no entanto, um de seus dirigentes não concorda com a idéia de vinculação com o Partido dos Trabalhadores, como ele mesmo observa:

(B7: Caetano) - Eu fico feliz quando chega aqui um pedido de trabalho que não seja do PT. Justamente pela importância que nós temos de afirmar que isso aqui é uma entidade plural e não é alinhada a partido nenhum. Já recebemos demanda do Instituto Luis Eduardo Magalhães da Bahia, do PFL. “Ah nós queremos discutir com vocês capacitação para as prefeituras trabalharem participação”. Eu topei, achei que valia a pena, nós não trabalhamos com recorte ideológico. E nós já apoiamos e brigamos com prefeituras do PT, que alteraram o plano diretor que nos fizemos, plano diretor com método participativo, de consulta popular, é toda uma coisa que a gente desenvolveu aqui dentro bem. Para pegar de baixo pra cima, para pegar as aspirações da população, a idéia do futuro da cidade e tudo mais. Tem prefeito que botou debaixo do braço o nosso relatório e mudou substancialmente, a gente mandou uma carta pra esse prefeito do PT, dizendo: nós não respondemos mais pelo plano que você está encaminhando à câmara municipal. Agora o problema é seu, porque no nosso contrato, no nosso compromisso, nós vamos fazer com participação e com tais objetivos. Então, eu acho um equívoco fazer uma leitura por esse tipo de viés ideológico. Por que trabalhar com o PDT, PMDB, trabalhar com o PFL, trabalhar com o PT? A gente está aberto pra trabalhar. Desde que sejam coisas que batem com os objetivos que nós temos e que nós sabemos fazer. Então essa idéia que o “*VIRTÚ*” é do PT é muito difícil de sustentar.

⁵¹ Vê Buarque de Holanda, Sérgio. Raízes do Brasil. São Paulo, Companhia das letras, 2008.

Na verdade, o “*VIRTÚ*” hoje é referência na elaboração de planos diretores e estes são conhecidos por prefeitos de variadas correntes políticas partidárias; contudo, como a liberdade democrática permite, também é verdade que existe vinculação de alguns de seus quadros técnicos e de alguns de seus coordenadores com o Partido dos Trabalhadores, pois: (...) O “*VIRTÚ*” estava no “site” do “fome zero”, e cobrava atendimento (...). O “*VIRTÚ*” estava fazendo um mapeamento das iniciativas locais do semi-árido para botar num “site” e captar recursos de empresas (...) (B6: Milton). Ou, ainda:

Sara: E a relação disso?

(B6: Milton) - Por que você tem uma secretaria com poder de ministério, e com o pessoal do urbanismo que tem o Ministério da Cidade, então você tem dois segmentos muito ligados. eu me lembro da Sandra telefonando para Brasília. Na época do governo de transição, eu me lembro dela no telefone: “Vai ser o Patrus?”. Porque a Sandra tinha interlocução com gente forte que eu nem sei quem é, mas ela tinha, sempre teve. “Olívio Dutra, mas o Olívio Dutra não sabe nada. O Olívio Dutra sabe o que de cidade? Ele não acompanha nada disso”. Eu sempre lembro dela ao telefone, porque ela falava à toda altura para todo mundo ouvir. Não, ela não olha. “Olívio Dutra, não dá”. É o Cristóvão, ela participava da coisa, no governo de transição em Brasília. Quando ela foi de fato, começou aquilo: “Parece que a Sandra, a Sandra vai”. O que se falava ali no lado do urbanismo: “Ótimo, porque é uma oportunidade. Por quê? É uma oportunidade do “*VIRTÚ*” crescer em contratos, em atividades para a gente fazer, nós vamos crescer”. (...) de o “*VIRTÚ*” conseguir pautar as políticas públicas, que foi o que o “*VIRTÚ*” sempre quis fazer. O “*VIRTÚ*” foi fundado em 1987 com esse objetivo.

Como observamos nos trechos acima, pelo que tudo indica, a ONG passou a desempenhar um papel relevante em um dado momento da política nacional, sobretudo para o Partido dos Trabalhadores. Ora, qual era o “carro-chefe” da campanha de Luís Inácio Lula da Silva, em seu primeiro Mandato? O projeto “Fome Zero”, certamente. Qual a ONG responsável, pelo menos em parte, pela implementação desse projeto? Como destacado na fala de B6 – Milton (p 73), seria o Instituto “*VIRTÚ*”.

O que dizer ainda da participação ativa de membros da ONG no debate de quem deveria ou não assumir a pasta criada inicialmente como secretaria e, *a posteriori*, como Ministério das Cidades? Ainda hoje, temos a importante presença do setor de urbanismo na elaboração do Estatuto das Cidades e a

elaboração de planos diretores para prefeituras do PT⁵². Sendo assim, fica evidenciada a relação da ONG com o Partido dos Trabalhadores.

A relação molar/molecular não é dual, como diria Deleuze “núncia de dois reinos”, mas ao invés de consideramos tais fenômenos como bem nos mostrou o empírico, uma forma de resposta coletiva improvisada de uma sociedade carente (carência de uma política social, por exemplo, que resolva os problemas de moradia de uma cidade como São Paulo), devemos estudá-los como uma experimentação de uma micropolítica e de um novo militância, não se trata de uma revolução, mas de pensar, o que essas partículas criaram quando pensamos em sociedade.

Outro assunto discutido entre os novatos referia-se às formas de contrato e de pagamentos. Buscou-se saber qual a função desempenhada por cada integrante do movimento dos novatos e os seus respectivos salários e formas de ingresso.

(B8: Vanessa) - “Ah, eu também sou técnico junior, mas quanto você ganha? 1600, e você? 1.200. Mas você não é técnico júnior e eu ganho 1.200 e você 1.600”. Não tem critério. É um dos pontos que os novatos bateram o tempo inteiro. Critérios institucionais. (...) A gente bolou um questionáriozinho nas reuniões que tinha: a que equipe você pertence? quanto você ganha? O que você faz? Não lembro das outras coisas, mas o mais importante da história era: o quanto você ganha e o que justifica esse ganho? Aí a gente levou lá, conversou sobre isso com a Nara. A avaliação do ganho ia de 400 na época, só que era o estagiário, até dois mil e alguma coisa, que era o meu salário. Eu cheguei falando: eu tenho uma inserção privilegiada aqui e não sei o que justifica, vamos tentar entender.

Novamente a pessoalidade é exposta nas falas de nossos entrevistados, mas observamos que em nossa sociedade, esses traços de raiz histórica, juntamente com toda a revolução molecular que principalmente nos anos da ditadura e de abertura política movimentaram nossa sociedade, veio na modernidade a forma aquilo que oliveira denominou de “ornitorrinco”. São essas contradições, que formam o que somos hoje, o próprio modelo de serviços que assumem essas organizações mostra-nos claramente a ruptura da divisão social do trabalho. E estes serviços, são importantíssimos para a reprodução do sistema capitalista, para a reprodução da mercadoria.

Numa empresa com lógica liberal, de mercado, isso é mais plausível, algo que no universo das ONGs não é a mesma coisa. Como observa uma

⁵² Ver tabela 6, sobre os Planos diretores realizados pelo “VIRTÚ” de 1995 a 2007.

das informantes, *a relação pessoal prevalece e o trato com profissionais às vezes beira o amadorismo* (B9: Fernanda).

(B9: Fernanda) - Essa coisa de valorizar. Por mais que seja um dos objetivos constituídos da ONG “VIRTÚ”, apontar para essa valorização, contraditoriamente, quando a gente vê para dentro, isso não é valorizado. Não valorizado da forma que deveria ser, um trabalho profissional que é remunerado, não é voluntário da minha parte, isso faz parte do meu trabalho. Não é porque eu sou uma militante. Não é isso. Faz parte do meu trabalho. No entanto, na prática, aqui dentro acaba dependendo mais de pessoas que delegam equipes e acabam se dedicando àquelas atividades que têm retorno financeiro maior (...). Apesar do montante de recursos que circula aqui, que não é brincadeira, é uma grana, inclusive verba pública. Há um amadorismo no tratamento da relação de trabalho da relação profissional aqui dentro. Numa empresa, isso é mais coerente. Então, nesses cinco anos, com esse crescimento todo, o “VIRTÚ” passa a se perder, nesse contexto de progressistas no poder. E coincide com a trajetória do PT.

Sobre essa questão da relação de trabalho, colocada pelo informante ainda em 2006, um dos dirigentes (B7: Caetano) reconhece o quanto essa questão é importante no sentido de equalizar e resolver tal situação. Ele observa que hoje vem sendo buscado pela Instituição *linhas de fuga*, um maior rigor e cuidado para com aqueles que a integram:

(B7: Caetano) - eu acho que a gente tem que falar também das fragilidades, a gente ainda não conseguiu fazer uma política de cargos e salários decentes nesse sentido de resolver esses problemas. Mas tem um grupo de trabalho que está trabalhando nisso, e nós vamos discutir na semana que vem, na terça-feira, esse novo plano de cargos e salários. A idéia é equalizar os salários nas distintas faixas. Nós temos muitas faixas, nós vamos reduzir as faixas, é uma das conclusões desse grupo de gestão. Reduz as faixas e homogeneiza as diferenças e, ao fazer a descrição, digamos assim, do que é o perfil de cada uma dessas faixas, nós vamos olhar para os quadros técnicos que estão aqui dentro e vamos reposicioná-los, ver que aquele técnico júnior não é mais júnior ele é um pleno. Então vamos colocá-lo como pleno. A gente tem presente que há problema aí, então estamos tentando enfrentá-lo dessa maneira. Da mesma forma, agora, por exemplo, nós implantamos um sistema de acompanhamento dos gastos dos projetos informatizados, para que todo coordenador de projeto tenha, “on line”, todo dia, o que ele tem para gastar e o que ele não tem para gastar com seu projeto, entende? Então, tem esse compromisso que ele deve executar no seu projeto. Tem que fazer isso, isso e isso e tentar pautar o seu orçamento pra fazer isso. Se vira, é com você, entendeu? Mas esse sistema permite a todos nós acompanhar a evolução de todos os projetos. Também é uma novidade que a gente precisou fazer, essa atualização. Porque tinha ficado grande e a gente não soube manejar o tamanho dela depois que ficou maior.

O grupo dos novatos chegou a ter 24 pessoas. Segundo os informantes, isso chegou a causar incômodo na Instituição, por duas razões: primeiro, porque era metade do corpo técnico da Instituição se ausentando num período em que deveria estar trabalhando; e, segundo, pela curiosidade de se saber o que tanto esse grupo discutia. Um dos dirigentes da Entidade chegou a ironizar se aquilo seria mais um levante para se fazer greve ou a criação de um novo Partido dos Trabalhadores⁵³.

O grupo procurou melhor explicitar as contradições percebidas na Instituição, debatendo os projetos que uma ONG que defende os direitos à cidadania deveria ou não aceitar, o que orientaria isso, que tipo de assessoria deveria ter e qual o vínculo disso com o projeto político institucional. Interessava discutir a orientação desses projetos como trabalhos de assessoria. Para um dos informantes, essa questão de assessoria é uma “fraude” e ocorre, principalmente, devido à retirada das organizações internacionais desse cenário. É por aqui que perpassa toda crítica ao projeto político, de como desenvolver os planos diretores, o que virou um mecanismo de manter financeiramente a Instituição.

(B9: **Fernanda**) - Foi montada uma equipe de plano diretor recentemente, há mais ou menos um ano, devido a essa grande demanda. Quem está coordenando essa equipe é o Tomás. Não foi o Renato, mas o Tomás que é um dos consultores da equipe de urbanismo. Tem o Tomás e tinha duas pessoas do jurídico. Sim, qual é a diferença do “VIRTÚ” fazer um plano diretor e de uma empresa? Porque a gente já tinha uma experiência de fazer planos e a gente sentiu a necessidade de avaliar essas experiências e discutir a metodologia. A gente fez um processo muito bom de avaliação e a gente avançou a proposta. Mogi é um exemplo disso, que é a proposta que a gente entende ideal para plano diretor. Foi o que eu falei, um ano a equipe interdisciplinar, passando por todas as etapas. O que eu acho que diferencia o plano diretor do “VIRTÚ” do de uma empresa é a metodologia do “VIRTÚ” de fazer plano diretor, que é acreditar num processo de plano diretor como um processo que pode ser um pouco mais emancipatório que o processo de formação, de politização na cidade, de discussão pública nos termos da cidade e, ao final da nossa consultoria, que é escrever um projeto de lei, que ele complementa elementos da reforma urbana que o estatuto da cidade trouxe; mas eu acho que abrir mão dessa tecnologia, abrir mão dela significa a gente se aproximar das consultorias que são feitas pelas empresas em relação ao plano diretor. Então, para mim, o diferencial seria a metodologia. E, em muitos casos, essa

⁵³ Dado coletado por meio de conversas, sem que fossem gravadas no espaço da Instituição.

metodologia que foi combinada não é implementada.

Sara: Então a tua equipe não está participando?

(B9: Fernanda) - Não, a minha equipe vai participar, mas eu pessoalmente não participaria. Então hoje têm processos de planos diretores que estão ocorrendo que eu participaria e tem processos que vão ser pegos que eu não participaria pessoalmente, mas esses critérios não vêm da coordenação da minha equipe, nem do “VIRTÚ” como instituto.

Sara: Vem de onde?

(B9: Fernanda) - Pessoal.

Sara: Então a vontade pessoal impera?

(B9: Fernanda) - numa ONG? Muito. No meu entender muito. É assim para o bem e para o mal. Eu tenho uma questão de militância pessoal e eu tenho tentado, digamos assim, [manter a] coerência. Mas eu não quero a incoerência, por outro lado, que é essa questão de fazer um trabalho profissional pela questão urbana, pelos objetivos “VIRTÚ” e não ser reconhecido. Então, eu acho que tem incoerência para os dois lados. Tanto quanto a questão do trabalho, de utilizar uma ONG, que não tem controle público, para favorecer interesses pessoais. Qual é o controle que você tem? Entende? E, por outro lado, você tem isso, deve trabalhar por uma ONG, pelo “VIRTÚ” que você acredita na potencialidade desse trabalho e esse trabalho ser vendido, mas não ter retorno, necessariamente para a finalidade do trabalho.

Temos, na transcrição acima, um deslocamento importante a respeito da questão do que diferencia o “VIRTÚ” de uma empresa privada. A problemática aqui não reside somente na diferença entre a questão de gerar lucros para seus sócios, a questão é de outro tipo, porque diz respeito à relação com o capital⁵⁴. Eles dizem que são diferentes porque têm como diferencial uma metodologia, como bem ilustrou a informante:

(B9: Fernanda) - por exemplo, agora, a gente está em junho, então, em outubro, vence o prazo legal para fazer plano diretor. Pelo que eu sei vão pegar plano diretor nesse momento para fazer.

Sara: - O “VIRTÚ” ou pessoas do “VIRTÚ”? O que significa isso?

(B9: Fernanda) - É não trabalhar nesse processo como a gente planejou, formulou e acha que deve ser. Aí sim. No momento que você abre mão da metodologia e do critério, então você se iguala para ganhar dinheiro com plano.

Sara: Mas quem vai pegar? É a Instituição? Ou pessoas ligadas à Instituição?

(B9: Fernanda) - Seriam pessoas ligadas à Instituição. Seria a Consultoria do “VIRTÚ”. São pessoas ligadas à Instituição.

Sara: Mas quem vai responder a isso? É a pessoa?

(B9: Fernanda) - Vai ser o “VIRTÚ”.

Mas quando se privatiza uma grande empresa, quem se deve chamar?

⁵⁴ Sobre essa relação de tipos de capitais, ver Bourdieu, Pierre. *Meditações Pascalianas*. Rio de Janeiro, ed. Bertrand Brasil, 2001. Ver também do mesmo autor: *Langage et pouvoir symbolique*. Paris, Éditions Fayard – Seuil, 2001. Ou *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro, ed. Bertrand Brasil, 2006.

Deveriam ser auditores internacionais. E sempre pela mediação de uma grande empresa de consultoria. O “*VIRTÚ*” faz isso, mas em termos de plano diretor, de ajustes institucionais, pelo Brasil inteiro. E quando o “*VIRTÚ*” decide não optar mais por essa metodologia que o informante diz que não participaria pessoalmente, na verdade é por que eles já viraram consultores. E, diga-se, consultores das prefeituras petistas. A questão aqui não é ideológica, é de outro nível⁵⁵. A questão acaba por ser operativa, no sentido de não mais atuarem como na década de 1970 e 1980, até, digamos, início dos anos de 1990 e de se voltarem contra o Estado e fazer a revolução. Isso não cabe mais nessas relações construídas pelas ONGs, porque isso tornou-se funcional. É o que Oliveira (2003; 2004) descreveu muito bem como *funcionalização da pobreza*:

“As políticas sociais não têm mais o projeto de mudar a distribuição da renda – que foi lograda ao longo da experiência do Welfare, não tenhamos o falso pudor de admiti-lo, como os partidos comunistas não quiseram reconhecer o papel do reformismo social – democrata – e se transformaram *em antipolíticas de funcionalização da pobreza*. Trata-se de um Estado de Exceção (...) todas as políticas do Estado são de exceção: O Fome Zero é o marketing como política. Mesmo uma “política” contra qual ninguém pode colocar-se; vale-gás, por reconhecer que o gás de cozinha é insubstituível, mas não se tem dinheiro para comprá-lo; o salário-mínimo não pode aumentar porque arromba as contas da previdência; a cópia brasileira das chamadas políticas afirmativas, de que as cotas para negros na universidade pública (...) é uma política de exceção que revela a derrota de um projeto de integração. A síntese é a dependência financeira externa do Estado, que come 9% do PIB como serviço da dívida, equivalente a mais da metade do coeficiente de inversão. É a exceção do Estado ou o Estado como exceção.” (OLIVEIRA: 2003; 2004).

Todo discurso, com isso, passa a ser o da participação: a participação como proposta acaba sendo aceita pela sociedade civil esvaziada do sentido mesmo da política. Porque a idéia de participação funciona como fundamento da democracia. Por isso mesmo, decorrem essas tensões internas e conflitos.

É o escândalo com relação à questão do trabalho e das formas de contrato, e isso acontece em muitas ONGs. Não é por acaso que se tem um grau de rotatividade e quantidade significativa de estagiários, porque o jovem

⁵⁵ Ibidem.

trabalhador não tem direito, não tem contrato que lhe assegure coisa alguma. Estes são trabalhadores como quaisquer outros da periferia nessa relação de precarização do trabalho, e persistem em suas atividades por acreditarem que estão contribuindo para a democracia e para o fortalecimento das políticas sociais. Tem-se, com isso, a cooptação de jovens estudantes de cursos da área das humanidades pelo ideal utópico.

Observa-se, ainda nesse sentido e por assim dizer, que as ONGs atestam as reveladoras palavras de Sérgio Haddad, quando ressalta que tanto o mercado quanto o Estado são constituídos de inúmeras contradições, e isto não seria diferente nas demais instituições:

Nesse campo, coexistem diferentes identidades políticas, em que se manifestam disputas por hegemonias de idéias e poder. As organizações não-governamentais (ONGs) se inserem no campo da sociedade civil e, como organizações privadas, expressam em suas missões os interesses políticos de seus (suas) sócios (as) e apoiadores (as), em um universo de contradições e valores diversificados (HADDAD: 2004, p. 06 *apud* NEVES: 2007, p. 56).

Se uma ONG só funciona e atende a demanda de seus sócios, o que isso de fato a diferencia de uma empresa privada? Estas não fazem o mesmo? Para (B7: Caetano) há uma diferença importante que distingue essas duas formas, qual seja:

Isso não quer dizer que ele esteja acumulando e distribuindo bens para seus sócios. Tá dizendo: as decisões e as estratégias da ONG não dependem de mais ninguém a não ser de seus sócios, isso é verdade, aqui também e nem por isso a gente virou capitalista, entendeu. Nem por isso a gente tá defendendo interesse privado. A definição de conteúdo do nosso trabalho é a defesa do espaço público e do interesse público. Porque que é que precisa de uma ONG? Para fazer o que o mercado e o interesse privado não fazem, você já viu alguém ajudar a organizar rede de catadores, objetivando lucro? O cara tá louco, não vai dar certo, né? Eu acho que a gente tem que diferenciar dentro das ONGs, um monte de ONGs diferentes. Você sabe que o IBGE levantou não sei quantas mil, acho que 346 mil entidades sem fins lucrativos, isso aí é um chapéu que tem uma diversidade enorme. Se você for olhar as tais das ONGs que nasceram nos anos 90, muitíssimas delas tem essa perspectiva de ser uma empresa privada, com interesses e lucro travestida de ONG. E é um modelo complementar, no marco da reforma do Bresser Pereira da complementação do Estado pagando e as ONGs prestando serviços. Mas não é o único modelo que tem, quer dizer, se você pegar as ONGs da geração dos anos 80 você vai descobrir que elas são grupos de cidadãos que se organizam pela defesa de direitos, não tem essa lógica mercantil, entende? E

organizam seu trabalho como uma militância, com um trabalho de contornos políticos.

A princípio, poderíamos considerar impossível criar novas formas de ação e de modelos em uma sociedade hierarquizada como a nossa. Weber, no entanto, ao discorrer e ao conceber o objeto da sociologia fundamentalmente através da ação humana (ou seja: conhecer o fenômeno social através do seu conteúdo simbólico), propõe, no nosso entender, compreender o sentido que as ações dos indivíduos contêm e não somente o aspecto exterior da ação. Devemos, pois, compreender a ação como algo que é carregado de sentido.

Para Weber, a apreensão de sentidos contidos nas ações humanas não poderia ser efetuada pelos conhecimentos e procedimentos das ciências naturais. Segundo Weber, os fenômenos seguem a uma regularidade; as leis que se referem à construção de “comportamentos com sentido” servem também para explicar processos particulares. Com esta finalidade, ele utiliza o que denomina de “tipos ideais”.

O “tipo ideal” é a forma particular da ação social, direcionada a atingir um fim e somente um fim. Dessa forma, Weber dá a conhecer e a entender a forma como os aparatos ideológicos que perpetuam e justificam a racionalidade do capitalismo são instituídos. A análise weberiana torna possível desnudar os comportamentos e as formas de relação dos indivíduos no interior das organizações (“tipos ideais”, burocracia e “tipos de dominação”).

Pensemos, pois, no caso das ONGs: por um lado, reproduzem a racionalidade encontrada no “tipo ideal” burocrático weberiano, pois, funcionam, em certa medida, na adequação dos meios aos fins, ou seja, buscam o máximo de resultados e o máximo de eficiência. São organizações ligadas por normas e regulamentos, contudo, a escolha das pessoas, na grande maioria dessas organizações, não é baseada necessariamente no mérito; esse é um dos pontos que se choca com o “tipo ideal” em questão, porque nem todas as organizações desse campo trabalham de forma meritocrática. Outros aspectos conflitantes com a teoria de Weber consistem, por exemplo, no poder de “autoridade”, tanto na Entidade pesquisada, como em várias outras do mesmo campo (a hierarquia

é muito forte e presente nessa organização).

Embora as organizações não governamentais não venham a se constituir como empresas capitalistas, elas trazem de fato, em si, um acúmulo de capital, um capital simbólico, ou seja: possuem a forma dessas e imitam a sua organização (cf. Bourdieu, 2001; 2006).

É isto que ocorre com as ONGs, principalmente estas do tipo “*VIRTÚ*”. Elas são dotadas desse tipo de poder invisível e desse capital simbólico, dado todo o acúmulo de competências, conhecimentos e prestígios adquiridos ao longo de décadas, como no caso da instituição pesquisada, no decorrer de vinte anos.

Numa conversa informal, comentou-se uma vez que o “*VIRTÚ*” era uma ilha, que as pessoas mal se conheciam e nem sabiam o que as outras em suas variadas equipes estariam desenvolvendo, contudo, há no ultimo plano quadrienal uma tentativa de interligar esses setores que não dialogam entre si na Instituição. E a participação? Onde se encontraria?

(B9: Fernanda) - Em regra geral, é cada um atirando para um lado, infelizmente. A gente brinca, “*VIRTÚ*” inter-redes; alguém já falou que o “*VIRTÚ*” é uma inter-redes, nesse sentido, aqui não tem essa questão da unidade. As pessoas têm visões políticas diferentes. Tem uma questão de estarem juntas, mas não ser um pensamento construído em conjunto nos projetos. Os projetos se aglutinam e somam, mas, necessariamente, não têm uma relação entres os projetos. Tem um esforço, um avanço concreto nesse sentido de projetos. Tem coisas crônicas, do tipo: então a gente identificou num momento de planejamento, ou final de ano, que numa cidade, que eu acho que era Piracicaba, que tinha plano diretor sendo feito, tinha três áreas do “*VIRTÚ*” fazendo trabalho na cidade, e elas não se conversavam, entendeu?

Além da questão de coerência apontada pelo grupo dos novatos, havia também a questão do crescimento da Instituição, o que gerava dificuldades como falta de comunicação entre o conselho de coordenadores e o restante da Instituição, falta de informação sobre a composição e contratação das equipes.

Outro problema apontado pelo grupo, consiste na falta de participação efetiva no processo de construção dos critérios que norteariam as ações do “*VIRTÚ*”, a pouca integração das equipes, a dificuldade de manter a discussão coletiva dos projetos, a falta de critérios que diferenciaria uma ONG de uma empresa de consultoria, a falta de clareza no sistema de

remuneração, os acordos entre os coordenadores e as equipes e entre estas últimas e a Instituição.

Pensar essas organizações dentro de uma racionalidade burocrática, leva-nos também, dadas as duas citações imediatamente anteriores, a pensar na racionalidade do capitalismo e na sua relação com o mundo do trabalho. Essas entidades surgem em meio ao mercado, mesmo trazendo consigo novas formas de relação com o mundo do trabalho; elas estão sim inseridas e, de certo modo, são absorvidas não pela racionalidade capitalista, mas pela hegemonia do capital, que trata de harmonizar as forças sociais, o capitalismo constrói e impõe “*modelos de desejos*”, pois é, essencial para sua sobrevivência que as massas que ele explora o interiorizem. (Guattari: 1987).

Marx, em *O Capital*, define a mercadoria como objeto de troca, por excelência, e este é um aspecto fundamental para a compreensão da formação da sociedade capitalista e para a compreensão de como as instituições sociais foram absorvidas pelo sistema: “A riqueza das sociedades nas quais predomina o modo de produção capitalista aparece como uma monstruosa coleção de mercadorias, é a mercadoria singular como sua forma elementar.” (Marx, K.: 2006, p.13).

A mercadoria, para Marx, assume uma dupla função: de um lado, é um objeto produzido pelo trabalho humano, dadas suas necessidades; por outro, pode ser trocada por outra mercadoria, possuindo, assim, valor de troca. Sendo assim, pode assumir valores variados e sempre arbitrariamente definidos. Marx, ao responder a essa questão, começa por negar que seja possível, de alguma forma, que o valor de troca seja derivado do valor de uso. O trabalho humano pode vir ou não a ser alienado em um determinado objeto que produz, pois o próprio trabalho pode vir a se tornar mercadoria, assumindo a forma de serviços.

Ao discorrer sobre o capitalismo, Max Weber, apresenta uma “ordem de economia permanente e racional” com esses elementos inseparáveis. Toda ação teria como base o lucro por meio das relações de troca, possível somente numa ‘ordem totalmente capitalista’, tendo como característica um mercado real, regulado por normas jurídicas. Somente um ambiente pacífico possibilitaria, segundo Weber, a procura do lucro sempre renovado; este seria o diferencial surgido na modernidade do Ocidente (Weber: 1987). É

importante, ainda, salientar que a avidez pelo lucro e pelo ganho, nada tem a ver com o capitalismo, se as pessoas vinculadas às ONGs pensarem que o que as diferencia de empresas privadas for, de fato, a questão do lucro; isso acaba sendo uma maneira simplista de entender o capitalismo, pois este é sobretudo uma “*operação de poder*” antes de ser uma “*operação de lucro*”. Guattari(1987)

Este seria o caso do “*VIRTÚ*” e demais entidades prestadoras de serviços em uma sociedade capitalista. Os serviços realizados são mercadorias trocadas para que se garanta a continuidade dessas instituições. Daí a necessidade de uma instituição como o “*VIRTÚ*” alugar seus espaços para outras empresas, seja do mesmo campo, seja de uma rede de supermercados ou mesmo um bar.

Outro tipo de mercadoria tão importante quanto a relação trabalho-mercadoria descrito por Marx é aquela denominada por Misse como *mercadoria política*: “toda mercadoria que combine custos e recursos políticos (expropriados ou não do Estado) para produzir um valor-de-troca político ou econômico.” (Misse: 1997, *apud* Rizek: 2008, p.10, nota 12).

No caso pesquisado, as formas de “mercadoria política” aparecem nas relações entre os membros da Entidade com o PT e com fundações como a Ford (que doou o prédio à Instituição), a Abrinq, e com as próprias agências financiadoras, em grande parte, européias.

De forma geral, estes foram alguns problemas e propostas discutidos pelo grupo do dissenso, que não apenas apontava os problemas, chegou-se mesmo a propor mudanças, como na questão da coerência: propuseram a construção de uma agenda de temas e discussões políticas, para debater e construir coletivamente a identidade da Instituição. Era necessário fazer um levantamento na mesma, das condições de inserção das pessoas e das equipes no “*VIRTÚ*”, além de garantir discussões abertas a todos sobre os colegiados, retomar as oficinas pedagógicas da Escola da Cidadania, etc. O que foi feito até o presente momento? Não muita coisa, pelo que parece, devido à saída de pessoas que comporiam inicialmente esse grupo; a justificativa de alguns para suas “saídas” é que não encontraram espaço para a liberdade, para a livre circulação da palavra e para a política.

3.3. ONGs e Movimentos Sociais

Destacamos, apesar de não ser o objeto de análise deste trabalho, a relação do “*VIRTÚ*” com movimentos sociais. Desde sua fundação, este vem mantendo diálogo, trabalho e formação com os movimentos sociais urbanos. Essa relação presenciada em campo é abordada aqui, porque acaba também por englobar todo o universo das demais ONGs desse universo da ABONG.

Dada a observação direta, é importante salientar que as pessoas que são capacitadas, em sua maioria, costumam ser sempre as mesmas. A renovação é pouca; o que pode sinalizar que o próprio movimento não aumentou seu quadro de lideranças, e as existentes são precisamente lideranças que foram cooptadas, seja pela assessoria parlamentar, ou pelos partidos políticos. Por fim, o movimento propriamente dito estaria órfão dessas lideranças, porque o mesmo não formou mais quadros ao longo de sua história. Desde sua fundação, também é tida como prioritária pelo “*VIRTÚ*” a relação com os movimentos sociais, no apoio à formação, a cursos, e na realização de congressos. Vejamos, a seguir, a relação do “*VIRTÚ*” com os representantes de alguns movimentos:

(B10: Guilherme) - O outro setor que participo também é o Fórum Paulista de participação, inclusive foi o quarto congresso agora em Rio Claro. O Fórum Paulista é o fórum que envolve a discussão dos orçamentos participativos das prefeituras. Inclusive o “*VIRTÚ*” fez a cartilha, fez o livro, fez o congresso. Então é uma ONG que dá uma assessoria muito forte para os movimentos em políticas públicas. A outra questão em cima das políticas públicas é a assessoria jurídica que o “*VIRTÚ*” vem dando com seus advogados, seus arquitetos, porque lá é um conjunto de pessoas com vários elementos dentro das políticas públicas. A questão da regularização fundiária, a questão aqui do centro mesmo, da moradia. Então o “*VIRTÚ*” veio pra somar junto com o movimento. Às vezes a gente fica um pouco bravo, porque geralmente a gente ajuda a elaborar as cartilhas e tal, e acaba não saindo, cadê a UMM? Hoje não. De tanto a gente sentar e conversar, todas as elaborações em políticas públicas colocam agora nossos parceiros, que são os movimentos, que é a CONAM, que é a União, a CMP. O “*VIRTÚ*” veio para somar muitas coisas, nós aprendemos lá a questão técnica, a questão jurídica e muitas coisas eles aprenderam conosco, na elaboração de plano diretor, na elaboração de projetos de iniciativa de lei, de iniciativa popular. Então isso só vem somar para nós.

Há quem discorde dessa atuação da ONG junto aos movimentos. Em um dos cursos realizados pela ONG para o movimento de moradia em São

Paulo, um dos participantes fez a seguinte colocação: *“eu também sou do movimento, mas eu também tenho uma ONG”* (B11: Gilberto). Poderíamos perguntar até que ponto não há uma instrumentalização⁵⁶, de ambos os lados, tanto da ONG quanto do movimento social, no sentido mesmo da política? Quando Guilherme (B10) elucida que aprendeu com o *“VIRTÚ”* e, ao mesmo tempo, ensinou, apesar dos pequenos conflitos, em que medida a política existiu, ou não foi um mero mecanismo de instrumentalização, para que ambos adquirissem competências para negociar com o Estado e sobreviver no mercado? Vejamos como um outro participante do curso presente (B12: Djavan) responde a essa mesma questão:

(B11: Gilberto) - o movimento descobriu que se tiver uma ONG instituída, ele tem de onde tirar recursos para manipular o movimento, ditar a metodologia que o movimento vai estar procedendo, ou agindo, articulando a que horas essa articulação acontece. Através das ONGs. Então o recurso vem da ONG e deve ser aplicado num certo tema, mas acaba por articular o movimento que tem ditado nos últimos tempos. Tem muita desconfiança com relação a isso. E acaba que como movimento acaba se tornando um mesmismo. E aqueles responsáveis pelo dinheiro que nesta ONG não abrem espaço de jeito nenhum...tá vindo dinheiro, recursos, aí determinam o procedimento dentro do movimento. E eu acho que isso é um erro. Eu acho que o movimento tem que ser feito até um certo ponto em que atinge um ponto para uma outra liderança assumir e tocar dali para frente. Para isso um ciclo contínuo de qualificação e de liderança para não se confundir as coisas. Então, na minha interpretação, não era para ser um trampolim político de eleição de A, B, ou C. Era para ser um movimento de reivindicação de melhorias de qualidade de vida e até de distribuição de renda mais justa; agora, o que a gente não pode fazer é confundir as duas coisas. E o que está acontecendo no movimento com muita frequência é essa confusão: o movimento se transforma em ONG para ter recurso público e atuar da maneira que convém fazendo seu próprio trampolim político. Eu acho que é um erro que pode ser fatal.

Até que ponto ONG e movimento social estão sendo intrumentalizados pela prática política de um partido, haja vista que as lideranças do movimento viram-se abduzidas pela estrutura do PT? Como bem observa um antigo dirigente do Partido dos Trabalhadores e hoje dirigente da ONG pesquisada: *“a relação do Partido com os movimentos sociais. Sempre foi por uma lógica instrumental do PT com os movimentos.”* (B7: Caetano). Temos aqui quer

⁵⁶ Instrumentalização é um termo usado para designar o agir de forma interessada e não meramente gratuita. As associações são feitas sempre com base em interesses recíprocos.

pensar, sobretudo, o que nessa relação molar/molecular, conseguimos construir em termos de sociedade.

Se observarmos, ainda, algumas das falas de pessoas envolvidas com movimentos de moradia, é possível verificar uma crítica à própria organização.

(B11: Gilberto) - Porque o movimento de moradia não tem uma projeção nacional. Mesmo os que têm agora. Sempre são as mesmas pessoas que controlam o movimento. O que não abre para outras pessoas do interior, de entidades pequenas, estarem participando mais efetivamente do sistema de decisão do movimento, onde saem de fato os recursos, porque hoje a gente tem conhecimento que alguns recursos estão vindo direto para o movimento nacional, até para o estadual de moradia. Eu estou citando moradia, porque eu participo do movimento de moradia, não falaria de outro porque não tenho, mas o movimento de moradia de hoje não é o mesmo que era antigamente. Hoje ele está melhor qualificado, com as mesmas lideranças que estão aí há quase 10 anos; então vão ser substituídos, porque tem um suporte para não serem substituídos.

Sara: se o movimento tem pessoas com a mesma capacitação de uma ONG, por que não se vai direto à fonte do recurso?

B11: Gilberto É, essa, é uma pergunta que a gente gostaria que tivesse uma resposta mais efetiva, mas o que impede normalmente é o posicionamento político. É elo de ligação com os partidos, mandatos e companhia limitada.

Para alguns dos entrevistados, os movimentos que estavam até então bem articulados, passam a se desarticular, porque querem se transformar em ONGs. Isto ocorre porque os movimentos querem ter acesso aos recursos dos fundos públicos, sendo necessário, portanto, possuir um registro e isso seria dado na forma institucionalizada de uma ONG.

(B12: Djavan) - Hoje você não consegue saber mais quem é quem. Você está dentro de uma ONG, achando que é sociedade civil, mas que é na verdade poder público, porque o convênio é com o poder público. É o poder público que define quem você tem que contratar, qual o perfil da pessoa, o que ela tem que estar fazendo, entende?

Diferentemente, como coloca Djavan, as ONGs não são instituições públicas têm suas ações públicas, mas são constituídas como entidades de caráter privado; as relações com o poder público são dadas por convênios via PPPs (parcerias público-privadas), mas um fato a ser destacado é essa relação um tanto patrimonialista que vai sendo estabelecida com o Estado. Nesse caso, precisamente o Estado que se encontra sob controle de um

determinado grupo político que o administra, vem por isso a “favorecer” certas entidades não governamentais. Em certa medida, essas ONGs serão favorecidas pelo grupo político que estiver no comando, por que elas fazem parte do mesmo grupo de ação, do mesmo campo de influência, ou seja, parece de fato haver, mesmo com todo avanço da democracia, essas distinções e limites do público com o privado.

Seria isto uma forma do Estado centralizar e ditar e, ao mesmo tempo, liberar para essas organizações a responsabilidade pela política social? Articularia essas organizações, mas também as desarticularia ao mesmo tempo? A fala a seguir reflete outro deslocamento importante dessa colcha de retalhos que é a sociedade Brasileira, dessas relações entre ONG, movimento social, mercado e Estado:

(B12: Djavan) - Se você é uma entidade privada com fins públicos, eu com a minha ONG posso então resolver receber uma verba do McDonalds: para reformar meu prédio, mas eu tenho que colocar no lado uma plaqueta do McDonalds. Eu posso fazer isso, mas eu ONG não consultei a sociedade civil. Essa mistura é muito louca, porque o poder público manda o dinheiro, que é sempre insuficiente, por isso que ele convenia a ONG. Porque, quando ele faz é muito mais caro, então ele convenia ONG porque é mais barato, manda uma grana, eu vou administrar aquela grana, chega a grana de uma empresa particular e diz, “ eu sei que essa grana não dá e eu quero doar o quanto resta e começa a doar o quanto resta. E, depois de 10anos, ele está doando tudo, e aí os moleques saem da minha ONG com o símbolo do McDonalds, camiseta do McDonalds e eu vou dizer o quê? Ou de qualquer outra fundação aí? Fundação Ford. Oh, a gente é muito inocente! Cadê esses caras lá dentro da favela mesmo fazendo o trabalho de base? Não, para você ver todo ano aí o Criança Esperança, o Teleton, essas coisas. O Criança Esperança tem uma casa em São Paulo. Arrecada não sei quanto para ter uma? Então a verdade é que a ONG foca porque o pensamento é inocente. Eu, quando monto uma ONG para criar caneta, eu quero criar a caneta mais bonita do mundo, e não é isso. A ONG pensa como empresa, a empresa pensa assim. A ONG que surgiu para criar caneta quer criar a melhor caneta do mundo. Eu que sou ONG que surgiu para atender criança em situação de rua, eu quero que esse problema não exista mais, e não quero atender aquele menino da melhor forma do mundo. Dizer assim: “ Olha eu vou te dar o direito de ter a melhor forma no mundo de ser atendido na rua”. Não dá, vai ter hora que o cara vai fazer atendimento com moleque na rua com “datashow”. Entende? Essa é a grande questão, porque o cara começa a reclamar, porque é verdade mesmo. Eu já trabalhei atendendo criança em situação de rua. Então, se você tem uma lousa que usa giz, chega uma hora que você diz: “Minha lousa tinha toda a programação, e deu a maior chuva molhou todo o meu giz”. E no outro dia você diz: “ Eu acho que eu preciso de uma caneta, porque a tecnologia existe para isso”. É claro que ninguém pode pensar que é o “datashow”. Isso é fantástico, mas você não pode ir com

“datashow” na rua atender criança. Ou você não acha que não tem ninguém atendendo criança na rua com “laptop”? Que leva para quê? Para facilitar. A melhor forma de atender na rua.

No sistema capitalista, a eficiência nessas organizações merece destaque, e isso é bem ilustrado pela fala acima, quando o entrevistado coloca que, em dado momento, será necessário atender crianças moradoras de rua com “datashow”⁵⁷ e o mesmo já nos relatou que fez isso (chegou a usar de tal procedimento); porque é mais rápido, mais eficiente, e atende-se a um número maior de crianças no dia, e isto no final do mês é um dado importante para ser repassado para o agente financiador.

Trata-se de uma questão moral muito delicada, temos o “ornitorrinco” na sua forma concreta, vejamos: as crianças não recebem da entidade nenhum alimento, ou condição outra de dignidade da pessoa humana. Isso nos mostra como as normas e leis que tornam plausível a sociedade estão em “crise”: tem-se uma Instituição que preza pelo processo educativo, única e exclusivamente. No entanto, as necessidades dessas crianças não são atendidas preliminarmente, senão por outros meios. Outras organizações executam os problemas da criança que vão surgindo, passando pelas ações assistenciais da igreja até a aplicação do direito via conselho tutelar. Monta-se com isso uma ampla rede de assistência que, em cada ponta se tem uma entidade executando uma política social. Somente, as crianças que se deixarem ser cooptadas no sentido de se deixar saber aos educadores de suas necessidades, serão as que terão proporcionado a si próprias algum alento.

Vejamos ainda, as crianças são a razão social de ser da entidade que atua e acabam no entanto por se tornar mercadoria. Como a entidade que educa vai atender com “laptop” uma criança que não tem o que comer? Vai atender, porque a entidade precisa dentro do sistema capitalista mostrar eficiência e qualidade no atendimento, as crianças aí, são clientes e mercadoria ao mesmo tempo.

A idéia romântica “fazer o bem sem olhar a quem”, aqui se transforma numa idéia vazia, o que passa a existir dentro da lógica do capitalismo é a entrega do produto, simples assim. Por isso a criança, os velhos, as cidades,

⁵⁷ “Datashow” aqui compreendido como “lap top”.

os planos diretores, nada mais são que produtos que precisam ser entregues, é a produção da mais valia na forma de serviços. É a reprodução do capital, e este assim como um vírus mutante vai corroendo, percorrendo, tomando todo o tecido social, e vai se reorganizando a seu “bel prazer”, é o controle real do conjunto da sociedade.

O mesmo informante ainda comenta algo que, se não surpreende, é bastante revelador nessa discussão, quando afirma que *ONG é governo* (B12). E essa idéia ainda é reforçada por um dos dirigentes da entidade pesquisada:

(B7: Caetano) - Mas tem ONG que é governo. Você vai no Grajaú, por exemplo, nós temos um trabalho. Nós fizemos um levantamento ao começar esse trabalho há uns quatro anos atrás e quem é que tava atuando lá e fazendo o quê? É impressionante a quantidade de entidades que estão lá atuando no chapéu do terceiro setor com esse caráter mais filantrópico, assistencialista e tal. Tem entidades que se viabilizaram repassando o tal do “ticket” do leite, eu acho sábio da população dizer, essas entidades são dependentes do governo. São mesmo? Se acabar o “ticket” do leite, essas entidades morrem (...).

Essas afirmações, sobre as ONGs, se seriam ou atuariam como governo, além disso, de não serem governo, o que consiste no problema (ou, pelo menos, parte dele!) e não em sua solução, nos levam a pensar sobre o esvaziamento político da sociedade civil. Fica inviável a discussão política pública, o que é inclusive contraditório, porque o espaço foi retirado. É esse esvaziamento, entre outras coisas, o que permite que as ONGs atuem do jeito que vem atuando em nome da sociedade; e, com isso, descaracterizando politicamente a idéia da sociedade civil como fundação democrática. A sociedade civil, ao longo dos anos no Brasil, acabou por se transformar em associativismo civil, pois nela tudo cabe: ONGs, clube de idosos, clube de empresários, porque está tudo horizontalizado, aliás mercantilizado.

Essa mesma sociedade civil a que nos referimos, na concepção liberal é o próprio mercado: “Sociedade civil em Hegel é a esfera das relações econômicas e, ao mesmo tempo, a sua regulamentação externa segundo os princípios do Estado Liberal, e é conjuntamente sociedade burguesa e Estado Burguês. Já em Marx, principalmente em seus escritos de juventude,

a sociedade civil é o *reino das relações econômicas*.” (Bobbio: 2002: p.p. 52-53). Faz um certo tempo que essa “sociedade civil organizada” apresenta-se como um campo virtuoso. Contudo, a aparência é enganosa e as contradições existentes aparecem em uma análise simples: essa em sua ação gera a despolitização da sociedade, em nome do mercado. É bom notarmos que todas as pessoas que, de certo modo, encontram-se vinculadas a esse campo específico de uma ONG como no caso do “*VIRTÚ*”, fazem parte desse processo, desde a luta pela constituição de direitos, até os debates recentes sobre a política.

Sob o regime liberal é o mercado que passa a revelar algo como a verdade. Aquilo que Foucault havia denominado de verdade, que se instaura por meio dos dispositivos de saber-poder capazes de inserir na realidade algo que em si não existe, como loucura, sexualidade e delinquência, passa a existir como efeito das práticas e dos saberes. Acontece que no regime liberal é o mercado que atua. Os preços conforme os mecanismos próprios da economia política proporcionarão o parâmetro para se analisar as práticas governamentais vigentes, se essas são corretas ou não.

Nesse contexto, para Foucault (2004), surge o *homo oeconomicus*, que representa aquele que é inatingível pelo exercício do poder; sujeito ou objeto do “laissez-faire” que obedece a seus próprios interesses e, assim, consegue contribuir para o bem geral.

O *homo oeconomicus* que representava na concepção clássica do liberalismo o homem da troca, o parceiro; no neoliberalismo sofre um deslocamento considerável: ele não é mais o parceiro da troca, mas um empreendedor, um empreendedor de si mesmo.

Este é um ponto relevante da concepção neoliberal: o trabalho que na economia clássica, na teoria de Marx, por exemplo, é tido como uma abstração, como uma força que é vendida, proporcionando ao trabalhador um salário passa, então, a ser decomposto em capital e renda. O trabalhador aparece aqui como sendo uma espécie de empresa que dispõe de certo capital para produzir sua própria satisfação. E qual função, indaga Foucault, teria ou tem essa empresa?

D'un côté, bien sûr, il s'agit de démultiplier le modèle économique, le modèle offre et demande, le modèle investissement-coût-profit, pour en faire un modèle des rapports sociaux, un modèle de l'existence même, une forme de rapport de l'individu à lui-même, au temps, à son entourage, à l'avenir, au groupe, à la famille. Démultiplier ce modèle économique, c'est vrai. Et d'un autre côté, cette idée des ordolibéraux de faire de l'entreprise, ainsi, le modèle social universellement généralisé sert de support, dans leur analyse ou dans leur programmation, à ce qui est désigné par eux comme la reconstitution de toute une série de valeurs morales et culturelles qu'on pourrait dire des valeurs « chaudes » et qui se présentent justement comme antithétiques du mécanisme « froid » de la concurrence. Car, avec ce schéma de l'entreprise, ce qu'il s'agit de faire c'est que l'individu, pour employer le vocabulaire qui était classique et à la mode à l'époque des ordolibéraux, ne soit plus aliéné par rapport à son milieu de travail, et au temps de sa vie, et à son ménage, et à sa famille, et à son milieu naturel. Il s'agit de reconstituer autour de l'individu des points ancrage concrets, reconstitution de points d'ancrage qui forment ce que Rustow appelait la *Vitalpolitik*⁵⁸. Le retour à l'entreprise, c'est à la fois, donc, une politique économique ou une politique d'économisation du champ social tout entier, de virage à l'économie du champ social tout entier, mais c'est en même temps une politique qui se présente ou se veut comme une *Vitalpolitik* qui aura pour fonction de compenser ce qu'il y a de froid, d'impassible, de calculateur, de rationnel, de mécanique dans le jeu de la concurrence proprement économique. (Foucault: 2004. p.247-248)⁵⁸.

Trata-se de reconstituir uma trama social, na qual as unidades de base teriam a forma de empresa, ou dito de outra maneira, o que seria a sociedade privada, senão uma empresa? O que seriam essas entidades ditas não-governamentais, senão também formas de empresas? Diga-se empresas privadas.

⁵⁸ De um lado, certamente, trata-se de multiplicar o modelo econômico, o modelo oferta e demanda, o modelo investimento-custo-benefício, para fazer um modelo das questões sociais, um modelo da própria existência, uma forma de relação do indivíduo com ele mesmo, ao tempo, ao seu entorno, ao grupo, à família. Desdobrar este modelo econômico é verdadeiro. E, por outro lado, esta idéia da ordem liberal de fazer da empresa, o modelo social universalmente generalizado serve de apoio, na sua análise ou na sua programação, ao que é designado por eles como a reconstituição de toda uma série de valores morais e culturais que poderíamos chamar de valores "quentes" e que se apresentam precisamente como antitéticos do mecanismo "frio" da concorrência. Porque, com este esquema de empresa, trata-se de fazer com que o indivíduo, para empregar o vocabulário que era clássico e ao modo à época da ordem liberal, não seja alienado em relação ao seu meio de trabalho, e ao tempo da sua vida, e a sua família, e a sua renda, e o seu meio natural. Trata-se de reconstituir ao redor do indivíduo os pontos de ancoragem concretos, reconstituição de pontos de ancoragem que formam o que Rustow chamava de *Vitalpolitik*. O regresso à empresa é, ao mesmo tempo, uma política econômica ou uma política de "economização" de virada do campo social como um todo ao econômico, mas é ao mesmo tempo uma política que se apresenta ou se pretende como um *Vitalpolitik* que terá por função compensar aquilo que ela tem de impassível, de calculista, racional, de mecânico no jogo da concorrência propriamente econômica (tradução livre).

Qu'est-ce que c'est qu'une Maison individuelle sinon une entreprise? Qu'est-ce que la gestion de ces petites communautés de voisinage[...] sinon d'autres formes d'entreprises? Autrement dit, Il s'agit bien de généraliser, en les diffusant et en les multipliant autant que possible, les formes <entreprise> qui ne doivent pas justement être concentrée sous la forme ou des grandes entreprises du type de national ou international ou encore des grandes entreprises du type de l'état. C'est cette démultiplication de la forme <entreprise> à l'intérieur du corps social qui constitue, je crois, l'enjeu de la politique néolibérale. Il s'agit de faire du marché, de la concurrence, et par conséquent de l'entreprise, ce qu'on pourrait appeler la puissance informante de la société. (Foucault: 2004. p. 154)⁵⁹

Como bem destaca Foucault (2004), busca-se, com isso, obter uma sociedade indexada, não mais sobre o mercado, mas sobre a multiplicidade e a diferenciação das empresas. Mas é isso que se quer, uma sociedade indexada? Pois agora não se trata mais de uma *sociedade de mercado*, ou de uma *sociedade empresa*, na qual o que importava era o homem da troca, o homem consumidor. O *Homo oeconomicus* neoliberal é o homem da empresa e da produção. A “empresa”, a pessoa jurídica, tornou-se o agente econômico fundamental. “*Société d'entreprise et société judiciaire, société indexée à l'entreprise et société encadrée par une multiplicité d'institutions judiciaires, ce sont les deux faces d'un même phénomène.*” (Foucault: 2004. p. 155)⁶⁰.

O soberano, atualmente, não é mais aquele que decide sobre o Estado de exceção. Soberano é o mercado. O empreendedor, o empresário de si, que é o próprio trabalhador não aboliu a exploração: esta nunca foi tão intensa. Diante dessa nova configuração, nessa mudança radical, a vida humana encontra-se implicada pela maneira neoliberal de governar; seria preciso, pois, também renovar radicalmente as formas e os mecanismos de resistência.

⁵⁹ “O que é uma casa individual senão uma empresa? O que é uma gestão destas pequenas comunidades de vizinhança [...] senão outra forma de empresa? Ou dito de outra forma, trata-se de generalizar, difundindo-a e multiplicando-a o máximo possível, as formas ‘empresas’ que não devem justamente ser concentradas sob a forma ou de grandes empresas à esfera nacional ou internacional ou, ainda, de grandes empresas do tipo Estado. É esta multiplicação da forma ‘empresa’ no interior do corpo social que constitui, creio, o enlace político neoliberal. Trata-se de fazer do mercado, da concorrência, e, por consequência, da empresa, isso que podemos chamar de impulso informal da sociedade.” (tradução livre).

⁶⁰ “Sociedade de empresa e sociedade jurídica, sociedade indexada à empresa e sociedade enquadrada por uma multiplicidade de instituições judiciais, estas são as duas faces de um mesmo fenômeno.” (tradução livre).

No entanto, o debate aqui ganha proporções para além do universo pesquisado. Entretanto, nos aponta como o mundo contemporâneo e as lutas desses movimentos vêm se organizando. O nosso desafio e tarefa é entender essa indistinção, uma vez que os próprios movimentos foram invadidos pela expansão *dos interesses privados do mercado e a invenção da técnica como meio de substituir movimentos sociais pelas assessorias*. (Paoli: 2007).

4. As duas faces da mesma moeda

Este capítulo aborda, a partir das observações e descrições de dois projetos de ação da Instituição pesquisada, como hoje é trabalhada e difundida a idéia de participação na sociedade.

No primeiro momento, temos as ações da Escola da Cidadania. Um projeto da instituição criado para dialogar e fortalecer os movimentos sociais, e que é um dos principais elos da instituição com os movimentos.

No segundo momento, iremos discutir o método participativo abordado pelo setor de urbanismo, nas assessorias dadas às prefeituras para a realização do plano diretor. É a idéia de participação desenvolvida pela equipe de urbanismo na realização dos planos diretores, que a diferencia das demais entidades credenciadas a realizar tal assessoria.

4.1 Escola da Cidadania

Criada em 2002, a escola é a forma institucional que a entidade encontrou para contribuir para o fortalecimento dos movimentos sociais, fóruns e conselhos. Para que estes possam ampliar sua participação nos debates sobre as políticas públicas, o Instituto passou a designar recursos, a partir de então, para a formação de uma equipe de educadores.

Desde sua fundação, a Escola vem realizando cursos com os movimentos sociais no sentido de formá-los, para que eles possam participar da nova arena democrática que se instalou no País. Quatro são as linhas que direcionam as ações da escola: **Formação de Lideranças** – busca qualificar e fortalecer lideranças no sentido de obter a garantia dos direitos, **Formação de Educadores** - busca construir uma rede de educadores, na difusão de medidas educativas, na construção e ampliação da cidadania, **Gestão Pública Participativa** – busca qualificar atores da sociedade e do Estado para participar da implementação e discussão acerca das políticas públicas, **Diálogos do Nosso Tempo** – atua na promoção de temas contemporâneos, apontando para a discussão de uma cultura participativa de paz e democracia.

Os princípios norteadores da escola baseiam-se na metodologia e nas práticas da educação popular, haja vista que a coordenadora é alguém que tem anos de militância nessa área.

Durantes esses anos de pesquisa, observamos que a formação de lideranças tem sido o alvo da escola e onde se tem projetado maiores esforços. Buscando sempre a participação, o debate com os variados movimentos sociais populares existentes no Estado de São Paulo tem sido uma das ações constantes da Escola.

Como se formam lideranças se o princípio básico da cidadania é o sujeito se reconhecer independente de sua atuação político-social, ele é o próprio sujeito; e, com isso, ativo e participativo da sociedade, dotado de direitos.

Hoje, um dos grandes desafios postos pela Escola é quanto ao seu público. No último ano chegou-se à marca de mil alunos atendidos pela escola em atividades desenvolvidas pela Instituição.

A construção da relação que pontue atividades conjuntas não me parece algo fácil e simples de ser trabalhado pela escola, haja vista que os movimentos sociais populares estão num momento de refluxo ou quando não, estão sendo capturados por uma estrutura de partido e governo, ou até mesmo de instituições religiosas/assistenciais.

A escola vem realizando essas atividades através de cursos e oficinas de formação. Num dos cursos que podemos participar no ano de 2004 – Curso de formação de conselheiros municipais - presenciamos uma interferência da gestão municipal nas atividades e nos materiais produzidos pela escola. Algo que fora logo resolvido, mas que causou certos transtornos, principalmente no que condiz com a liberdade e autonomia da entidade e dos educadores envolvidos.

Hoje, passados seis anos de existência, a escola faz uma avaliação sobre sua atuação, suas lacunas, a fim de ampliar os valores da cidadania e da democracia. A tarefa não é fácil, dado o cenário que temos no País e na própria instituição, uma vez que o que mantém efetivamente a escola são os recursos oriundos de outros projetos do **“VIRTÚ”**.

4.2 Setor de Urbanismo

Formada por arquitetos e urbanistas, é esse o setor que projeta, em certa medida, a entidade pesquisada, principalmente após a lei que regulamentou o estatuto da cidade e a obrigatoriedade dos municípios em realizar planos diretores. A partir daí, o “*VIRTÚ*” tornou-se referência nacional, principalmente no campo da esquerda, na assessoria e na formulação de planos diretores.

Em escala nacional, a equipe de urbanismo participa como membro do Fórum Nacional pela Reforma Urbana, na parte de capacitação. No Estado de São Paulo, integra a articulação estadual pelo direito à cidade e, no Município, o Fórum centro vivo, participando aqui, também, do grupo de capacitação. Foi por meio desse trabalho de capacitação que se criou um grupo que permitiu a articulação com o Fórum Nacional de Reforma Urbana, assim como possibilitou a criação de multiplicadores, no sentido de disseminar o conteúdo do Estatuto da cidade.

Esse setor também tem um acúmulo de trabalhos relacionados a pesquisas e estudos sobre planejamentos territoriais e urbanos envolvendo mapeamentos, indicadores e estudos sobre políticas públicas na área de urbanismo.

De 2005 a 2006, o “*VIRTÚ*” participou de um dossiê – violações dos direitos humanos no centro de São Paulo, fruto de uma iniciativa do Fórum centro vivo. Este documento reúne jornais e fotos sobre a violação dos direitos humanos com relação aos principais grupos que dependem do centro de São Paulo, seja para morar ou sobreviver, como os sem-teto, catadores, população de rua, etc.

Mas, para nossa pesquisa, o que interessa analisar aqui é a forma como foram realizados, em específico, os planos diretores, sua metodologia e formato de discussão, fazendo a relação com o que queremos abordar nesse capítulo: a participação.

4.3 As faces da Participação.

A palavra participação tem como sentido a idéia de fazer parte, parte de uma comunidade, de um grupo. Nesta perspectiva, não podemos falar de participação sem abordar também a questão da democracia, da qual emana todo o debate e o direito sobre a participação.

A democracia no Brasil e a luta pela redemocratização sempre foi algo muito caro em nossa sociedade. As perdas foram muitas e os ganhos ainda estão num processo de amadurecimento, principalmente quando falamos de uma sociedade que nos legou uma concepção autoritária de democracia: a ambigüidade é o nosso forte, pois somos democratas, sendo autoritários ao mesmo tempo. “Autoritário era o senhor de terras, autoritário, a mulher dele, autoritário o filho em relação aos empregados, o empregado mais categorizado em relação ao menos autoritário, e assim por diante.” (Arruda Sampaio, Plínio: 2005, p.49).

Somos herdeiros, querendo ou não, de um Brasil colonial, de uma tradição formada num passado recente: um passado escravista, patrimonialista, autoritário, etc. Contudo, isto está mudado, há avanços consideráveis no trato das questões dos direitos, mas não podemos esquecer que esse passado, entretanto, é parte constitutiva dessa democracia e dessa sociedade que hoje temos (cf. Weffort, F.: 1985).

“O peso do passado de que Marx falava, ou seja, o do passado ‘de todas as gerações mortas’, se confunde – de certo modo se dilui – no peso do passado dos vivos. Às vezes, é o passado dos mais velhos ditando o caminho aos mais novos. Às vezes, o de uma mesma geração ditando seus caminhos, ditando o caminho de agora. O passado que cada um carrega consigo pesa mais ou menos do que o de gerações mortas? Difícil saber.” (Weffort, F.: 1985, p. 27-28).

E é este peso do passado que, em certa medida, orienta as ações da escola da cidadania, apesar do pouco tempo de existência institucional, sua coordenadora é alguém com anos de militância junto aos movimentos sociais, diga-se uma trajetória de no mínimo 20 anos de ativismo. E é, também, em certa medida, que hoje ela coordena a escola de cidadania, por

ter esse ‘capital simbólico’ que a acompanha no trato com os movimentos populares.

Dentro do “*VIRTÚ*” diria que a escola é o que mais se aproxima daquilo que compreendemos historicamente como ONGs. Por que ela nasce vinculada, diferentemente das demais equipes, na assessoria direta aos movimentos sociais, por que este é o seu público. É a escola, por exemplo, que atua nos cursos sobre a demanda existente no setor de urbanismo, como as oficinas e os cursos sobre as dificuldades de se implementar os planos diretores. A equipe de urbanismo é a responsável pela realização do curso, mas a logística, de certa maneira, é a escola que fornece, assim como é feito também em relação às demais equipes, como a de cultura, do direito à cidade, ambiente urbano, etc. A escola canaliza o desejo das demais equipes de manter uma relação mais próxima com os movimentos sociais: não que isto não ocorra com as demais equipes, mas, a escola foi pensada para fazer essa “ponte” e articulação com os movimentos sociais.

Todas as atividades da escola perpassam uma concepção e diretriz que tem a educação popular como parâmetro. Educação que é popular, compreendida pela Instituição como um forte mecanismo de transformação pessoal e social, pois auxilia na reflexão e na construção de instrumentos, modificando as convicções de acordo com o cenário atual e é um mecanismo que se tem de educar para a cidadania.

Nessa fase de intensa discussão sobre a democracia no País e de sua consolidação, a questão, a saber, é: quem educa o educador? Na experiência que podemos acompanhar em 2004, do curso de formação de conselheiros municipais em São Paulo, ocorreu algo que merece aqui observação: uma das instrutoras do curso era também funcionária de uma prefeitura administrada pelo Partido dos Trabalhadores. A tônica de suas aulas era a de dar explicações sobre orçamento, algo parecido com a fala de um gestor, explicando os meandros da estrutura administrativa de governo, do que realiza um agente formador para a cidadania e como era a proposta da escola com o curso de capacitação. A concepção de uma educação para a democracia enfatiza a necessidade de uma educação que forme cidadãos participantes, capazes de julgar e que não necessariamente sejam preferidos pelos governantes. A instrutora, contudo, ao atuar daquela forma, nos deixou

a impressão de que um conflito foi anulado e que ali se mostrava latente. Em dados momentos várias discussões foram travadas, mas até que ponto, mesmo com essas discussões, esse conflito não foi de fato minado? Como se estabelece aqui a cidadania, como ela toma forma?

A democracia é o regime político fundado na soberania popular; ou seja, é a materialização das condições institucionais e sociais que possibilitam aos indivíduos a participação ativa em um governo. Um dos conceitos que melhor representa essa incorporação dos bens sociais pelos indivíduos é o conceito de cidadania.

“A cidadania é a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado” (Coutinho: 2000. pág.50).

As primeiras teorias sobre a cidadania e sobre ser cidadão surgiram na Grécia clássica: o cidadão seria aquele que além dos direitos tinha o dever de contribuir para a formação de um governo (Coutinho: 2000). É essa a idéia que vai caracterizar a modernidade: é a idéia de direitos que passam a ser demandados e formulados num dado momento histórico, pela influência das classes e grupos sociais.

T. H. Marshall denominou três níveis de direitos e cidadania que seriam os direitos civis, passando pelos direitos políticos e chegando, finalmente, nos direitos sociais. Para este autor, os direitos civis surgem na Inglaterra e, após a revolução gloriosa no século XVIII, consolida a monarquia constitucional naquele país. É claro que este modelo proposto por Marshall não se aplica em vários países, inclusive no Brasil. Contudo, não podemos negar essas três determinações da cidadania (civil, política e social).

Foi a forma privada e individual que se tornou dominante nesses direitos modernos civis, o que fez com que Marx os caracterizasse como os meios da consolidação burguesa e da sociedade capitalista. Não podemos, contudo, atribuir as conquistas da classe trabalhadora à burguesia, afirmando que viveríamos uma democracia burguesa. O que temos hoje nas democracias

contemporâneas, em termos de direitos e liberdade e que não podemos nos esquecer, resultou de uma árdua e difícil conquista.

No mundo moderno de hegemonia burguesa, os direitos sociais foram por muito tempo negados sob a alegação de que iriam violar as leis de mercado; ou seja, o direito individual à propriedade privada. Em certa medida, esse direito volta a ser negado hoje, pois nem com o Estado do bem estar social, que possibilitou a consolidação de muitos direitos, como saúde, habitação e educação, foi assegurado o direito social à propriedade (Coutinho: 2000).

O que temos hoje e se coloca como fundamental no trato dos direitos não é o simples reconhecimento dos mesmos, mas sim, a luta para torná-los efetivos. A presença de tais direitos constitucionais não garante, efetivamente, a aplicabilidade dos mesmos. Nossa constituição mesmo sendo considerada constituição cidadã, não é suficiente se a justiça é deficitária! Não podemos esquecer, ainda, que a luta pela ampliação da cidadania requer “um processo progressivo e permanente de construção dos direitos democráticos que atravessa a modernidade – termina por se chocar com a lógica do capital” (Coutinho: 2000, p.66).

Essa relação entre capitalismo e cidadania é resultado de uma sociedade dividida em classes, que acaba por gerar, assim, um lado com privilégios e, por outro, um lado com “déficits”. Essa contradição nos mostra esse lado explosivo da sociedade, os conflitos, as lutas que fazem com que o capitalismo resista por um determinado tempo. Isto num primeiro momento, para, logo em seguida, dada a pressão, fazer com que o capitalismo recue e passe a fazer concessões (claro que em seu próprio benefício!), não deixando com isso de instrumentalizar e direcionar sempre a seu favor. É esse processo dinâmico e contraditório que constitui nossa sociedade contemporânea e sua face aparece no discurso e nas ditas ações participativas.

Nossa constituição cidadã (de 1988) tem como um de seus pilares, o princípio da participação. A participação das pessoas em associações, audiências públicas se multiplicaram com o fim do regime militar e a participação, com isso, ficou na ordem do dia, uma vez que o

descontentamento da população com a política e como esta vinha sendo direcionada era grande.

No artigo 198, inciso III, de nossa Constituição, é prevista a “participação” da “comunidade”, quando se refere aos serviços públicos na área de saúde, o que é um dos marcos dessa mesma constituição que referenda a participação da população, reconhecendo, assim, um dos pilares da cidadania: democracia, onde diz que “todo poder emana do povo”. A mesma constituição garante aos municípios uma parte dos recursos oriundos da união que, com o aumento exagerado dos gestores municipais, no que condiz com os gastos públicos, fez com que se criasse a lei de responsabilidade fiscal. Também cabe mencionar a ação popular (lei 4.717/65) como um instrumento importante que anula judicialmente ações prejudiciais aos bens públicos.

A participação tem sido um princípio basilar de nossa constituição federal e isto fica evidente na lei de responsabilidade fiscal, na lei de ação pública e na lei 10.257/01, bastante discutida e “trabalhada” pelo setor de urbanismo da instituição pesquisada, a lei que cria o estatuto da cidade.

O estatuto da cidade abre um canal de diálogo entre o cidadão e o poder público municipal, uma vez que, nos artigos 43 a 45, constituem-se segundo a lei, órgãos colegiados que discutirão e elaborarão políticas públicas na área de política urbana.

São mecanismos de discussão sobre a política urbana os debates, audiência e conferências que prevêem a participação da população. Além de fóruns e debates públicos, temos também a constituição de órgãos colegiados de política urbana.

Essa lei cria a possibilidade do cidadão de participar da administração de seu município e de participar do debate e da lei que cuida do solo urbano; e é com esse discurso de realizar planos diretores com a comunidade e com a sociedade local, ou seja, por intermédio de planos diretores participativos, que o “*VIRTÚ*” participou da elaboração de vários planos diretores de prefeituras ditas progressistas e participativas, a saber, prefeituras petistas.

O “*VIRTÚ*” possui, como metodologia de trabalho, a realização de fóruns para a realização dos planos diretores e tem também, como material auxiliar, o “kit” formado pelos arquitetos e urbanistas da equipe, chamado de

“kit das cidades”, que envolve cartilhas, vídeo e o próprio estatuto das cidades. Trata-se de um material com caráter pedagógico que, segundo os criadores, busca atender todas as camadas da população, esclarecendo, da forma mais clara possível, a nova lei sobre o uso e ocupação do solo urbano.

A fim de melhor compreender essa metodologia desenvolvida pelo “*VIRTÚ*” nas assessorias a planos diretores, procuramos gestores públicos das cidades de Fortaleza (CE) e de Santo André (SP). No entanto, somente o município de Fortaleza nos forneceu graças a um dialogo mantido com o atual secretário de planejamento, a dinâmica de como fora realizado o plano diretor daquela cidade e como foi a relação do município com o “*VIRTÚ*”.

Em Janeiro do ano corrente, o secretário de planejamento de Fortaleza nos relatou o processo de escolha da entidade. A princípio, duas entidades nacionais foram pensadas por terem acúmulo de experiências na realização de planos diretores pelo País, a primeira era o IBAM (Instituto brasileiro de administração municipal), uma entidade não-governamental, existente desde a década de 50. A segunda (e a escolhida!) foi o “*VIRTÚ*”, entidade não-governamental existente desde a década de 80.

A escolha do “*VIRTÚ*”, segundo o secretário, é devida a vários fatores, dentre os quais podemos citar: um grupo com um bom currículo, o setor de urbanismo tem uma metodologia participativa, de discutir a participação da comunidade, pessoas vinculadas aos mais importantes centros universitários do País, como USP e PUC-SP. Contudo, merece reflexão a parte que o secretário menciona de que o “*VIRTÚ*” também fora indicação da atual coordenadora do HABITAFOR⁶¹, antiga integrante de uma entidade também não-governamental, parceira de longa data do “*VIRTÚ*”

Essa ultima questão que levou a indicação do “*VIRTÚ*” é, ao nosso ver, interessante, vindo, em certa medida, corroborar com o que já fora descrito por Faoro em seu clássico livro “Os Donos do Poder”, quando uma de suas análises para pensar o Brasil, recai sobre a estrutura patrimonialista que certos grupos fazem ao se “apoderar” do Estado. O poder político passa a ser exercido, em causa própria, por um grupo social cuja função é a de controlar a máquina administrativa e política do País. (Schwarzman, 2003) O que percebemos, mais de uma vez, é que o PT, ao assumir o poder, passou a

⁶¹ Coordenação que trata da questão da moradia do município de Fortaleza.

compartilhar com esse denominado campo “democrático e participativo”, seja via ONGs, ou com outros grupos políticos do denominado campo de esquerda: a mesma prática condenada outrora, de favorecimentos a grupos “amigos”. Este passam, com isto, a reproduzir a lógica patrimonialista do Estado.

No patrimonialismo, o governante trata toda a administração política como seu assunto pessoal, ao mesmo modo como explora a posse do poder político como um predicado útil de sua propriedade privada. Ele confere poderes a seus funcionários, caso a caso, selecionando-os e atribuindo-lhes tarefas específicas com base na confiança pessoal que neles deposita e sem estabelecer nenhuma divisão do trabalho entre eles[...] Os funcionários, por sua vez tratam o trabalho administrativo, que executam para o governante como um serviço pessoal, baseado em seu dever de obediência e respeito [...] em suas relações com a população, eles podem agir de maneira tão arbitrária quanto aquela adotada pelo governante em relação a eles, contanto que não violem a tradição e a o interesse do mesmo na manutenção da obediência e da capacidade produtiva de seus súditos. Em outras palavras, a administração patrimonial consiste em administrar e proferir sentenças caso por caso, combinado o exercício discricionário da autoridade pessoal com a consideração devida pela tradição sagrada ou por certos direitos individuais estabelecidos.” (Max Weber: um perfil intelectual. Trad. Elisabeth. Hanna e José Viegas Filho. Brasília, UNB, 1986, p.270-271).

Essa questão é um tanto delicada, pois num dado momento temos esses gestores como ativistas dos variados movimentos e organizações da sociedade, realizando a interlocução com o Estado. Num outro, eles são os próprios gestores, principalmente quando este campo “democrático participativo” via PT e outros partidos de esquerda passam numa menor escala a administrar vários municípios pelo País, para logo em seguida administrar a Nação. É evidente que há nisso tudo uma mistura, um imiscuir do que é o público com o que é o privado. Até que ponto esses “novos gestores” não exercem de fato nesses cargos, amparados pelo seu aparato administrativo e recrutados muitas vezes por critérios meramente pessoais, aquilo que Weber classificou como dominação? Diríamos que há sim essa dominação e ela é um misto entre o tipo tradicional e o tipo carismático.

Do tipo tradicional, encontramos aquele elemento que Weber denominaria de o “senhor”, e este “senhor” está presente tanto na estrutura pública, quanto na privada. “Determina-se o senhor (ou vários senhores) em virtude de regras tradicionais, a ele se obedece em virtude da dignidade pessoal que lhe atribui a tradição”. (Weber: 2004, p. 148). Ou, ainda, que lhe atribui toda uma conjuntura história vivenciada por estas pessoas, todo um engajamento de lutas pelo País; isso também os legitima como senhores e dá-se legitimidade para atuarem como gestores, dentro de um campo denominado como esquerda, como democrático e participativo. E isto os legitima, inclusive a serem escolhidos pelos seus “companheiros” a administrarem, a exercerem funções na órbita da esfera pública, dada às afinidades pessoais, ao seu carisma, e não devido a sua qualidade profissional.

Quando não atuam diretamente na esfera pública, são chamados como representantes de entidades para darem assessorias, para estabelecerem parcerias com o poder público. Para ilustrar, destacamos aqui a notícia vinculada pelo Jornal o Estado de São Paulo⁶², onde uma ONG ligada ao PC do B no ano de 2008 recebeu do Ministério dos Esportes o valor de 8,5 milhões de reais, valor esse correspondente, segundo a matéria, à metade do valor recebido por todo o Estado de São Paulo, sendo superior à soma que o Ministério transferiu para doze Estados da Federação no ano passado.

Esta entidade⁶³ teve suas contas avaliadas pelo Tribunal de Contas, e até elogios recebeu pelo seu projeto de “democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte”, tendo como modelo o fornecimento de uniformes para crianças. Qual a seria a relação desta entidade vinculada ao PC do B, já que sua coordenadora é vereadora por este partido com aquela entidade pesquisada por Rizek (2008)⁶⁴ no bairro cidade Tiradentes em São Paulo, já que aquela entidade também é vinculada ao PC do B, e é uma entidade que confecciona uniformes e materiais esportivos também para o Ministério do Esporte.

⁶² Notícia vinculada no Jornal O Estado de São Paulo, Terça - feira, 21 de abril de 2009. Pagina A5.

⁶³ Bola pra Frente, ONG localizada em Jaguariúna no interior de São Paulo.

⁶⁴ Cf. Rizek, Cibele Saliba et alli. A periferia do direito: trabalho, precariedade e políticas públicas. 32º encontro anual da ANPOCS – GT 40: Trabalho e Sindicato na sociedade contemporânea, Minas Gerais, Caxambu.

No nosso caso estudado, o “*VIRTÚ*” fora várias vezes dispensado das licitações, por meio de carta-convite, por ser de notório saber e, por isso, se tornou a referência na realização dos planos diretores das prefeituras ditas progressistas.

O Plano diretor do município de Fortaleza foi aprovado no ano de 2008, mas sua discussão iniciou-se no ano de 2006, quando o “*VIRTÚ*” foi contratado para levar sua tecnologia e acúmulo que os técnicos têm na realização de planos diretores participativos.

Como o “*VIRTÚ*” tem sua sede em São Paulo, os deslocamentos dos técnicos se tornou algo dispendioso e, além do mais, a Prefeitura exigiu que a entidade montasse uma equipe técnica local, pois os técnicos da Entidade não conheciam a realidade e a dinâmica do lugar. Esta crítica é compartilhada, inclusive, por parcela dos próprios técnicos que trabalham no “*VIRTÚ*” ; até possuir uma equipe técnica permanente ocorreram várias substituições. O contrato durou de Janeiro a Outubro e custou aos cofres do município o valor de 600 mil reais.

A tecnologia desenvolvida no plano diretor realizado em Fortaleza, trazido pelo “*VIRTÚ*” , envolvia toda uma discussão via fóruns, sobre o orçamento participativo (OP) e sobre os mapas comunitários que a Entidade ajudou o Município a criar. Estes mapas apontavam as regiões da Cidade e que tipo de política pública era demandada para cada território. Então, foram formulados mapas comunitários que expressavam os “déficits” com a habitação, saúde, educação, segurança; ou seja, com as políticas sociais e onde o poder público poderia atuar.

Inicialmente, das diversas esferas sociais que participavam dos fóruns (a princípio 15 representantes e a pedido da sociedade esse número chegou a 40 representantes), as entidades de classe mal apareciam, como, por exemplo, a CUT, que nunca apareceu numa discussão dos fóruns, segundo nos informou o secretário. O interessante é que de todo esse acúmulo, de toda essa participação da sociedade, os resultados nas áreas de saúde, segurança e educação não são, efetivamente, incorporados pelo plano diretor, o máximo dessas discussões que são incorporadas ao plano dizem respeito à habitação, porque a habitação envolve o uso e ocupação do solo

urbano, o que, na realidade, consiste na finalidade dos planos diretores municipais.

Onde fica então todo o acúmulo oriundo da participação da sociedade e das discussões? Fica tudo no vazio? Em certa medida sim, porque somente o Município pode definir se vai incorporar tal acúmulo em suas políticas públicas ou não; isto varia de gestor para gestor. Muitos dos debates de fato se perdem e a participação acaba sendo uma grande ficção. As prefeituras, em certa medida, se dizem democráticas ao abrirem o espaço para a sociedade, acontece que nem todas chegam a incorporar e aproveitar os debates oriundos dos fóruns, e no que se refere ao solo urbano, por exemplo, muitas vezes, são os especuladores imobiliários que levam a melhor. Hoje, a discussão sobre as ZEIS⁶⁵ é um embate tenso entre os segmentos da sociedade, movimentos de moradia e o “lobby” pesado das construtoras. No meio disso tudo, aparece o “VIRTÚ” com a sua metodologia participativa e acaba por referendar todo esse imiscuir próprio da sociedade brasileira; ou melhor: é a “forma consentida, e vista como virtuosa, da gestão da precariedade” (Rizek, *apud* Paoli: 2007. p.222).

Qual seria a melhor forma de atender a demanda, os problemas existentes na cidade, como manter o diálogo com a sociedade local? Em certa medida, com o crescimento dos grandes centros urbanos e a obrigatoriedade dos municípios de realizarem os planos diretores, esta questão estaria a principio resolvida.

O “VIRTÚ” passou a atuar na realização de planos, e a ser bastante solicitado como já dissemos aqui, dada sua metodologia participativa. Segundo nosso informante, a relação se deu de forma distante, como faria qualquer empresa de consultoria. Os pagamentos eram feitos conforme os relatórios que iam sendo entregues. O que temos que observar aqui é que todo esse discurso de participação agrega não só o poder público, como as prefeituras, mas também organizações da sociedade, dessas do tipo “VIRTÚ”. É por meio destas relações e com o todo o discurso participativo que ambos, poder público – esfera pública, e as entidades da sociedade – esfera privada, compartilham de um mundo comum, um mundo autolegitimado pela

⁶⁵ Zona especial de moradia social. Hoje existe uma disputa grande entre os movimentos de moradia e o “lobby” das empresas imobiliárias, dado que muitas dessas áreas de ZEIS ocupam em certas cidades territórios nobres.

técnica, dada a nossa urgência, para resolver com eficiência nossas incertezas (Paoli: 2007).

O que vemos com isso é o modo de gestão da vida e como ela vem sendo administrada tanto por parte do Estado que cria uma “máquina social de fabricação” (Rancière *apud* Paoli: 2007). Usando dessa tática, o Estado tenta mostrar qual a melhor solução para resolver os problemas sociais, tudo via participação. Por este modelo, via governantes, ele passa a ter legitimidade para atuar livremente e, ao mesmo tempo, demonstrar à população que está atento aos problemas que causem transtornos e indignação à sociedade (Paoli: 2007). Por outro lado, temos a sociedade e a técnica exercida por entidades como o “*VIRTÚ*”, como várias outras ONGs do mesmo campo, já que esta nova configuração que assume o social exige pessoas com capacidades técnicas altamente qualificadas; é essa qualificação que assume esse campo e, de certo modo, o transforma em virtuoso, canônico.

Por outro lado, temos também os movimentos que, desarticulados, fazem da participação um ensaio e uma tentativa na busca de resolver os problemas mais urgentes postos na sociedade. Acabam com isso criando todo um debate sobre a cidadania, e até ensinam como ser cidadãos, desenhando os caminhos que podem ser percorridos e o que pode ser conseguido com as ações e atitudes corretas dessa dita participação.

O que observamos disso tudo é uma junção do público com o privado, das relações de troca, o que acaba por exercer um efeito corrosivo no sentido mesmo da política e da democracia, que se tornam a-significantes.

A a-significância desse campo tem a haver com a própria estratégia do capitalismo no seu estágio atual, porque não se trata mais de se pensar em tornar possível uma crítica e de concretizá-la. Isso pode ser visto como uma estratégia do capital e dos rumos que este toma, a partir de suas configurações e de suas relações com todas as instituições sociais.

É nessa mudança do campo social para o campo econômico que se cria aquilo que Foucault nos chamou a atenção para o que viríamos a nos tornar, uma sociedade de empresas. Qual a lógica dessa sociedade? É a lógica do mercado, do indivíduo por ele mesmo, do indivíduo como empreendedor, do indivíduo como empresa, a empresa aqui tem outra forma, a forma individual.

La société d'entreprise dont rêvent les ordolibéraux est donc une société pour le marché et une société contre le marché, une société orientée vers le marché et une société qui soit telle que les effets de valeur, les effets d'existence provoqués par le marché soient par là compensés. C'est ce que Rustow disait, dans le colloque Walter Lippmann dont je vous parlais il y a quelque temps: « L'économie du corps social organisé selon les règles de l'économie de marché, c'est cela qu'il faut faire, mais il n'en reste pas moins qu'il faut encore satisfaire des besoins d'intégration nouveaux et accrus.» C'est cela la *Vitalpolitik*. Röpke, un peu après, disait ceci : « La concurrence est un principe d'ordre dans le domaine de l'économie de marché, mais non un principe sur lequel il serait possible d'ériger la société tout entière. (Foucault: 2004, p.247-248)⁶⁶.

As ações participativas nada mais são do que isso, uma aglutinação para a discussão e debates sobre o direito e a ampliação desses, ou seja contra a lógica de mercado, mas, ao mesmo tempo, muitos dos seus representantes (da sociedade e do poder público ali presentes) têm interesses que não são da ordem pública, do âmbito público, e sim de ordem privada, particular. São contra o mercado, mas acabam orientados por ele; isto é, fazem parte do mesmo fenômeno de a-significação.

⁶⁶ A sociedade de empresa com a qual sonham os liberais é então uma sociedade para o mercado e uma sociedade contra o mercado, uma sociedade orientada para o mercado e uma sociedade que seja tal que os efeitos de valor, os efeitos de existência provocados pelo mercado sejam compensados por ela. É aquilo que Rustow dizia, no colóquio Walter Lippmann do qual eu falei há algum tempo: "A economia do corpo social organizada de acordo com as regras da economia de mercado, é isso que é preciso fazer, mas é preciso ainda satisfazer novas e maiores necessidades de integração.". É isso que é a *Vitalpolitik*. Röpke, um pouco depois, dizia: "A concorrência é um princípio da ordem no domínio da economia de mercado, mas não um princípio sobre o qual seria possível erigir a sociedade como um todo." (tradução livre).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender a situação hoje estampada na nossa sociedade é uma tarefa e um desafio que nos interroga sobre que dimensão conseguimos construir na democracia. Se analisarmos nossa história recente veremos que o mesmo grupo que, num dado momento, sustentou e apoiou a ditadura militar, fora também aquele que apoiou, em certa medida, o primeiro presidente civil do País. E, hoje, de certo modo, oferece suporte ao governo de esquerda, democrático e participativo.

Em nossa história política recente podemos nos interrogar, ainda, por grupos tradicionais e conservadores que são representados por famílias que participaram, em dada medida, da ditadura, mas também estiveram presentes dando apoio à “abertura política” e atualmente apóiam não somente na esfera federal, mas principalmente nos estados e municípios essa organização de esquerda que ganhou capilaridade a partir dos anos 90. O que representa a Família Sarney, a família Neves, a Magalhães, a Bornhausen e a Lerner? E o que representam hoje nesse governo de esquerda nas suas três esferas? Mormente, com a nova dimensão que nos aponta o moderno, como a rápida financeirização do capital e o avanço tecnológico, não deixamos de registrar dispositivos do passado recente, práticas não democráticas, e tudo isso vem a se reproduzir nas esferas da sociedade, vejamos o exemplo pesquisado.

A Entidade reproduz, de certo modo, a sociedade da qual faz parte. Esta tem uma estrutura hierárquica forte, uma clara divisão de classes. Vejamos como exemplo disto o plano de cargos e salários da Entidade, além de valer-se de sua competência transformada em mercadoria política para sobreviver ao mercado e ao sistema. Outrossim, esse tipo de mercadoria pode nos soar como certo favorecimento e, por que não, um modo moderno de patrimonialismo? Vejamos a transcrição abaixo:

E, além disso, existe esse negocio do Estatuto da Cidade que exige que o município faça o plano diretor. Bom, o ministério da cidade, quem coordena essa questão de política urbana no ministério da cidade é a Sandra que saiu do “VIRTÚ” para ir para o ministério da cidade. E definir qual a diretriz de política urbana que os municípios

devem adotar não sei o que, e distribuir a verba, que é uma verba da caixa econômica federal para que os municípios possam fazer, e no final quem faz é o “*VIRTÚ*”, entendeu? Ou seja, na ponta do financiamento e da definição da política quem tá é a cabeça lá, e aqui na outra ponta, da execução para onde o dinheiro vai, tá ela também?⁶⁷

Essa é nossa configuração atual; essas entidades passam a ser executoras de políticas sociais para um campo que elas nunca deixaram de pertencer, um campo denominado de esquerda, o campo que ajudaram a construir, devido suas lutas pela democracia no País. Um campo que hoje, passados trinta anos da lei de Anistia, já administra esta Nação. Sendo assim, não é nada espantoso que o “*VIRTÚ*” ou qualquer entidade mantenha relações com o PT, com o PC do B, ou mesmo qualquer outro partido. A estrutura democrática permite este diálogo entre lados opostos. Hoje, a participação e o diálogo fazem parte do que se acredita constituir a verdadeira democracia, de modo que grupos antagônicos e rivais passem a cooperar.

Não é contraditório, é o jeito deles fazerem. O “*VIRTÚ*” não quer ser qualquer ONG. Ele é a ONG do PT. Entendeu? Não é qualquer coisa. E, eles têm se desenvolvido, se aprimorado nisso, em ser a ONG, não é a única ONG do PT, é uma das ONGs do PT. Tem se aprimorado, que dirá quando o PT sobe ao poder, daí facilitam as coisas lá dentro, evidentemente.⁶⁸

Conquanto, são partes constitutivas do mesmo campo, podem não ser filiadas e serem orgânicas com o partido, no sentido mesmo da militância, do dia a dia da entidade partidária, mas estiveram e, de certo modo, ainda permanecem juntos nessa luta de construção e fortalecimento da Democracia. O que referenda a citação acima.

O fato que hoje, dada toda construção realizada nesse campo, ainda conclamamos a participação em tudo e de todos e assim reverenciamos um campo supostamente virtuoso, legitimado por seus integrantes, ou por nós? Afinal também fazemos parte desse verdadeiro imiscuir que é esta sociedade. Uma sociedade que vem excessivamente assumindo em suas representações formas gestionárias; o que é uma conturbação do legal com o

⁶⁷ Este é um único trecho que uso dessa informante, por isso ela não está classificada no quadro em que nomeio ficticiamente meus informantes. Chamá-la-ei aqui de Maria Rita, doutora em ciências humanas.

⁶⁸ Ibidem.

ilegal, do público com o privado, de favorecimentos, e a tudo isso dá-se o nome de democracia e de participação.

Somos e ao mesmo tempo conclamamos todos a falar e discutir sobre a participação, mas que participação? Acabamos por conclamar todos a debater e a lutar pelo fortalecimento da democracia, uma democracia que desconhecemos. Nós conclamamos, também, todos a efetivar e a construir a cidadania, sendo que não sabemos ao certo onde esta se realiza. Destarte, a discussão é prolixa e a questão permanece em aberto.

ANEXOS:

TAB 3 - Breve Perfil do “VIRTÚ”

1.5.	principais institucionais	objetivos	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver programas de educação popular e formação de lideranças; - Desenvolver pesquisas e estudos; - Realizar assessoria e consultoria a instituições privadas e públicas, pessoas físicas e jurídicas; - Contribuir para a construção de espaços de participação popular nas decisões que afetam o poder local; - Incentivar em especial a pesquisa no campo das artes e da cultura; - Publicar, distribuir e comercializar publicações em sua área de atuação.
1.6.	principais atuação	linhas de	Participação Cidadã Direito à Cidade e Urbanismo Segurança alimentar Políticas Culturais Ambiente Urbano Avaliação de Políticas Públicas Desenvolvimento Econômico Local Controle Social do Orçamento Público
1.7.	tipo de público atingido		Beneficiários diretos <ul style="list-style-type: none"> ○ Representações coletivas e entidades que se articulam em torno das mobilizações em defesa do Direito à Cidade: movimentos e entidades da sociedade civil que se organizam em torno dos temas da saúde, moradia, educação, meio ambiente, criança e adolescente e direitos das mulheres e negros. ○ Técnicos e gestores públicos. ○ Redes e fóruns. Beneficiários indiretos Cidadãos e cidadãs que: <ul style="list-style-type: none"> ○ Integrem os movimentos sociais e entidades com que trabalhamos; ○ Participem dos conselhos gestores de políticas públicas;

		<ul style="list-style-type: none"> ○ Mantenham, nas cidades, uma relação direta com as políticas públicas; ○ Participem das administrações públicas democráticas.
1.8.	área geográfica de atuação	<p>3 Níveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Local: atuação municipal, com prioridade à cidade de São Paulo e Estado; - Nacional: fóruns e articulações da sociedade civil; - Internacional: redes e articulações internacionais.
19.	relação com igrejas ou entidades ecumênicas (por ex.: na origem da sua organização; presença de valores cristãos na missão institucional; através de sócios da sua assembléia constitutiva; nas áreas de trabalho; etc.)	<p>Temos desenvolvido articulações e trabalhos em parceria com entidades ecumênicas tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> - EED – Agência parceira desde início dos anos 90. - CESE- Coordenadoria Ecumênica de Serviço – Seminários conjuntos, estudos e assessorias. Atualmente estamos organizando um seminário conjunto sobre movimentos populares. <p>Referência: Sra. Eliana Rolemberg</p> <ul style="list-style-type: none"> - CDHEP – Centro de Direitos Humanos e Educação Popular – parcerias em trabalhos com direitos humanos e participação popular. <p>Pastoral da Criança – trabalhos e parcerias em projeto de segurança alimentar e articulações para criação dos Fóruns Nacional e Paulista de Segurança Alimentar.</p> <ul style="list-style-type: none"> - CCFD – Comité Catholique contre la Faim et pour le Développement agência parceira desde 1994. - Christian Aid: Agência que é parte da ACT Internacional (Action by Churches Together) parceira do “VIRTÚ” de 1992 a 2001.
1.1 0.	afiliação a redes regionais, nacionais e internacionais	<ul style="list-style-type: none"> - Aliança por um Mundo Responsável Plural e Solidário - Associação Brasileira de ONGs (ABONG); - Organização Latino-Americana de Organizações de Promoção (ALOP); - Conselho de Educação de Adultos da América Latina (CEAAL); - Conselho Municipal de Cultura; - Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional; - Conselho Nacional de Habitação; - Conselho Nacional de Segurança Alimentar; - Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar; - Fórum Intermunicipal de Cultura; - Fórum Municipal de Segurança Alimentar; - Fórum Nacional de Lixo e Cidadania; - Fórum Nacional de Meio Ambiente;

		<ul style="list-style-type: none">- Fórum Nacional de Participação Popular;- Fórum Nacional de Reforma Urbana;- Fórum Paulista de Participação Popular;- Inter-Redes;- Logolink – Rede de Aprendizado em Participação Cidadã e Governança Local			
1.1 1.	definição legal da organização (incl. data do reconhecimento legal como instituição sem fins lucrativos)	Associação civil sem fins lucrativos.			
1.1 2.	data da última alteração estatutária	30/09/2003.			
1.1 3.	declaração de utilidade pública municipal, estadual ou federal ?	Utilidade pública estadual – Lei nº 8879 de 08 de setembro de 1994. Utilidade pública federal – Portaria nº 622 de 06 de junho de 2002.			
1.1 4.	reconhecimento pelo CNAS ou inscrição em outros órgãos públicos (incl. nº. e data do certificado) ?	Registro no CNAS nº 44006.001134/96-24 Registro no COMAS nº 629/2003 Cadastro na SAS – Secretaria Municipal de Assistência Social de São Paulo – Portaria nº 013/SAS/GAB/2002			
1.1 5.	isenção da contribuição previdenciária ?	Em processo de análise no CNAS.			
2. BASE CONSTITUCIONAL					
2.1.	qual o órgão máximo de deliberação da organização (segundo os estatutos)?	Assembléia Geral, da qual participam todos os associados efetivos e honorários.			
2.2. atual número de associados ou membros da sua organização, segundo o sexo:		Sócios		Conselho e Fiscal	
		Homens: 20	Mulheres: 20	Homens: 12	Mulheres: 9
2.3.	atual número de associados ou membros da sua organização, segundo a relação social deles com a organização:	representantes dos beneficiários / grupos-alvo: Não se aplica.	pessoas da equipe: 17	Pessoas não vinculadas à equipe ou aos grupos-alvo: 23	
2.4.	periodicidade das reuniões do órgão máximo de deliberação	A Assembléia Geral de periodicidade: ANUAL			
2.7.	periodicidade das reuniões do conselho deliberativo (diretoria)	Conselho de Administração: Anual Coordenadoria Executiva: Semanal			

2.8.	formas de envolvimento dos associados / membros com a gestão executiva ou as atividades da entidade	- Participação em Assembléias; - Participação no Conselho de Administração; - Participação em eventos, pesquisas e grupos de trabalho; - Participação na Coordenadoria Executiva.
3.10.	nome(s) do(s) auditor(es) externo(s), incl. data da primeira contratação do serviço	Uaçai Magalhães Lopes / 1995
3.11.	se realiza auditoria externa segundo programas e/ou institucional ?	Realiza auditoria externa Segundo programas e institucional
3.12.	data do último balanço patrimonial (geral)	31/12/2003
4. PESSOAL		
4.1.	número de pessoas com um contrato de trabalho ...	Por prazo indeterminado
		Homens: 16
		Mulheres: 27
		Por prazos vinculados ao financiamento de programas:
		Homens: 2
		Mulheres: 2
		Estagiários:
		Homens: 5
		Mulheres: 7
		Em base de honorários:
		Homens: -----
		Mulheres: -----
4.2.	número de pessoas em cargos ...	Executivos:
		Homens: 2
		Mulheres: 1
		Técnicos:
		Homens: 13
		Mulheres: 18
		Administrativos:
		Homens: 3
4.3.	remuneração (média do	Mulheres: 9
		Executivos:
		Homens: 1.580,00

		Mulheres:	1.580,00
		Técnicos:	
		Homens:	700,00
		Mulheres:	700,00
		Administrativos:	
		Homens:	385,00
		Mulheres:	385,00
4.4.	encargos sociais (legais) e custos com benefícios estabelecidos no acordo coletivo com os funcionários (em % sobre o total de despesas de pessoal)	INSS – 27,6% PIS – 1,0% FGTS – 8,0% Férias 2,8% Vale Refeição / Transporte/ Saúde – 38% Total de Encargos: 77,4%	
4.5.	existe um manual de procedimentos internos (tomada de decisões de gestão)?	Não. Previsto no Programa de Desenvolvimento Institucional (Plano Quadrienal 2005-2008)	
4.6.	existe um manual de funções / cargos ?	Não. Idem n.º 4.5	
4.7.	existe um documento relativo à política de pessoal (remuneração, capacitação, etc.) ?	Não. Idem n.º 4.5	
4.8.	existe um plano para promover uma distribuição equitativa de homens e mulheres nas estruturas organizativas?	Não existe um plano formal, mas a prática é estimulada. Desde 1989 Pelo menos 1 mulher faz parte da diretoria / coordenadoria executiva. Atualmente a Presidente e a Vice-Presidente são mulheres.	
5. PLANEJAMENTO-MONITORAMENTO-AVALIAÇÃO (P-M-A)			
5.1.	breve descrição do seu sistema de P-M-A (processo, instrumentos, periodicidade / participação de representantes do público-alvo ou de assessores externos nos momentos de P, M ou A?)	A atual proposta do Plano Quadrienal 2005-2008, incorpora um programa de Desenvolvimento Institucional cujo detalhamento estaremos enviando em seguida. (Programa 5 / página 32 e 33 e seu detalhamento nas páginas 67,68 e 69).	
5.2.	data das últimas avaliações externas ? (institucional, de programas ou de gestão?)	1997 /2000/ 2003	

5.3.	existe um processo de acompanhamento <u>externo</u> permanente da entidade?	Sim, através de alguns instrumentos tais como: Colegiado de Gestão do Observatório dos Direitos do Cidadão Avaliação dos cursos da Escola através dos alunos Avaliação dos sócios e do conselho consultivo Diretor
5.4.	indique, por favor, se atualmente se realiza um processo ou atividades de “desenvolvimento institucional / organizacional” (objetivo? com assessoria externa?)	Sim. Através de instrumentos descritos abaixo: - Aperfeiçoamento da equipe técnica e administrativa; - Avaliações mensais do Conselho de Coordenadores; - Avaliações periódicas; - Relatórios de atividades; - Informatização das finanças; - Cursos internos para a equipe técnica e administrativa.
5.5.	internamente, quais elementos institucionais estão vistos como respectivamente o ponto forte e o ponto débil da organização?	Pontos Fortes: - Capacidade de articulação e atuação em redes - Vinculação com movimentos sociais e organizações da sociedade civil - Capacitação de equipe Pontos Fracos: - Planejamento e priorização de demandas - Informática - Comunicação

Fonte: Instituto “VIRTÚ”.

Os dados foram fornecidos em 2006 a uma das instituições financiadoras, que mapeava o perfil de seus financiados, através de questionários. Saliento que alguns dos dados expostos aqui já não condizem com a realidade atual da instituição.

Referências Bibliográficas

AGAMBEM, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte, Ed: UFMG: 1ª Primeira impressão: 2004a.

_____. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____ *A Zona Morta da Lei*. Folha de São Paulo –
Caderno mais! São Paulo 16, Março de 2003.

ARENDT, Hannah: *O que é Política?* 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand,
2004.

_____ *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense
Universitária, 1981.

_____ *Origens do totalitarismo*. São Paulo, Companhia
das letras, 2004.

_____ *A dignidade da política: ensaios e conferências*.
Antonio Abranches (org). Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

ASPE, Bernard; Combes, Muriel. *Retour sur le camp comme
Paradigme biopolitique*. Multitudes, Março 2000.

BELLO, Carlos Alberto. *A originalidade da economia política de
Francisco de Oliveira*. São Paulo, pesquisa e debate, volume 17, pp. 67-78,
2006.

CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio
de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Contra a Corrente: ensaios sobre a
democracia e o socialismo*. São Paulo, Editora Cortez, 2000.

DAGNINO, Evelina. “Os movimentos sociais e a emergência de uma
nova noção de cidadania”. In: *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São
Paulo, Brasiliense, 1994.

_____ et alli. *Cultura e política nos movimentos sociais
latino-americanos*. Belo Horizonte, editora da UFMG, 2000.

_____ “Sociedade civil, espaços públicos e a construção
democrática no Brasil: limites e possibilidades”. In: *Sociedade civil e espaços
públicos no Brasil*. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós 70*. Rio de Janeiro: Relume-dumará: ANPOCS, 1995.

FERNANDES, Rubem César. *Privado porém público: o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.

FOUCAULT, Michel. *Le Naissance de la Biopolitique*. Ed. Gallimard – Seuil. Paris 2004.

_____. “Direito de morte e poder sobre a vida”. In: *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Edições Graal, 16ed. São Paulo, 2005.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.

_____. *Movimentos e lutas sociais na história do Brasil*. São Paulo: Loyola, 1995a.

GUATTARI, Felix. *Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo, ed. Brasiliense, 1987.

LANDIM, Leilah. “Experiência militante: história das assim chamada ONGs”. In: *Ações em sociedade: militância, caridade, assistência*. LANDIM, Leilah (org.). Rio de Janeiro, NAU, 1998.

MARX, Karl, *O Capital: crítica da economia política*. Capítulo I – A mercadoria. São Paulo, Ática, 2006.

MELUCCI, Alberto. *Um objetivo para os movimentos sociais*. Revista Lua Nova, No. 17, São Paulo, CEDEC, 1989.

_____. *Movimentos sociais, inovação cultural e o papel do conhecimento*. São Paulo Novos, Estudos Cebrap, 1994.

_____. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Rio de Janeiro, Editora Vozes, sd.

MENEGUELLO, Raquel. *PT a formação de um partido 1979-1982*. São Paulo, Paz e terra, 1989.

OLIVEIRA, Francisco de. *“Exposição no painel Caminhos da institucionalização: Cooperação Internacional, Estado e Filantropia”*. In: *Cadernos de Pesquisa CEBRAP*, n. 6. São Paulo, Entrelinhas, 1997.

_____. *“Brasil: da pobreza da inflação para a inflação da pobreza”*. In: *ONGs: identidade e desafios atuais. Cadernos Abong*, n.27. São Paulo, ABONG-Autores Associados, 2000.

_____. *“Entre a complexidade e o reducionismo: para onde vão as ONGs da democratização?”* In: HADDAD, Sérgio (org.). *ONGs e universidades: desafios para a cooperação na América Latina*. São Paulo, Abong, 2002.

_____. *À Sombra do manifesto comunista: globalização e reforma do Estado na América latina*. In: *Neoliberalismo II: que estado para que democracia?* 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

_____. *O Estado e a Exceção: Ou o Estado de Exceção?* Paper apresentado na Associação Nacional de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, Belo Horizonte, 2003.

_____. *O capital contra a democracia*. Paper apresentado na conferência de abertura do seminário “Os sentido da Democracia e da Participação”. São Paulo, Instituto “VIRTÚ”, 2004.

_____. *Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento*. São Paulo, s/ed., 2001.

_____. *O ornitorrinco*. In: *Crítica a razão dualista*. São Paulo, Boitempo, 2003.

PEREIRA, Luís Carlos Bresser . *“A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle”*. In: *Caderno 1*. Brasília, Maré, 1997.

_____. *“Sociedade civil: sua democratização para a reforma do Estado”*. In: PEREIRA, Luiz Carlos Bresser et alli (orgs.). *Sociedade e Estado em transformação*. São Paulo, Unesp, 1999.

PAZ, Rosangela Dias O. *Cadernos da ABONG*. São Paulo, 2005.

RIZEK, Cibele Saliba, *“A periferia do direito: trabalho, precariedade e políticas públicas”*, 32º encontro anual da Anpocs, 2008.

SACHS, Ignacy. *O Estado e os parceiros sociais: negociando um pacto de desenvolvimento*. In: BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos et alli (orgs.). *Sociedade e Estado em transformação*. São Paulo, Unesp, 1999.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena : experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. Rio de Janeiro, RJ, Paz e Terra, 1988.

SADER, Emir. *A vingança da história*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2003.

_____. *“ONGs ou movimentos civis?”*. In: *Caros Amigos*, ano VII, n. 78. São Paulo, Casa Amarela, 2003b.

_____. *E agora PT: Caráter e indentidade*. São Paulo, Brasiliense, 2ed.1986.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *“Para uma reinvenção solidária e participativa do Estado”*. In: BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos et alli (orgs.). *Sociedade e Estado em transformação*. São Paulo, Unesp, 1999.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo, Ed.Loyola, 1996.

SOUZA, Herbert de. *“As ONGs na década de 90”*. In: *Desenvolvimento, cooperação internacional e as ONGs*. Rio de Janeiro, IBASE-PNUD, 1992.

SOUZA, Martins, Heloisa Helena T. . *O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil*. São Paulo:Hucitec, 1979.

TEIXEIRA, Ana Claudia. *Identidades em construção: as organizações não-governamentais no processo brasileiro de democratização*. São Paulo, Anablume-Fapesp-“VIRTÚ”, 2003.

RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento – política e filosofia*. São Paulo, Ed.34, 1996.

_____ *“O Dissenso”*. In: Novaes, Adauto (org), A crise da Razão. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

TELLES, Vera da Silva. *Sociedade civil e a construção de espaços públicos*. In: Dagnino, Evelina (Org). Anos 90: Política e sociedade no Brasil. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1994.

_____ *Direitos sociais: Afinal do que se trata?* Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1999.

TOURAINÉ, Alan. *Movimentos sociais e ideologias nas sociedades dependentes*. In: Albuquerque, J.A G.(org). *Classes médias e política no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1977.

_____ *Palavra e sangue*. Campinas, Unicamp, 1989.

_____ *Le retour de l'acteur : essai de sociologie*. Paris, Fayard, c1984.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. São Paulo, Editora da UNB / Imprensa Oficial, 4 ed. 2004.

_____ *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo, Editora Pioneira de Ciências Sociais, 5 ed. 1987.

WEFFORT, Francisco. *Por que Democracia?* São Paulo, Editora Brasiliense, 3 ed. 1985.

ZIZEK, Slavoj. *Bem-Vindo ao Deserto do Real!* São Paulo, Boitempo, 1ª Reimpressão, 2005.